Fevereiro, março e abril de 2023 Nº 43

ABRACICON SABER

Publicação Trimestral da Academia Brasileira de Ciências Contábeis

Análise do imposto de renda solidário distributivo no Município de Tangará da Serra /MT

Keila Dias dos Santos, Graziele Oliveira Aragão Servilha, Sonia Aparecida Beato Ximenes de Melo, Márcio Íris de Morais e Flávio Amaral Oliveira

Academia

Lançamento da ASULCON – Academia Sul-Mato-Grossense de Ciências Contábeis
p. 10

Exclusiva Abracicon

O reflexo da Contabilidade 4.0 nos escritórios de contabilidade de Teresina /PI - p. 14

Socializando o conhecimento

Conteúdo informacional da Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) - p. 52

ABRACICON
ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Ampliando fronteiras, abraçando o futuro!

PARCERIA

ABRACICON
ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

&

ILLINOIS
Gies College of Business

A Abracicon, em parceria com com o Gies College of Business da Universidade de Illinois, Estados Unidos, está ofertando o CURSO DE ANÁLISE E VISUALIZAÇÃO DE DADOS CONTÁBEIS. O curso será ofertado em plataforma online e já se encontra acreditado e pontuado pelo sistema CFC/CRCs. Cada módulo do curso é ministrado em inglês com legenda em português.

ACESSE: https://giesbusiness-abracicon.thinkific.com/collections

FICA A DICA
ABRACICON

Manual da qualidade de serviços em escritórios e contabilidade

Prefácio
Maria Clara Bugarim
Presidente da Abracicon

Adquira seu livro no site da editora Letramento!

EXPEDIENTE

REVISTA ABRACICON SABER
EDIÇÃO Nª 43 – FEVEREIRO/MARÇO/ABRIL de 2023 ISSN: 2357/7428

Editor
Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon)

Endereço:
SAS - Quadra 05 - Bloco J - Edf. CFC, 4º andar, CEP: 70070-920 – Brasília (DF)

Contato:
(61) 3314-9453
abraciconsaber@abracicon.org.br

I. DIRETORIA DA ABRACICON

Presidente
Maria Clara Cavalcante Bugarim (AL)

Diretor de Administração e Finanças
José Antonio de França (DF)

Diretora Operacional
Gardênia Maria Braga de Carva lho (PI)

Diretor de Ensino e Pesquisa
Fábio Moraes da Costa (ES)

II. CONSELHO FISCAL

Membros efetivos
Irineu De Mula (SP)
Presidente
Jucileide Ferreira Leitão (RN)
Washington Maia Fernandes (MG)

Membros suplentes
Lucilene Florêncio Viana (AM)
Roberta Carvalho de Alencar (CE)
José Corrêa de Menezes (AM)

Coordenadora do Conselho Editorial
Acadêmica Dra. Gardênia Maria Braga de Carvalho

Conselho Editorial
Acadêmico Clovis Belbute Peres
Acadêmico Elias Dib Caddah Neto - Ms.
Acadêmico José Antonio de França - Dr.
Acadêmico José Eustáquio Giovannini - Ms.
Acadêmico Vicente Pacheco - Dr.
Acadêmico Fábio Moraes da Costa - Dr.

Revisão: Maria do Carmo Nóbrega

Colaboradoras: Fernanda da Silva Costa e Luciana Martins da Silva Sousa

Projeto Gráfico, Redação e Diagramação
CQueiroz Comunicação – www.cqueiroz.com.br
Fotos: Cedidas pelas Academias Regionais e Abracicon

Permitida a reprodução de qualquer matéria, desde que citada a fonte. Os conceitos emitidos em artigos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

www.abracicon.org.br

Edição nº 43

Maria Clara Cavalcante Bugarim
Presidente da Abracicon

Hoje, neste precioso espaço, quero manifestar o meu mais sincero agradecimento a cada uma de nossas aguerridas Academias Regionais. Na pessoa de cada presidente, quero falar da minha grande satisfação em presidir a Abracicon e em trilhar caminhos, lado a lado, com entidades tão competentes e comprometidas com seus propósitos maiores, desempenhados com grandes êxitos ao longo de cada exercício.

Muitas vezes, pelo acúmulo de outras atividades, não temos a oportunidade de externalizar o quanto o trabalho de vocês, queridos Acadêmicos, é altamente relevante para a manutenção e êxito de nossas Academias Regionais.

A cada posse, a cada lançamento de livro, a cada assembleia, passamos a conhecer mais de perto a labuta incansável de cada um de vocês no sentido de dar cumprimento às nossas atividades precípuas, entre elas, a de estimular, divulgar e valorizar a cultura e o conhecimento científico e filosófico da Ciência Contábil; de cultuar a memória de todos os que contribuíram para com a Ciência Contábil; de organizar e apoiar projetos e eventos na área contábil; de publicar obras contábeis; de promover concursos de monografias, trabalhos científicos, projetos de interesse público com relevância social.

Não tenho dúvidas de que os profissionais de alto quilate empossados a cada Assembleia tem dado sua benéfica contribuição no fiel cumprimento dos objetivos de cada agremiação de notáveis. Vocês são uma verdadeira plêiade de luminares que se coloca, voluntariamente, ao serviço da Ciência e da classe contábil brasileira.

Portadores de riquíssima bagagem cultural e de brilhantes currículos profissionais, com relevantes serviços à causa contábil brasileira, todos vocês , Acadêmicos , já provaram que são competentes e que estão dispostos a "arregaçar as mangas", dia após dia, para promover o pleno aprimoramento da nossa profissão.

Enquanto Acadêmicos, temos a missão desafiadora de, juntos e unidos, fortalecer a Contabilidade, enriquecendo-a pelo resgate e divulgação constante do conhecimento técnico-científico. E o nosso verdadeiro coroamento é a certeza de que passamos a integrar entidades respeitadas, éticas e dispostas a promover o desenvolvimento social e das Ciências Contábeis.

Este é o meu MUITO OBRIGADA a todos vocês!

Boa leitura!

Matéria de Capa

29 Análise do imposto de renda solidário distributivo no Município de Tangará da Serra /MT

6 regionais
APC lança Livro produzido por mulheres: "Imersões contábeis, econômicas e sociais na atualidade, por elas"

8 regionais
Presidente da Apicicon toma posse como Acadêmico da Abracicon

10 Academia
Lançamento da ASULCON – Academia Sul-Mato-Grossense de Ciências Contábeis e Solenidade de Posse dos seus acadêmicos

14 exclusiva abracicon
O reflexo da Contabilidade 4.0 nos escritórios de contabilidade de Teresina /PI

50 mural do acadêmico
Pedro Onofre Fernandes

47 especializando-se
"Dar menos do que o seu melhor é sacrificar um dom"!

socializando o conhecimento

52 Conteúdo informacional da Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)

perfil

64 Aridelmo José Campanharo Teixeira
Professor, Pesquisador, Empreendedor Social, Empresário fundador da FUCAPE Business School e Secretário de Governo de Vitória /ES

67 indicações
Lying for Money
Dan Davie, 2018

Presidente da ASCC prestigiou o 6º Seminário de Governança Municipal para Prefeitos e Gestores de Sergipe

No dia 31 de março de 2023, a Academia Sergipana de Ciências Contábeis, representada pela presidente Erenita Sousa, prestigiou o 6º Seminário de Governança Municipal para Prefeitos e Gestores de Sergipe. O evento foi promovido pelo Conselho Federal de Contabilidade e pelo Conselho Regional de Contabilidade com o apoio do Tribunal de Contas da União.

"Parabéns ao Presidente Aécio Junior (CFC), à Presidente Salete Leite (CRCSE) e a toda equipe, que planejou e executou esse evento de tamanha relevância para Sergipe. O seminário foi um sucesso", disse a presidente Erenita Sousa (ASCC).

Durante todo o dia, foram debatidos temas muito importantes para a implantação da Governança nas prefeituras. O evento foi aberto com a palestra magna do Excelentíssimo Senhor Presidente Ministro do Tribunal de Contas da União, Augusto Nardes, e do Embaixador da Rede Governança Brasil. A palestra foi encerrada pelo Controlador Interno do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, o contador e advogado Fábio José da Silva.

ASCC Realiza Assembleia Geral Ordinária

No dia 10 de março deste ano, mais uma Assembleia Geral Ordinária foi realizada na sede da Academia Sergipana de Ciências Contábeis. A presidente Erenita Sousa contou com a presença de Confrades e Confreiras, que fizeram um rico debate sobre assuntos pertinentes ao mundo acadêmico.

APC lança Livro produzido por mulheres: "Imersões contábeis, econômicas e sociais na atualidade, por elas"

A Academia Paulista de Contabilidade (APC) tem a honra de ter em seu corpo de Acadêmicos mulheres que inspiram, transpiram, transformam e produzem seres e conhecimentos capazes de alterar o mundo. Com a sua missão de missão de disseminar conhecimento e estimular a pesquisa e o desenvolvimento técnico-científico do pensamento contábil, além de dar o devido destaque para essas renomadas profissionais da Contabilidade, a Academia está editando o seu quarto livro técnico, desta vez, produzido exclusivamente por mulheres, Acadêmicas e convidadas especiais, do Brasil, da Argentina e de Portugal.

O livro, que é composto de 10 estudos técnicos ligados à Contabilidade e aos negócios, recebeu o nome de "Imersões contábeis, econômicas e sociais na atualidade, por elas", e será lançado no mês de abril, em alusão ao dia do Profissional da Contabilidade.

Imagine 16 profissionais talentosas, talhadas e experimentadas em estudos e trabalhos acadêmicos e intelectuais, unidas com o propósito de entender e comunicar as inovações que hoje norteiam as Ciências Contábeis e, por consequência, o mundo dos negócios. A obra tem a coordenação acadêmica de Angela Zechinelli Alonso, Marta Cristina Pelucio Grecco e Marina Martins Brito da Cunha.

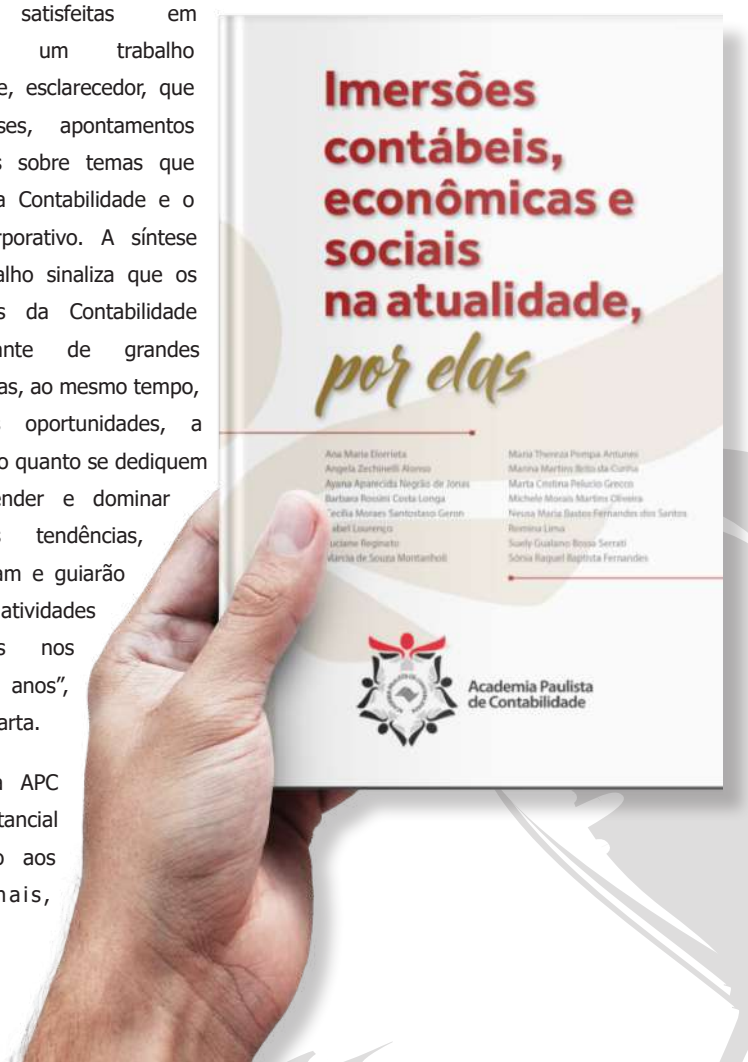
"Para nós, que tivemos a honra de coordenar esta obra, podemos afirmar que foi uma prazerosa aventura nos juntar a essas competentes doutoras e mestres para 'imergir' no universo contábil e de negócios, a fim de analisarmos assuntos muito impactantes e desafiadores do momento" afirma Angela.

Entre os temas abordados no livro estão: Metaverso; Impacto do ODS nas empresas modernas; Capital Intelectual no Goodwill, Coaching; novas Normas Internacionais de Avaliação; Uso da linguagem XBRL; Conselhos de Administração; Perfil e atuação profissional do Controller e do Perito Contábil; e a Relevância versus Confiabilidade de diferentes bases de mensuração contábil.

"Como resultado dessa 'imersão', estamos satisfeitas em apresentar um trabalho contundente, esclarecedor, que traz análises, apontamentos e reflexões sobre temas que impactam a Contabilidade e o mundo corporativo. A síntese desse trabalho sinaliza que os profissionais da Contabilidade estão diante de grandes desafios, mas, ao mesmo tempo, de muitas oportunidades, a depender do quanto se dediquem a compreender e dominar as novas tendências, que já guiam e guiarão nossas atividades profissionais nos próximos anos", assegura Marta.

A obra da APC trará substancial contribuição aos profissionais, empresários e estudantes da classe contábil e, também, aos usuários da Contabilidade, que se encontram no comando de pequenas, médias e grandes empresas, pois, como sempre acontece com os feitos das mulheres que, entre tantas atribuições geram a vida, essa 'imersão' intelectual promoverá transformações permanentes da vida e na carreira de muitos.

A obra será distribuída gratuitamente aos profissionais da Contabilidade e estará disponível para download no site da academia:www.apcsp.org.br



Eleição e posse da Diretoria e Conselho Fiscal da Academia Goiana De Ciências Contábeis (Agocicon) - Biênio 2023-2024

ELEIÇÃO:

No dia 15/2/2023, das 8h às 16h, houve a eleição da Diretoria e Conselho Fiscal da Agocicon;

POSSE:

Na manhã do dia 8/3/2023, foram empossados na sede do CRCGO os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal eleitos para o biênio 2023-2024:

DIRETORIA:

João Luis Aguiar – Presidente;

Genezia Souza de Jesus Costa – Diretora de Administração e Finanças;

Valdeci Ribeiro da Silva – Diretor Operacional;

Carlos Henrique Silva do Carmo – Diretor de Ensino e Pesquisa

CONSELHO FISCAL E SUPLENTES:

Edson Bento dos Santos – Efetivo;

Fábio da Silva e Almeida – Efetivo;

Heli Aparecido Borges – Efetivo;

Doraci Batista de Tolêdo Manguci – Suplente;

Derli Terezinha de Assis – Suplente

Artêmio Ferreira Picanço Filho.

O evento ocorreu no auditório do CRCGO e contou com apoio e o prestígio da presidente Sucena Hummel, que, posteriormente, foi representada pelo conselheiro Francisco Lopes Canindé, o qual abrilhantou na abertura dos eventos.

Ainda, contou com a participação do Presidente da Associação dos Peritos Contadores do Estado de Goiás (Aspecon-GO) o contador Júlio César Carlos, alunos de faculdades e demais convidados.

A Agocicon, fundada em 24/3/2017, é uma instituição goiana sem fins lucrativos ou econômicos, com sede em Goiânia/GO, que tem como objetivo principal de promover, divulgar e valorizar atividades que contribuam para o desenvolvimento e estímulo ao conhecimento filosófico, científico e tecnológico da Contabilidade.

Reunião - Na manhã do dia 8/3/2023, foi realizada a Assembleia Geral Ordinária para deliberação das diretrizes da Agocicon para o biênio de 2023 -2024, como, por exemplo: Cadastramento da Agocicon no Programa Profissional de Continuada (EPC/CFC); Interação com as Academias de Ciências Contábil do Brasil; Prêmio Goiano de Excelência na Pesquisa Contábil, em parceria com as entendias públicas e privadas; Criação de Comitês de Pesquisas e Projetos (Educação e Ensino, Finanças, Perícia e Auditoria e Normas Contábeis).

Presidente da Apicicon toma posse como Acadêmico da Abracicon

No dia 07 de fevereiro de 2023, na sede do CFC, na qual o presidente da Apicicon, Joaquim de Alencar Bezerra Filho, assumiu a cátedra de número 85. Um momento muito especial e repleto de homenagens e gratidão.

Durante o seu discurso, Joaquim fez uma saudação especial à presidente da Abracicon, Maria Clara "uma grande inspiradora da classe contábil" e agradeceu, em nome da acadêmica Gardênia Braga de Carvalho, Diretora Operacional da Abracicon e Diretora Socioambiental da Apicicon, a todos que o inspiraram e incentivaram em sua trajetória, entre eles.

Confira trechos do seu discurso: "Esse momento me faz refletir sobre os Sonhos. Quando eu assumi um compromisso, o de servir à minha profissão, o sonho de poder contribuir com a evolução das pessoas, da classe contábil e da sociedade. Olhar para trás e ver essa trajetória da qual fazem parte muitos dos que aqui estão presentes e é por isso que transformo esse dia em gratidão a todas essas pessoas que me incentivaram e à minha família, minha argamassa e alimentos constante, fontes de inspiração e espiritualidade. Eu acredito que estamos diante de um tempo em que pensar no futuro das ciências contábeis talvez já não seja o propósito imediato e sim nós, em nossa missão de acadêmicos, nos dedicarmos à preparação constante da evolução das ciências e novas gerações com todos os reflexos da modernidade e das tecnologias que nós vivemos hoje. E creio que nós seremos sim, capazes de inovar para atender às necessidades do ecossistema da contabilidade e não tenho dúvida que nesse ambiente onde está a essência da intelectualidade e do pensamento contábil brasileiro, é o terreno mais fértil para essa propositura."

Joaquim também realizou a leitura do juramento e ainda teve sua representatividade reconhecida e mencionada pelo presidente Maria Clara e o presidente do CFC Aécio Dantas, Um orgulho para a classe contábil do Piauí.

Além da Diretora Socioambiental da Apicicon, Gardênia Braga de Carvalho, esteve presente também, na solenidade, o acadêmico da Apicicon, Elias dib Cadda Neto.

Apicicon participa da solenidade de reinauguração da Sala do Profissional da Contabilidade promovida pelo CRC-PI e TCE-PI

No dia 27 de janeiro, no Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI), o Diretor Operacional da Academia Piauiense de Ciências Contábeis (APICICON), José Corsino Raposo Castelo Branco, participou do evento. A solenidade também foi acompanhada do Conselheiro Federal e acadêmico da APICICON Elias Caddah, dos Vice-Presidentes Carlos Lustosa Filho (acadêmico da APICICON) e João Paulo Cardoso, da Presidente do IMCEPI Janaína Melo, e de representantes das Entidades Contábeis Piauienses.

A Sala do Profissional da Contabilidade foi reativada através de tratativas entre a Presidente do CRC/PI Adriana da Graça e a Ex-Presidente do TCE-PI, Lílian Martins, no ano de 2022. O espaço foi reinaugurado na gestão do Presidente do TCE-PI, Kennedy Barros. A sala está localizada no segundo andar da sede da Corte de Contas Piauiense.

Diretor operacional da Apicicon participa do 1º encontro literário da ABROL - Piauí

O 1º Encontro Literário da ABROL – Piauí, ocorreu no dia 11 de janeiro, no Centro Cultural do SESC – Teresina - PI.

O Diretor Operacional da Academia Piauiense de Ciências Contábeis (APICICON), José Corsino Raposo Castelo Branco, participou com grande satisfação do evento representando o Presidente Joaquim Bezerra.

Registramos também a participação do membro da Apicicon, Raimundo Neto Carvalho, Presidente da ABROL-PI.

Presidente da Apicicon esteve presente no lançamento da Academia Sul-Mato-Grossense de Ciências Contábeis (Asulcon)

Na ocasião, o acadêmico e presidente, Joaquim Bezerra, participou como representante da Apicicon.

Acadêmicos e representantes de diversas entidades contábeis participaram, no dia 6 de março, em Campo Grande/MS, da solenidade de lançamento e posse de Acadêmicos e Diretoria da Asulcon, que administrará a entidade no período de 2023 a 2027.

Abracicon dá posse a mais 12 Acadêmicos

"Um dia muito emocionante para a Abracicon". Assim comentou a presidente da entidade, Maria Clara Bugarim, sobre a posse dos novos Acadêmicos da Abracicon, em 7/2, realizada na sede do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Ao presidir a mesa de honra, composta pelos Acadêmicos da Abracicon Gardênia Braga de Carvalho (diretora Operacional), José Antonio de França (diretor de Administração e Finanças), Jucileide Ferreira Leitão (conselho Fiscal), pela presidente da FBC, Sandra Santiago, pelo presidente do Conselho de Administração do Ibracon, Francisco Sant'Anna e pelo presidente do CFC, Aécio Prado Dantas Junior; Maria Clara falou sobre sua emoção em poder contar, doravante, com a força de trabalho de pessoas de alta competência e de notório comprometimento profissional. "Quanta honra em tê-los conosco! Trabalharemos em uníssono e continuamente na busca do conhecimento e do desenvolvimento da Ciência Contábil", ressaltou.

Ainda, durante sua fala, a presidente Maria Clara enalteceu o novo time, reforçando a formação profissional de cada um dos novos Acadêmicos. "Esse aporte de inteligência, de força criativa e boa vontade vem dar mais reforço à nossa Academia como fomentadora e incentivadora de conhecimentos técnicos e fundamentos científicos. Conheço de perto o trabalho competente de cada um de vocês e tenho a certeza de que são profissionais de diferenciado brilho, portadores de riquíssima bagagem cultural e invejáveis currículos acadêmicos acrescidos de relevantes serviços e dedicação à causa contábil brasileira.", disse.

O presidente do CFC, por sua vez, parabenizou "com gratidão, aqueles que entregam suas vidas em favor do desenvolvimento da nossa ciência, da tecnologia, da cultura e da educação em nosso país, pois esses são alicerces fundamentais quando queremos falar de crescimento e evolução".

Tomaram posse;

Cátedra 12 - Edna Torres de Araújo – PA

Cátedra 55 - Marlúcio Candido – MG

Cátedra 81 - Edgard Bruno Cornacchione Junior – SP

Cátedra 82 - Zulmir Ivânio Breda – RS

Cátedra 83 - Álvaro Pereira de Andrade – PE

Cátedra 84 - José Elias Feres de Almeida – ES

Cátedra 85 - Joaquim de Alencar Bezerra Filho – PI

Cátedra 86 - Eduardo Tadeu Vieira – DF

Cátedra 88 - Marco Aurélio G. Barbosa – RS

Cátedra 89 - Elias Garcia – PR

Cátedra 90 - Editinete André da Rocha Garcia – CE

Cátedra 91 - Maria da Conceição de R. Ladeira – MG

V Edição da ExpoAbracicon

Aconteceu também no dia 7 de fevereiro a V edição da ExpoAbracicon, momento ímpar, quando Acadêmicos da Abracicon e das Academias Regionais de Ciências Contábeis tiveram a oportunidade de compartilhar obras e artigos publicados no período de 2021 e 2022.

Além disso, houve o lançamento do Livro da Acadêmica Diana Vaz de Lima "Orçamento Contabilidade e Gestão no Setor Público". Ao todo foram 84 obras e artigos apresentados.

A Expo Abracicon valoriza a produção literária e cientifica e visa divulgar obras e artigos de autores de todas as Academias de Ciências Contábeis – um momento gratificante e enriquecedor para toda classe contábil.

Expositores que marcaram presença:

Abracicon: Acadêmica Leila Márcia Elias Sousa de Lima Elias; Acadêmica Diana Vaz de Lima; Acadêmico José Antonio de França.

Academias: Academia de Ciências Contábeis do Rio Grande do Sul; Academia Paulista de Contabilidade; Academia Paraibana de Ciências Contábeis; Academia Sergipana de Ciências Contábeis e Academia Norte-Rio-Grandense de Ciências Contábeis.

A mesa de honra foi composta pela presidente da Academia Brasileira de Ciências Contábeis, Maria Clara Cavalcante Bugarim, pelos Acadêmicos da Abracicon Gardênia Braga de Carvalho (diretora Operacional), José Antonio de França (diretor de Administração e Finanças), Jucileide Ferreira Leitão (conselho Fiscal) e pela presidente da FBC, Sandra Santiago.

Ao final da exposição, foi realizada ainda a solenidade de posse de mais 12 Acadêmicos, momento repleto de reconhecimento e emoção.

Expo Abracicon: Quem abraça o conhecimento, escreve o futuro!

Lançamento da ASULCON – Academia Sul-Mato-Grossense de Ciências Contábeis e Solenidade de Posse dos seus acadêmicos

Em um auditório lotado Acadêmicos e representantes de diversas entidades contábeis participaram, no dia 6 de março, em Campo Grande/MS, da solenidade de lançamento e posse de Acadêmicos e Diretoria da Academia Sul-Mato-Grossense de Ciências Contábeis (Asulcon), que administrará a entidade no período de 2023 a 2027.

Ao tomar posse como presidente da entidade, o Acadêmico Otacílio dos Santos Nunes agradeceu aos seus pares pela confiança e honra, assegurando que uma das metas de sua gestão é integrar a Academia às demais ciências, debatendo e participando de temas de relevância para a sociedade sul-mato-grossense.

Compuseram a mesa de honra a presidente da Abracicon, Maria Clara Cavalcante Bugarim; o presidente da Asulcon, Otacílio dos Santos Nunes; o presidente do CFC, Aécio Prada Dantas Junior; a presidente da FBC, Sandra Elvira Gomes Santiago; o presidente da Fenacon, Daniel Mesquita; o presidente da Apicicon, Joaquim Alencar Bezerra Filho; e o detentor da Medalha de Mérito Contábil João Lyra contador José Martonio Alves Coelho.

A Diretoria da Asulcon ficou assim composta: Otacílio dos Santos Nunes (presidente); Lucélia da Costa Nogueira Tashima (diretora operacional); Ruberlei Bulgarelli (diretor financeiro); e Ayron Vinicius Pinheiro de Assunção (diretor de Ensino e Pesquisa).

Acadêmicos empossados – Doracy Cunha Ramos, Adelino Meneguzzo, Maria Leny Adania de Sylos, Walter Aparecido Bernegozzi, Carlos Rubens de Oliveira, José Aparecido Moura Aranha, Mário Ney Corrêa Anastácio, Odácio Pereira Moreira, Hugo David Santana, Doris Day Nantes Miranda Gomes,

Adriana Marques Dias, Francisco Pereira Gonçalves, Eloir Trindade Vasques Vieira, Andréa Fontoura Gonçalves, Iara Sônia Marchioretto, Esmael Almeida Machado, Lizandra Almeida de Menezes, Cleston Alexandre dos Santos, Bruno Delmondes Xavier e Ryan Caldas Quevedo.

Como iniciativa da Asulcon, foram escolhidos quatro ilustres contadores, que muito contribuíram e contribuem para as Ciências Contábeis no país, para a outorga do título Acadêmico Honorário da Asulcon. Tomaram posse os seguintes contadores: Maria Clara Cavalcante Bugarim (Abracicon), Aécio Dantas Prada Junior (CFC), Martonio Alves Coelho (Medalha João Lyra) e Zulmir Ivânio Breda (ex-presidente do CFC).

Envoltos em um clima de muita emoção, a partir do lançamento da Academia Sul-Mato-Grossense de Ciências Contábeis, os presentes também puderam participar do lançamento da Comenda de Mérito Contador Dorgival Benjoino da Silva, que nasceu com a finalidade de condecorar os profissionais da contabilidade que, no desempenho das atividades científicas, educacionais, culturais, administrativas e profissionais da área contábil, tenham se destacado de forma ímpar e contribuído para o desenvolvimento da classe contábil. A Acadêmica Doracy Cunha Ramos foi a escolhida para ser a primeira detentora da honraria, como reconhecimento de seus pares e da sociedade por seus esforços e contribuições para o fortalecimento e crescimento da classe contábil.

Ao fazer uso da palavra, emocionado, José Martonio ressaltou que o contador Dorgival é "meu irmão de vida e fez parte da minha história familiar. Dorgival honrou a profissão contábil no país".

Esses momentos ocorreram durante o Conexão Contábil da Região Centro-Oeste, evento realizado pelo CFC em Campo Grande (MS) – uma excelente oportunidade de capacitação profissional para toda classe contábil. Em seu discurso de boas-vindas, Maria Clara, que participou da mesa de honra, ressaltou que a maior conexão estava demonstrada na mesa e com a inteiração das entidades presentes no evento.

O reflexo da Contabilidade 4.0 nos escritórios de contabilidade de Teresina/PI

Victor Gabriel de Brito Osório, Francisco Gustavo da Silva Queiroz Costa, Dr. João Carlos Hipólito Bernardes Do Nascimento e Dra. Christiane Carvalho Veloso

RESUMO

Diante do exposto, o presente artigo teve como objetivo analisar os impactos da Contabilidade 4.0 nos escritórios contábeis da região metropolitana de Teresina-PI. Investigou-se se os escritórios estão se adaptando às novas tecnologias e, a partir disso, evidenciado o perfil do novo profissional da contabilidade. Para tanto, foi utilizada uma pesquisa de cunho quantitativo exploratório, com a coleta de dados sendo operacionalizada via aplicação de questionário em quatro escritórios de cada região de Teresina-PI (Norte, Sul, Leste e Central). Como resultado, notou-se que uma grande parte dos funcionários entrevistados apresentam um perfil atualizado quanto às tecnologias contábeis e com significativo grau de interesse em manterem-se atualizados para com possíveis novas tecnologias, dessa forma, a importância deste estudo se deve ao intuito de evidenciar a necessidade de readaptação constante às modernidades da tecnologia contábil por parte dos profissionais e empresas da área, bem como para identificar os rumos da profissão em um contexto cada vez mais tecnológico. Além disso, a análise dos dados coletados poderá fornecer informações relevantes para os profissionais da contabilidade que buscam se atualizar e se adaptar às novas tecnologias, bem como para as empresas que buscam serviços contábeis eficientes e atualizados.

Palavras-chave: Adaptação. Automação. Contabilidade 4.0. Tecnologia.

ABSTRACT

In view of the above, the present article aimed to analyze the impact of Accounting 4.0 on accounting firms in the metropolitan region of Teresina-PI. It investigated whether the offices are adapting to the new technologies and, based on this, evidenced the profile of the new accounting professional. To do so, a quantitative exploratory research was used, with data collection being carried out through the application of a questionnaire in four offices in each region of Teresina-PI (North, South, East, and Central). As a result, it was noted that a large portion of the employees interviewed presented an updated profile with regard to accounting technologies and with a significant degree of interest in keeping themselves up to date with possible new technologies. Thus, the

importance of this study is due to the intention of highlighting the need for constant adaptation to the modernities of accounting technology on the part of professionals and companies in the area, as well as to identify the paths of the profession in an increasingly technological context. Moreover, the analysis of the data collected may provide relevant information to accounting professionals who seek to update and adapt to new technologies, as well as to companies that seek efficient and up-to-date accounting services.

Keywords: Adaptation. Automation. Accounting 4.0. Technology.

1. INTRODUÇÃO

No decorrer da história, é evidente a necessidade do homem em aprimorar técnicas e métodos com o intuito de melhorar a execução de tarefas diárias e, assim, melhorar sua realidade (CANIDÉ; 2022). Em uma sociedade identificada por tecnologias, otimizações e ferramentas capazes de facilitar procedimentos, agilizar, fiscalizar e transparecer processos corporativos, a contabilidade torna-se uma das áreas mais afetadas (COELHO; 2016). Segundo Hatae (2021), o atual profissional da contabilidade precisa diariamente se atualizar de possíveis criações e transformações, pois o mercado de trabalho exige esta atitude à medida que tem como pilar a demanda por resultados precisos, rápidos e eficientes.

Assim, entende-se que a contabilidade seja um dos nichos mais afetados e alterados, dando origem à Contabilidade 4.0 devido ao fato de que todas as obrigações contábeis necessitam da utilização de softwares e demais ferramentas digitais para serem concluídas. Arruda, Gomes e Santos (2013) relatam que essas tecnologias estão cada vez mais presentes na rotina do contador – o que anteriormente era realizado completamente de forma manuscrita e mais lenta, hoje em dia é lançado em sistemas, tornando-se necessário mais cuidado ao tratar de um dado ou informação, porém, mais simples.

> “Em uma sociedade identificada por tecnologias, otimizações e ferramentas capazes de facilitar procedimentos, agilizar, fiscalizar e transparecer processos corporativos, a contabilidade torna-se uma das áreas mais”

Nessa perspectiva, alguns estudos científicos foram conduzidos, podendo-se destacar a Gera et al. (2013), que investigaram o desenvolvimento tecnológico na contabilidade, ligado às legislações governamentais que afetam diretamente contadores. Também é possível citar Hatae (2021), em seu estudo "A Contabilidade 4.0 e a percepção de profissionais da contabilidade quanto às consequências para seu futuro", que concluem que, apesar de constantes evoluções tecnológicas continuarem ocorrendo no âmbito das Ciências Contábeis, o profissional da contabilidade não deve temer ser prejudicado por este processo desde que se mantenha atualizado quantos a presentes e futuras novidades tecnológicas. No entanto não foi notado na literatura um estudo focado nas tecnologias mais recentes que afetam o dia a dia do profissional da contabilidade e até que ponto a automatização dos processos e aumento de requisitos para atuar na área auxilia ou dificulta a atuação no mercado de trabalho.

Diante desses trabalhos, buscou-se, nesse estudo, investigar, através de questionários embasados nos artigos que retratam a utilização das ferramentas provindas da Contabilidade 4.0 (certificado digital, sistema nuvem, etc.), escritórios de contabilidade da cidade de Teresina-PI, a fim de obter informações quanto à adaptação dos profissionais destes escritórios com essas novas tecnologias, as dificuldades e como os serviços atuais se apresentam diante desta nova tecnologia, se estes se refletem resultados positivos e significativos ou não.

A sociedade passa por um período de informatização de processos e utilização de novas ferramentas contábeis, as quais despertam a atenção de pesquisadores e profissionais, sobretudo, em relação às atualizações necessárias para com o profissional contador, setor este tão antigo e com um perfil conservador e resistente conforme. Dessa forma, a pesquisa mostra-se relevante à medida que contribui para a análise deste novo cenário contábil atual (DELFINO, 2021).

Desse modo, em virtude da relevância do tema e por motivos profissionais, justifica-se o interesse em desenvolver a presente pesquisa, buscando respostas ao questionamento levantado, bem como contribuir com a geração de novos conhecimentos sobre o tema.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A CONTABILIDADE 4.0

A contabilidade surgiu em meio à necessidade crescente da sociedade de obter informações sobre o controle da produção e o respectivo estoque para auxiliar na tomada de decisões e desde então vem passado por constantes mudanças influenciadas pelas necessidades da sociedade e pelo constante avanço tecnológico (CANIDÉ, 2022).

As mudanças que foram proporcionadas pelas revoluções industriais impactaram de forma contundente o futuro da profissão contábil, quando eram bastante utilizados livros contábeis que registravam as movimentações da empresa. Com estas constantes evoluções, esse setor teve que adotar medidas para o desenvolvimento sistemático das empresas, tendo em vista os avanços da tecnologia que passaram a permitir armazenamento de grandes quantidades de informações (ISZCZUK; 2021).

A Contabilidade 4.0 é o novo paradigma da contabilidade, caracterizado pela utilização de tecnologias digitais avançadas, como inteligência artificial, big data e internet das coisas, para automatizar e melhorar os processos contábeis. Essas tecnologias permitem uma maior eficiência, precisão e segurança na coleta, armazenamento e análise de dados contábeis. A Contabilidade 4.0 permite a utilização de sistemas de inteligência artificial e *machine learning* para automatizar tarefas rotineiras, como a verificação de dados, a geração de relatórios financeiros e a análise de tendências. Isso permite aos profissionais da contabilidade se concentrarem em tarefas mais estratégicas e criativas, como a análise de dados e a tomada de decisão (SCHWINDT, 2020).

Outra tecnologia importante é o *blockchain*, que pode ser utilizado para aumentar a segurança e a transparência dos registros contábeis. O *blockchain* permite a criação de registros digitais imutáveis, o que garante a integridade dos dados e a segurança contra fraudes (PLETSCH, 2021).

> “Os sistemas utilizados atualmente pela contabilidade incluem softwares de contabilidade, sistemas de gerenciamento financeiro e soluções baseadas em nuvem.”

A Contabilidade 4.0 promove a colaboração e a integração entre diferentes áreas do negócio, aumentando a transparência e a governança das organizações. Além disso, ajuda a gerar *insights* valiosos para a tomada de decisão e a melhorar a gestão financeira e o planejamento estratégico. A Contabilidade 4.0 também pode contribuir para a sustentabilidade, através da redução de papel, melhoria da eficiência energética e acesso à informação para a tomada de decisão. A Contabilidade 4.0 é uma tendência crescente e é esperado que ela tenha um impacto significativo na forma como as empresas lidam com suas atividades contábeis e financeiras no futuro (PLETSCH, 2021).

2.2 SISTEMAS UTILIZADOS PELA CONTABILIDADE

Valente (2014) examina a relação entre o uso de sistemas de informação contábil e a qualidade da informação contábil. O estudo conclui que o uso de sistemas de informação contábil tem um impacto positivo na qualidade da informação contábil, pois permite uma maior precisão e rapidez na coleta, processamento e divulgação de informações contábeis. A tecnologia da informação tem revolucionado a contabilidade, oferecendo vantagens em termos de automação de tarefas, integração de dados e qualidade da informação contábil. Além disso, está mudando a forma como a profissão é exercida e exigindo novas habilidades dos profissionais da contabilidade.

Os sistemas utilizados atualmente pela contabilidade incluem softwares de contabilidade, sistemas de gerenciamento financeiro e soluções baseadas em nuvem. De acordo com Hatae, Daniela Mayumi (2021), os softwares de contabilidade oferecem uma ampla gama de recursos, como contabilidade geral, controle de estoque, folha de pagamento e faturamento. Além disso, os sistemas de gerenciamento financeiro permitem aos profissionais da contabilidade controlar e analisar as informações financeiras de uma empresa de maneira mais eficiente.

Os sistemas baseados em nuvem também estão ganhando popularidade. Esses sistemas permitem acesso remoto aos dados financeiros, bem como colaboração e compartilhamento de informações em tempo real. Além disso, esses sistemas geralmente oferecem backup automático de dados e suporte técnico 24 horas por dia (BATISTA; 2017).

Os certificados digitais, o eSocial, a Nota Fiscal 4.0 e o Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) são soluções tecnológicas importantes para a contabilidade no Brasil. De acordo com TEIXEIRA et al. (2017), os certificados digitais permitem a autenticação e validação de documentos eletrônicos, tornando o processo de contabilidade mais seguro e confiável. Além disso, eles também permitem a realização de operações financeiras on-line, como transferências bancárias, com maior rapidez e segurança.

O eSocial é um sistema que integra a apresentação de informações fiscais, previdenciárias e trabalhistas pelas empresas, que visa simplificar o processo de apresentação de informações e agilizar o processo de fiscalização por parte do Governo. A Nota Fiscal 4.0 é uma solução tecnológica para a emissão e armazenamento de notas fiscais eletrônicas; ela permite uma gestão mais eficiente de documentos fiscais e aumenta a transparência das operações financeiras. E o Sped é um sistema que visa a integração das informações contábeis e fiscais das empresas, que permite a automatização de processos e a eliminação de duplicidade de informações, tornando o processo de contabilidade mais eficiente e seguro (VELLUCCI, 2018).

2.3 REVISÃO DA LITERATURA EMPÍRICA CORRELATA

Nessa etapa da pesquisa, é reportada a revisão da literatura empírica correlata disponível na plataforma Spell, conforme reportado no Quadro 1:

Quadro 1: Revisão Da Literatura Empírica Correlata

Identificação	Objetivo do estudo	Metodologia	Resultados
Canidé, (2022).	Demonstrar os impactos das inovações tecnológicas na Contabilidade, e como objetivos específicos, discorrer sobre os principais dispositivos tecnológicos aplicados à Contabilidade e seus respectivos reflexos, bem como, conhecer o perfil do profissional contábil na atualidade e suas as perspectivas para a Contabilidade do Futuro.	Pesquisa de natureza básica, com objetivos exploratório-descritivos, e abordagem qualiquantitativa. Os dados foram coletados em fontes bibliográficas e pesquisa de campo com aplicação de questionários eletrônicos.	Os resultados encontrados demonstram que as inovações tecnológicas transformaram o ambiente da Contabilidade, que o surgimento de sistemas avançados conectados à internet revolucionou a processo produtivo contábil, aumentado assim a produtividade, eficiência e competitividade. Em relação ao perfil dos pesquisados, é possível verificar que estes possuem capacidade técnica e experiência necessária para desenvolver suas atividades conforme prevê as normas, que o perfil dos respondentes atende às necessidades do mercado para prestar os serviços contábeis de qualidade.
Júnior, Gilberto Alves Lopes, and José Rodolfo Melo C. Rodrigues. (2022)	Identificar as vantagens e desafios ocasionados pela contabilidade digital aos profissionais da contabilidade, verificando desse modo os conhecimentos estabelecidos pelo mercado de trabalho.	O presente trabalho aborda uma pesquisa com método exploratório.	Conclui-se que os profissionais da contabilidade precisam se adequar as mudanças, buscando sempre o melhor para sua prática profissional, respeitando a ética e se atualizando conforme demanda da sociedade.
Moraes, Castro, Marcelino, (2022).	Identificar quais as perspectivas dos profissionais de contabilidade em relação aos avanços tecnológicos como base da Contabilidade 4.0.	O estudo tem aspecto método misto, qualitativo e quantitativo. Participaram desta pesquisa 13 funcionários que trabalham em diferentes atuações em 13 escritórios contábeis da cidade de Ourinhos/SP.	Conclui-se que as empresas têm se mostrado dispostas em relação aos meios tecnológicos, tanto na aquisição de equipamentos mais modernos, como em capacitação para tornar a equipe ainda mais qualificada.

Identificação	Objetivo do estudo	Metodologia	Resultados
De Araujo, Simone Costa Loia, e Wellington Wagner da Silva. (2021)	Investigar a adoção de práticas para adequação à Contabilidade 4.0 em um escritório contábil familiar, com vinte e cinco anos de história.	Roteiro de entrevistas com gestores e visitas de campo junto ao escritório para observação e coleta de dados.	Os resultados encontrados indicam a adoção efetiva de duas práticas sugeridas na literatura, a robotização parcial das atividades e a segmentação do atendimento.
Hatae, Daniela Mayumi (2021).	Estudar opiniões e entender se todas essas inovações e evoluções transmitem ao profissional da contabilidade receio em ser substituído pelas máquinas	Pesquisa bibliográfica, sua natureza é classificada como aplicada, quanto ao objetivo foi usado o meio exploratório e para resultados estatísticos o método quali-quanti, realizado através de um questionário.	É possível concluir então que, embora essas evoluções ainda venham a ocorrer por muitos anos e o profissional da contabilidade tema esse processo, ele não será prejudicado em sua totalidade desde que se mantenha atualizado quanto às novidades tecnológicas já existentes e preparados para as que virão a surgir e ainda, se aprimore em pontos que a IA não conseguirá trabalhar como, capacidades interpretativas, analíticas, intuitivas, julgamentais, sentimentais e o processo de tomada de decisões, reduzindo a possibilidade de substituição por um longo tempo
Moraes, Castro, Marcelino, (2022).	Identificar quais as perspectivas dos profissionais de contabilidade em relação aos avanços tecnológicos como base da Contabilidade 4.0.	O estudo tem aspecto método misto, qualitativo e quantitativo. Participaram desta pesquisa 13 funcionários que trabalham em diferentes atuações em 13 escritórios contábeis da cidade de Ourinhos/SP.	Conclui-se que as empresas têm se mostrado dispostas em relação aos meios tecnológicos, tanto na aquisição de equipamentos mais modernos, como em capacitação para tornar a equipe ainda mais qualificada.
Coutinho, Carlecy (2020).	Compreender a influência da indústria 4.0 na área contábil e seus impactos.	Utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica-qualitativa-exploratória, através de livros e artigos com diversos autores sobre o tema proposto.	Compreendeu-se que a indústria 4.0 é de fundamental importância para a área contábil, pois permite que informações precisas, minimizando erros e maximizando acertos em relação a contabilidade. É preciso que a comunidade contábil acompanhe todo o processo legislativo, pois isso mudará o atual processo contábil e, transformará os contadores em verdadeiros analistas da informação.
Mota, Camila Menezes Dellalastra, and Eduardo José Freire. (2020)	Verificar o nível de proximidade dosUsuários da contabilidade acerca da Quarta Revolução Industrial, buscando-se especificamente:analisar as atitudes dos profissionais da contabilidade em relação a Quarta Revolução Industrial; descrever as benfeitorias e os impactos da Quarta Revolução Industrial para o profissional contábil; investigar a contribuição da Quarta Revolução para área contábil.	Neste artigo aplicou-se pesquisa descritiva, que é entendida como aquela que identifica, relata, compara e estuda os fatos humanos e do mundo físico, com objetivo de apresentar a descrição das características de determinada população ou fenômeno (BEUREN, 2008; BARROS; LEHFELD, 2007; GIL, 2002).	Para a maioria, as contribuições concentram-se no auxílio aos usuários com a rapidez, a eficiência e a agilidade no desenvolvimento de serviços. Concluindo assim as opiniões de Xavier e Rodrigues (2019), Pacheco et al. (2017) e Ferreira (2016), que a Indústria 4.0 é um instrumento de oportunidade que a tecnologia traz para área contábil, essa irá revolucionar os sistemas de informações e a ciência contábil está atrelada a tecnologia, por meio da agilidade em alcançar e repassar informações aos usuários.

Identificação	Objetivo do estudo	Metodologia	Resultados
Pinto, Mariana Dórea Figueiredo, et al. (2020)	Analisar as percepções e experiências dos docentes do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Sergipe (UFS) quanto à adequação formativa no âmbito da Contabilidade 4.0.contábil.	A metodologia adotada foi de caráter misto (quanti-quali), sendo aplicados questionários com questões abertas e fechadas a todos os docentes do Departamento de Ciências Contábeis, Campus São Cristóvão.	Os resultados demonstraram que a maior parte dos docentes compreende a importância da inserção de tecnologias digitais no processo de ensino-aprendizagem. Por outro lado, constatou-se que os docentes ainda não se sentem totalmente capacitados para atuar com boa parte dessas ferramentas digitais.

Fonte: levantamento efetuado pelos autores.

Os objetivos dos artigos estudados sobre Contabilidade 4.0 incluem compreender os impactos dessas tecnologias na contabilidade, identificar as vantagens e desafios da sua implementação, avaliar a eficiência dos processos contábeis com a utilização da tecnologia e fornecer recomendações para melhorias futuras.

Os métodos de pesquisa incluem revisões de literatura, estudos de caso, pesquisas quantitativas e qualitativas, entre outros. Os resultados podem variar de acordo com o objetivo da pesquisa, mas geralmente incluem uma avaliação dos impactos e desafios da implementação da Contabilidade 4.0, uma compreensão mais profunda dos benefícios da utilização de tecnologias digitais na contabilidade e recomendações para melhorias futuras.

No entanto, as distinções entre os artigos podem surgir na abordagem adotada pelo autor, na profundidade da pesquisa e nas conclusões e recomendações feitas. Por exemplo, alguns artigos se concentram mais na compreensão dos desafios da implementação da Contabilidade 4.0, enquanto outros se concentram mais nos benefícios da sua utilização.

3. METODOLOGIA

A pesquisa tem como método científico dentro desta investigação, caráter descritivo, uma vez que, identifica, relata, compara e estuda os fatos humanos e do mundo físico, como o objetivo de expor a descrição das características de determinada população ou fenômeno (BEUREN, 2008; BARROS; LEHFELD, 2007; GIL, 2002). Atrelado a isso, optou-se por uma pesquisa de levantamento, ou seja, realizada por meio de interrogação direta às pessoas interrogadas, as quais deseja conhecer o comportamento, obtendo informações que geram um senso ou informação (BEUREN, 2008; GIL, 2002).

A presente pesquisa, em relação à abordagem, se classifica como uma abordagem quantitativa. Nesse sentido, a natureza da pesquisa é aplicada, pois objetiva gerar conhecimentos para aplicações práticas para a solução de problemas específicos, como é a proposta desta pesquisa com a familiaridade das tecnologias da Contabilidade 4.0 nos escritórios de contabilidade de Teresina/PI.

Assim, foi elaborado um questionário através do Google Forms e presencialmente, relacionado ao assunto proposto, com o intuito de entender a opinião, a familiaridade, a concordância e discordância dos respondentes a respeito dos avanços tecnológicos na contabilidade, seus sistemas e os possíveis efeitos para o futuro do profissional da contabilidade.

Os sujeitos investigados foram os funcionários dos escritórios de contabilidade das quatros regiões de Teresina/PI (norte, sul, leste e central), de quatro escritórios, totalizando, assim, 16 escritórios de contabilidade.

Para a obtenção dos dados, os autores enviaram, no final do mês de fevereiro de 2023, e-mails, links por redes sociais ou pesquisas presenciais ao público pesquisado, solicitando a quantidade de funcionários dos mesmos antes de levar o questionário a fim de obter uma quantidade média de funcionários por escritório entrevistado, e as respostas obtidas foram de aproximadamente 3 funcionários por escritório, totalizando, dessa forma, 48 profissionais da

contabilidade; desses, chegou-se à amostra de 40 funcionários respondentes ao questionário, aproximadamente 83% desses profissionais, pois entre os 16 escritórios entrevistados, 8 funcionários(17%) não participaram da entrevista.

A coleta de dados foi feita através de questionário semiestruturado semiaberto. O instrumento foi adaptado da pesquisa "O nível de conhecimento dos profissionais em contabilidade acerca das características da indústria 4.0" (MOTA; FREIRE; 2020). A versão final do instrumento de coleta de dados foi composta por 16 itens.

Os sujeitos investigados foram os funcionários dos escritórios de contabilidade das quatros regiões de Teresina/PI (norte, sul, leste e central), onde em cada região foram entrevistados 4 escritórios), totalizando 16 escritórios de contabilidade, conforme pesquisa realizado na plataforma Google Forms, com critério de inclusão, sendo todo aquele colaborador de profissão contábil pertencentes aos escritórios entrevistados.

A constituição do instrumento, primeiramente, procura descrever o perfil dos funcionários; em seguida, são especificadas as questões sobre a utilização e atualizações tecnológicas que a empresa oferece aos usuários, a importância da Contabilidade 4.0, os avanços e a sua contribuição, assim, resolvendo os objetivos específicos: a) analisar as atitudes dos profissionais da contabilidade em relação à Contabilidade 4.0; b) descrever as benfeitorias e os impactos da Contabilidade 4.0 para o profissional da contabilidade; e c) investigar a contribuição da Contabilidade 4.0 para área contábil.

4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Conforme os resultados averiguados e acolhidos, a área contábil está sendo ocupada em sua maioria pela participação do público feminino. Segundo uma pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Contabilidade, no ano de 2018, as mulheres estão cada vez mais ganhando espaço e tornando a porcentagem dos gêneros mais equilibrada. Nessa pesquisa, o CFC estipula um comparativo no qual "em 1996 a participação da mulher no cenário contábil era de apenas aproximadamente 28%, enquanto a dos homens era de 72%. Após 26 anos, no ano de 2023, os profissionais da contabilidade com registro ativo correspondem atualmente em sua totalidade 526.518 mil, subdivididos entre 298.197(56%) do público masculino e 228.321(44%) do público feminino", evidenciando assim um crescimento significativo da mulher na área contábil, o que se confirma também na pesquisa atual feita na metrópole de Teresina/PI, em sua maior parte ocupada por mulheres.

> "A área de atuação é majoritariamente ocupada por contadores no setor fiscal e tributário e logo, em seguida, pelo setor pessoal, podendo ser por muitos funcionários atuarem nos novos instrumentos contábeis provindos da Contabilidade 4.0 como o Sped Fiscal (fiscal e tributário) e o eSocial (pessoal)."

A idade dos colaboradores indica que a sua grande maioria está entre as pessoas de 26 a 35 anos e logo em seguida por uma mínima diferença, entre 18 a 25 anos, perfil que indica a existência de um público muito jovem, reforçando, assim, os achados de Xavier e Rodrigues (2019), quando afirmam que os jovens têm mais facilidade em entender e desenvolver novas habilidades tecnológicas.

Quanto ao grau de instrução, sua grande maioria, a amostra apresenta ensino superior completo. Logo em seguida, têm-se o ensino superior incompleto e uma pequena porcentagem com pós-graduação lato sensu, podendo ser compreendido que a maioria dos escritórios possui uma maior quantidade de colaboradores com graduação e a grande minoria com especializações acerca de áreas mais específicas, porém sem aprofundamento em pós-graduações stricto sensu (mestrado ou doutorado). Paralelo a isso, a área de atuação é majoritariamente ocupada por contadores no setor fiscal e tributário e logo, em seguida, pelo setor pessoal, podendo ser por muitos funcionários atuarem nos novos instrumentos contábeis provindos da Contabilidade 4.0 como o Sped Fiscal (fiscal e tributário) e o eSocial (pessoal).

A Tabela 2, a seguir, informa a proporção da aplicação das tecnologias contábeis dentro dos seus respectivos escritórios (certificado digital, armazenamento em nuvem, sistemas de gestão e Sped Contábil e Fiscal).

Tabela 1- Sistemas e Softwares Contábeis

Utilização de Certificado Digital	Quantidade	Porcentagem
Sim	37	92,50%
Não	3	7,50%
Total	40	100,00%
Utilização de Armazenamento em nuvem	**Quantidade**	**Porcentagem**
Sim	29	72,50%
Não	11	27,50%
Total	40	100,00%
Utilização de Sistemas de Gestão	**Quantidade**	**Porcentagem**
Sim	40	100,00%
Não	0	0,00%
Total	40	100,00%
Utilização de Sped Contábil e Fiscal	Quantidade	Porcentagem
Sim	40	100,00%
Não	0	0,00%
Total	40	100,00%

Fonte: dados da pesquisa.

Conforme a pesquisa realizada, nota-se que a grande maioria opinou pela utilização destas tecnologias e sistemas em suas atividades rotineiras de trabalho, uma vez que os programas de contabilidade para lançamentos, demonstrações e assinaturas necessitam desses sistemas para o escritório efetuar suas funções de forma prática e rápida, tendo apenas uma pequena quantidade que não utiliza o armazenamento em nuvem.

Tabela 2- Grau de Conhecimento

Grau de Conhecimento do Certificado Digital, Nuvem e Sistemas de Gestão		
Grau	Respostas	Porcentagem
Nenhum	3	7,50%
Básico	5	12,50%
Intermediário	10	25,00%
Avançado	22	55,00%
Total	40	100,00%
Grau de Conhecimento Sped Contábil e Fiscal		
Grau	Respostas	Porcentagem
Nenhum	4	10,00%
Básico	7	17,50%
Intermediário	14	35,00%
Avançado	15	37,50%
Total	40	100,00%

Fonte: dados da pesquisa.

Tabela 3- Capacitação de funcionários e escritórios

Funcionários Participa de capacitação	Respostas	Porcentagem
Sim	17	42,50%
Não	23	57,50%
Total	40	100,00%
Empresas fornecem atualizações, cursos, palestras, etc.	**Respostas**	**Porcentagem**
Sim	19	47,50%
Não	21	52,50%
Total	40	100,00%

Fonte: dados da pesquisa.

De acordo com os dados recolhidos, nota-se que uma grande maioria percebe possuir conhecimentos avançados ou intermediários quanto às tecnologias, como certificado digital, armazenamento em nuvem e sistemas de gestão contábil e uma quantidade significativa de funcionários com conhecimento intermediário do Sped fiscal e contábil. Atrelado a isso, nota-se um nível equiparado de profissionais que fizeram e não fizeram curso de capacitação para dominar os sistemas mencionados, tendo uma pequena diferença, na qual a maioria fez curso de capacitação.

Além disso, evidencia-se o mesmo grau comparativo quando analisadas as empresas que fornecem atualizações de alguns ou de todos os sistemas mencionados, tendo uma pequena diferença, na qual a maioria das empresas oportuniza cursos, palestras, reuniões ou aulas com o objetivo de atualizar seus funcionários quanto a esses sistemas, indicando que os escritórios de Contabilidade estão fornecendo cenários de modernizações de informações tecnológicas para seus colaboradores internos, evidenciando interesses pela qualificação profissional, agilidade, conhecimentos, inovações e serviços atualizados (XAVIER; RODRIGUES, 2019; SOUZA; GASPARETTO, 2018; SOUZA, 2018; SANT'ANNA et al., 2011).

Tabela 4- Capacitação de funcionários e escritórios

Busca de cursos de capacitação por parte dos colaboradores	Respostas	Porcentagem
Sim	31	77,50%
Não	9	22,50%
Total	40	100,00%

Fonte: dados da pesquisa.

Tabela 5- Grau de importância de cursos de capacitação para o profissional da contabilidade

Concordância da importância da busca de cursos de capacitação para o funcionário contábil	Respostas	Porcentagem
Discordo Totalmente	0	0,00%
Discordo	0	0,00%
Não sei opinar	2	5,00%
Concordo	18	45,00%
Concordo Totalmente	20	50,00%
Total	40	100,00%

Fonte: dados da pesquisa.

Conforme exposto nas tabelas, um número maioritário de funcionários dos escritórios busca frequentemente esses cursos com o objetivo de se atualizarem quanto a possíveis novas tecnologias e, na Tabela 6, percebe-se uma unanimidade quanto à concordância de que a busca de cursos de capacitação contínua para os novos sistemas e softwares que surgirem na contabilidade para se manter no mercado de trabalho, com apenas 5% de colaboradores que opinaram nas demais alternativas, reforçando, assim, a afirmativa de Xavier e Rodrigues (2019) de que o profissional da contabilidade deve procurar sempre se inovar e conhecer, para se atualizar e se adaptar às frequentes alterações promovidas pelas normas e legislações atuais.

As últimas perguntas do questionário foram feitas com o objetivo de recolher respostas subjetivas dos funcionários quanto aos seguintes tópicos: a) se os impactos das novas tecnologias da Contabilidade 4.0 (Sped, sistemas em nuvem, certificado digital, eSocial, entre outros) podem ser considerados positivos; b) se o profissional da contabilidade acredita que os avanços da tecnologia na Contabilidade 4.0 podem prejudicar o futuro do profissional da contabilidade,

De forma unânime, as respostas decorriam que de forma alguma existem impactos negativos para a Contabilidade 4.0 e que estas não prejudicam o futuro do profissional da contabilidade, pois funciona como um instrumento benéfico de composição do novo contador, visto que ocorre uma maior exigência por profissionais com conhecimentos tecnológicos quanto aos sistemas contábeis atuais. Dessa forma, a tecnologia deve ser vista como uma aliada. Assim, para os respondentes, não existem aspectos negativos relacionados à Contabilidade 4.0, bem como é um instrumento eficaz para Ciência Contábil.

Como afirmam Xavier e Rodrigues (2019), Schwab (2019) e Ferreira (2016), a Revolução 4.0 abrange muito mais melhorias à área Contábil do que impactos negativos. Alinhado a Xavier e Rodrigues (2019), Pacheco et al. (2017) e Ferreira (2016), pode-se notar que a Indústria 4.0 mostra-se uma importante oportunidade para área contábil, na medida em que essa tecnologia irá revolucionar os sistemas de informações e a Ciência Contábil por meio da agilidade em alcançar e repasse de informações.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa consistiu em investigar se os escritórios de contabilidade da região metropolitana de Teresina/PI estão se adaptando à Contabilidade 4.0 e, partindo disso, evidenciar o perfil do novo profissional da contabilidade. O estudo encontrou respostas positivas quanto à adaptabilidade dos escritórios para com essas novas tecnologias e traçou um perfil comum, atual e correspondente a atualidade, pois os funcionários respondentes, em sua maioria, possuem conhecimentos quanto aos instrumentos e sistemas contábeis provindos da Contabilidade 4.0 e buscam conhecer mais através de cursos de capacitação novos sistemas que podem surgir com as futuras evoluções tecnológicas.

Quanto à perspectiva da Contabilidade 4.0 para o profissional da contabilidade, de forma unânime, os investigados enxergam aquela como um instrumento positivo com apenas aspectos favoráveis para a composição do profissional da contabilidade e para a contabilidade, pois o induz a se atualizar e a conhecer mais frequentemente as tecnologias atuais

“Quanto à perspectiva da Contabilidade 4.0 para o profissional da contabilidade, de forma unânime, os investigados enxergam aquela como um instrumento positivo com apenas aspectos favoráveis para a composição do profissional da contabilidade e para a contabilidade.”

para se manter no mercado de trabalho, dessa forma, servindo como um aliado para a profissão, respondendo, assim, os objetivos específicos neste estudo.

O presente estudo contribui para pesquisas que tratam das mudanças tecnológicas na contabilidade e da Contabilidade 4.0 em si, conforme contribui para a composição de um cenário novo contábil, pois a sociedade passa por um período de informatização de processos e pelo uso de novas ferramentas contábeis que chamam a atenção de profissionais e pesquisadores, que buscam relacionar as atualizações necessárias para com o profissional contador com o perfil conservador e resistente da contabilidade (ARAUJO; SILVA;2021).

Ademais, o tema abordado contribui com a literatura nacional, mediante a apresentação de dados e informações atualizadas, as quais podem servir de suporte para um melhor entendimento do assunto.

A metodologia utilizada pode ser considerada satisfatória, uma vez que proporcionou informações que propiciaram maior entendimento quanto à Contabilidade 4.0, às ferramentas provindas desta (certificado digital, sistema nuvem, sistemas de gestão, eSocial, Sped, notas fiscais, etc.) e, principalmente, quanto à adaptação dos profissionais dos escritórios com essas novas tecnologias e como os serviços e os profissionais atuais de Teresina/PI se apresentam diante desta nova tecnologia e, ainda, se estes se refletem resultados positivos e significativos ou não.

Como limitação da presente pesquisa, pode-se citar o dimensionamento da amostra investigada, o que impossibilita quaisquer esforços de generalização dos resultados alcançados além dessa amostra.

Por fim, cabe mencionar que, para os futuros estudos, sugere-se que esta pesquisa seja replicada em outras localidades, aperfeiçoando a pesquisa comparando as regiões da cidade pesquisada e adicionando perguntas que busquem traçar se existe alguma dificuldade quanto à utilização destas novas tecnologias ou adicionando as novas ferramentas que possam vir a surgir.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Letícia Silva. Adoção de Business Analytics na contabilidade. (2021). Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/233228. Acesso em: 28 dez. 2022.

BARROS, Aidil Jesus Paes; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Fundamentos de metodologia científica. 3. ed. Brasil: Makron, 2007. Disponível: https://www.travessa.com.br/fundamentos-de-metodologia-cientifica-3-ed 2007/artigo/3950861c-6ff9-4713-a154-1cadedd038ad

BATISTA, Emerson O. Sistemas de informação. Saraiva Educação SA, 2017. v.2, n.8, p. 73 – 157 ,2012.

CANIDÉ, Marcos da Luz. "Contabilidade 4.0: os impactos das inovações tecnológicas na contabilidade." (2022). Disponível em: http://repositorio.undb.edu.br/handle/areas/763. Acesso em: 12 jan. 2023.

CASTRO, Julyanne Lages de Carvalho et al. A contabilidade e suas origens. 2017. Disponível em: https://interdisciplinar.faculdadefmb.edu.br/wp- content/uploads/2017/11/A-CONTABILIDADE-E-SUAS-ORIGENS.pdf. Acesso em: 7 dez. 2022.

COELHO, Pedro Miguel Nogueira Coelho. Rumo à indústria 4.0. Dissertação de Mestrado. Universidade de Coimbra. Coimbra, Portugal, 2016. Disponível em: https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/36992

COUTINHO, Carlecy. A influência da indústria 4.0 na área contábil. 2020. Disponível em: http://repositorio.anhanguera.edu.br:8080/handle/123456789/399. Acesso em: 10 de dezembro de 2022.

DA SILVA, Ewerson Moraes; MOTA, Myriam Becho. Evolução histórica da contabilidade e dos sistemas de gestão de custos. 2003. Disponível em: https://www.academia.edu/download/28591941/051.pdf. Acesso em: 15 fev. 2023.

DE ARAUJO, Simone Costa Loia; DA SILVA, Wellington Wagner. INDÚSTRIA 4.0: IMPACTOS NA CONTABILIDADE E ADEQUAÇÕES EM UM ESCRITÓRIO CONTÁBIL. Disponível em: https://sistema.emprad.org.br/7/arquivos/19.pdf. Acesso em: 2 de novembro de 2022.

DE ARRUDA, Danniely Cristiny Soares, Érika Zabala Gomes, and Cleston Alexandre dos Santos. "UMA NA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA ÁREA DE CONTABILIDADE DO MUNICÍPIO DE CORUMBÁ-MS SOBRE O SPED." (2013). Disponível em: https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/artigo_sped.pdf. Acesso em: 28 de dezembro de 2022.

DELFINO, G. S., Floriano, V. A., Silva, C. E. A. da, & Martins, Z. B. (2021). A PERCEPÇÃO DE ALUNOS DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS ACERCA DAS COMPETÊNCIAS DO PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE. Revista

Brasileira De Contabilidade E Gestão, 10(18), 001-017. Disponível em: https://doi.org/10.5965/2316419010152021001

FERREIRA, T. J.: Automação contábil: tecnologia aplicada em contabilidade sob a ótica da Teoria Institucional. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Fundação Escola do Comércio Álvares Penteado, São Paulo, 2016. Disponível em: .

Acesso em: 25 fev. 2020. Disponível em: http://pergamum.fecap.br/biblioteca/imagens/00002c/00002c49.pdf

GERA, F. F., Machado, L. F., Silva, M. L., Resende, T. T., & Chagas, M. F. (2013). Tecnologia na contabilidade: uma análise dos sistemas fiscais, trabalhistas e contábeis. Diálogos em contabilidade: teoria e prática (online), v.1, n.1, ed.1, jan-dez. Disponível em: https://doi.org/10.23925/cafi.v4i1.51225

BEUREN, Ilse Maria. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: https://sgcd.fc.unesp.br/Home/helberfreitas/tcci/gil_como_elaborar_projetos_de_pesquisa_-anto.pdf

HATAE, Daniela Mayumi. "A Contabilidade 4.0 e a percepção de profissionais da contabilidade quanto às consequências para seu futuro." (2021). Disponível em: https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/15401. Acesso em: 10 jan. 2023.

ISZCZUK, Ana Claudia Duarte et al. Evoluções das tecnologias da indústria 4.0: dificuldades e oportunidades para as micro e pequenas empresas.

Brazilian Journal of Development, v. 7, n. 5, p. 50614-50637, 2021. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/30081. Acesso em: 8 de fevereiro de 2023.

JÚNIOR, Gilberto Alves Lopes; RODRIGUES, José Rodolfo Melo C. CONTABILIDADE DIGITAL: VANTAGENS E DESAFIOS PARA OS PROFISSIONAIS DA CONTABILIDADE. Disponível em: https://univisa.edu.br/wp- content/uploads/2022/03/Gilberto.pdf. Acesso em: 20 de fevereiro de 2023.

MORAES, GEOVANA MARIA DE OLIVEIRA; DE CASTRO, MAICON DOUGLAS SANTOS; MARCELINO, JOSÉ ANTONIO. CONTABILIDADE 4.0:

PERSPECTIVAS FUTURAS PARA A PROFISSÃO. Revista Científica e-Locução, v. 1, n. 21, p. 20-20, 2022. Disponível: https://periodicos.faex.edu.br/index.php/e- Locucao/article/view/458

MOTA, Camila Menezes Dellalastra; FREIRE, Eduardo José. O nível de conhecimento dos profissionais em contabilidade acerca das características da indústria 4.0. Revista Científica da Ajes, v. 9, n. 19, 2020. Disponível em: https://www.revista.ajes.edu.br/index.php/rca/article/view/394

PACHECO, Gabriel Jacob Velandia; CARRILLO, Alfredo Rafael Anguila; BARRIOS, Wendell Graham Archibold. La contabilidad como tecnología blanda: una visión desde los imaginarios sociales. Cuadernos de Contabilidad, Bogotá-Colombia, v. 18, 50, 2017.

SANT'ANNA, Paulo Roberto de; LONGO, Orlando Celso; BARONE, Francisco Marcelo; COVA, Carlos José Guimarães; OLIVEIRA, Fernando Augusto Lagoeiro de. Tecnologia da informação como ferramenta para a análise econômica e financeira em apoio à tomada de decisão para as micro e pequenas empresa. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 45, n.5, pp.1589-1611, 2011. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0123-14722017000100001

PINTO, Mariana Dórea Figueiredo et al. A Indústria 4.0 e sua influência na evolução da Contabilidade: uma análise da percepção dos docentes do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Sergipe. In: Anais do Congresso UFSC de Controladoria e Fianças. 2020. Disponível em: http://ccn-ufsc- cdn.s3.amazonaws.com/10CCF/20200713225431_id.pdf. Acesso em: 5 de fevereiro de 2023.

PLETSCH, Elvis Alan. Contabilidade gerencial e blockchain: um estudo sobre o impacto da tecnologia para a informação contábil utilizada na contabilidade gerencial. 2021. Disponível em: https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/8671. Acesso em: 10 de fevereiro de 2023.

RODRIGUES, Ana Tércia Lopes; XAVIER, Leonardo Montes. Indústria 4.0 e avanços tecnológicos da área contábil: Perfil, percepções e expectativas dos profissionais. Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2019. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/197623. Acesso em: 15 fev. 2023.

RUSCHEL, Marcia Erna; FREZZA, Ricardo; UTZIG, Mara Jaqueline Santore. O impacto do SPED na contabilidade desafios e perspectivas do profissional da contabilidade. Revista Catarinense da Ciência Contábil, v. 10, n. 29, 2011, p. 09-26. Disponível em: https://revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/view/1215. Acesso em: 28 dez. 2022.

SANT'ANNA, Paulo Roberto de; LONGO, Orlando Celso; BARONE, Francisco Marcelo; COVA, Carlos José Guimarães; OLIVEIRA, Fernando Augusto Lagoeiro de. Tecnologia da informação como ferramenta para a análise econômica e financeira em apoio à tomada de decisão para as micro e pequenas empresa. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 45, n.5, pp.1589-1611, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rap/a/r7yCWtcP7v6x8VWdNjTgpcn/abstract/?lang=pt SANTOS, Marcos Igor da Costa. Tecnologias, desempenho financeiro e transformações na profissão contábil: um estudo nos escritórios de contabilidade da Região Nordeste do Brasil. 2020. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/20417. Acesso em 15 de janeiro de 2023.

SANTOS, MOURA. CONTABILIDADE 4.0: INFORMAÇÃO DIGITAL. 2022.Disponível em: https://revistas.unilago.edu.br/index.php/revista- cientifica/article/view/514 . Acesso em: 20 de fevereiro de 2023

SANTOS, MURATA et al. "CONTABILIDADE 4.0: INFORMAÇÃO DIGITAL." Disponível em: file:///C:/Users/Plus/Downloads/516-Texto%20do%20Artigo-1689-1- 10-20220112.pdf. Acesso em 21 de janeiro de 2023.

SCHWAB, Klaus. A quarta revolução industrial. Tradução de Daniel Moreira Miranda. 1. ed. São Paulo: Edipro, 2019. Disponível em: https://rct.dieese.org.br/index.php/rct/article/download/154/pdf/480

SCHWINDT, Marcela Chagas de Souza. Os principais impactos da inteligência artificial na Contabilidade Gerencial. 2020. Disponível em: https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/60535 Acesso em: 26 de dezembro de 2022

SOUZA, E. S.; GASPARETTO, V. Características e impactos da indústria 4.0: percepção de estudantes de

ciências contábeis. XXV CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 25., Vitória, 2018, Anais...Vitória. ISSN 2358-856X, 2018. Disponível em: . Acesso em: 25 fev. 2020. Disponível em: https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/4570

TEIXEIRA, Anna Carolina; DE SOUZA, Leandro Miranda; DE SOUZA, Serjane Fidelis. Documento Eletrônico Aplicado à Contabilidade. Anais SNCMA, v. 8, n. 1, 2017. Disponível em: http://anais.unievangelica.edu.br/index.php/sncma/article/view/224

VALENTE, Nelma Terezinha Zubek. Qualidade da informação contábil na perspectiva da ciência da informação. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-21082014-203328/en.php. Acesso em 02 de novembro de 2022.

VELLUCCI, Rosana Gribl et al. Os desafios da implantação do eSocial. Revista da Micro e Pequena Empresa, v. 12, n. 1, 2018, p. 67-81. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7112736. Acesso em: 25 jan. 2023.

XAVIER, Leonardo Montes; RODRIGUES, Ana Tércia Lopes. Indústria 4.0 e avanços tecnológicos da área contábil: perfil, percepções e expectativas dos profissionais. 2019. 16 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Contábeis). Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais - Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). 2019. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/197623

Francisco Gustavo da Silva Queiroz Costa

Graduando de Ciências Contábeis
Universidade Federal do Piauí – UFPI

Victor Gabriel De Brito Osório

Graduando de Ciências Contábeis
Universidade Federal do Piauí – UFPI

Christiane Carvalho Veloso

• Doutora em Ciências Contábeis e Administração pela Fucape Business School.
• Mestra em Gestão pelo Instituto Superior de Gestão (Lisboa/PT) - Reconhecido pela Universidade Federal do Ceará (UFC/CE).
• Pós -Graduação em Gestão pela Faculdade Ademar Rosado (FAR)
• MBA em Planejamento Estratégico e Gestão Estratégica pela Uninter
• MBA Empresarial em Contabilidade: A Nova Visão Contábil Pela Uninter.
- Graduada Em Ciências Contábeis Pela Faculdade Nova Unesc.
Exerce A Docência Desde 2008.

João Carlos Hipolito Bernardes Nascimento

• Doutor em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio De Janeiro (UFRJ)
• Mestre em Contabilidade na Área de Concentração Contabilidade Gerencial pela (Fucape)
• Especialista em Gestão de Recursos Humanos pela Universidade de Pernambuco - UPE
• MBA em Gestão de Negócios pela Escola De Engenharia e Agrimensura da Bahia - EEA
• Graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina (2009) e em Tecnologia em Processos Gerenciais pela Universidade Norte do Paraná (2006).

Conversa Afinada

Entrevista com João Luis Aguiar

Presidente da Academia Goiana de Ciências Contábeis (AGOCICON)

Como começou a sua atuação na área contábil em sua trajetória? Fale-nos um pouco do início e também sobre quais foram os mais relevantes aprendizados que a contabilidade lhe proporcionou até hoje?

Na época, jovem, o objetivo era crescer como pessoa e profissional. Então, surgiu a oportunidade em fazer o curso de Técnico em Contabilidade pela Escola de Comércio na cidade de Araguari – MG. Posteriormente, vislumbrando novas oportunidades mudei para Goiânia - GO e iniciei na carreira bancária, trabalhando em instituições financeiras, a princípio em Goiânia e posteriormente em várias cidades do interior de Goiás, permanecendo nesse seguimento por aproximadamente 17 (dezessete) anos. Inicialmente, como escriturário, cargos de chefia até chegar a Gerente Administrativo. Então, mesmo trabalhando no interior de Goiás, na época com pouquíssimas universidades, permaneci um período sem estudar, embora, me aperfeiçoando em cursos de extensão (pequena duração). Num momento, surgiu a oportunidade em cursar Ciências Contábeis, pela Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO), em Goiânia. Após concluindo o ensino superior à educação continuada tornou-se uma constante, como vários cursos de aperfeiçoamentos, especializações em diversas áreas da Contabilidade e Finanças, Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado e autoria de vários livros relacionados a Perícia Contábil. Assim, através da contabilidade foi concluir várias realizações profissional, como por exemplo estar como Presidente da AGOCICON.

> “A AGOCICON (...) em conformidade com o seu Estatuto Social (...) fomentar, produzir; desenvolver, participar de projetos e eventos, como seminários e exposições; promover cursos e intercâmbios de conhecimentos sobre temas relacionados a Ciência Contábil.”

Em suas palavras, como é atuar como presidente da Academia Goiana de Ciências Contábeis (AGOCICON) e quais são as principais ações e objetivos do seu mandato?

A Academia Goiana de Ciências Contábeis – AGOCICON, fundada em 24 de março de 2017, composta por 30 (trinta) acadêmicos fundadores da qual fui eleito Presidente para o Biênio 2023-2024, a qual, em conformidade com o seu Estatuto Social possui diversos objetivos, dentre eles o de cultuar a memória de todos aqueles que contribuíram para o aprimoramento da Ciências Contábil, fomentar, produzir; desenvolver, participar de projetos e eventos, como seminários e exposições relacionadas a Contabilidade; promover cursos e intercâmbios de conhecimentos sobre

temas relacionados a Ciência Contábil. Atuar como Presidência está sendo um grande desafio, juntamente, com a Diretoria eleita e os demais acadêmicos, ou seja, somos a família AGOCICON. As ações estão sendo implementadas em conformidade com os objetivos da Academia, sendo uma delas dar maior visibilidade a nível regional e nacional. A nível regional uma das principais ações que está sendo implementado e através do projeto sugerido pela Diretoria de Ensino e Pesquisa Diretor Carlos Henrique Silva e Carmo é o de excelência aos trabalhos acadêmicos, possivelmente, em parcerias com a Universidade Federal de Goiás (UFG) e o Conselho Regional de Contabilidade de Goiás (CRCGO).

Qual foi o seu maior desafio na carreira como Perito Judicial Contábil?

Na Perícia Contábil, atuo há 22 (vinte e dois) anos e cada trabalho, tanto na Perícia Judicial como na Extrajudicial é um novo desafio. Todavia, devido a experiência de vários anos em instituições financeiras, empresa multinacional, Alimentos e Textil tem contribuído de forma significativa na evolução dos trabalhos periciais. Sendo maior desafio como Perito Judicial Contábil é atuar e manter exclusivamente do labor pericial, isso, sem mencionar os desafios tecnológicos, evolução profissional, busca incessante pela Educação Continuada e estar preparado para os trabalhos de grande repercussão.

Quais as principais contribuições que você trouxe para os trabalhos de publicações de livros e cursos de extensão que você ministrou?

A princípio os livros tinham como objetivo em divulgar os trabalhos periciais juntos ao Judiciário, ou seja, como um cartão de apresentação. Após, tornou-se essencial para aprimorar os conhecimentos através de pesquisas, leitura, escrita, cursos de extensão e contribuir para com a classe de estudantes, profissionais e interessados em geral em atuar na Perícia Contábil.

Como você se mantém atualizado com as últimas tecnologias e tendências no campo da perícia contábil?

Entendo que a evolução da tecnologia é proporcional a evolução da humanidade ou vice-versa. Então, a tecnologia é como se fosse uma parte relevante do nosso corpo, sem a qual profissionalmente falando não haveria os avanços nos trabalhos periciais e no Judiciário. Assim, evoluímos com o avanço da Inteligência Artificial (*Artificial Intelligence* – A.I., em inglês), da Computação Cognitiva e outras ferramentas tecnológicas, que permitem aumentar a competitividade e a produtividade, tornando possível perceber, raciocinar e agir com celeridade e precisão imensurável. Assim, a tecnologia se tornou uma ferramenta imprescindível nas atividades periciais, com tendências de constante evolução para que cheguemos ao ápice de precisão na perícia judicial e extrajudicial

Qual o maior conselho que você daria para quem pretende atuar na área de Perícia e na área tributária, sobretudo no que abrange os processos tributários?

Inicialmente, para atuar como Perito Contábil em diversas especificidades e na área tributária é necessário estar habilitado junto ao Conselho de Classe e possuir conhecimento técnico-científico. Segundo compreender o rito processual relacionado a perícia contábil e habilidade na leitura e na escrita. Concluindo, possuir conhecimento das Normas Contábeis Brasileiras de Contabilidade NBC PP 01 (R1) NBC PT 01(R1), Código de Processo Civil, Código Civil, Código Tributário Nacional, Estadual e Municipal; uma boa fonte de pesquisas como uma biblioteca física e digital, além, do conhecimento de legislação específica da lide em discussão.

“Sendo maior desafio como Perito Judicial Contábil é atuar e manter exclusivamente do labor pericial, isso, sem mencionar os desafios tecnológicos, evolução profissional, busca incessante pela Educação Continuada e estar preparado para os trabalhos de grande repercussão.”

Análise do imposto de renda solidário distributivo no Município de Tangará da Serra/ MT

Keila Dias dos Santos, Graziele Oliveira Aragão Servilha , Sonia Aparecida Beato Ximenes de Melo, Márcio Íris de Morais e Flávio Amaral Oliveira

RESUMO

As doações efetuadas por meio da destinação do imposto de renda são uma das predominantes formas de captação de recursos dos Fundos Sociais. Recursos aplicados exclusivamente nos programas e ações de proteção, ao Fundo Municipal de Direitos da Criança e do adolescente (FMDCA) e ao Fundo Municipal de Políticas da Pessoa Idosa (Fumappi), sob a orientação dos respectivos Conselhos, sujeitos à fiscalização do Ministério Público. Desse modo, a pesquisa objetiva-se analisar os critérios de destinação do IR solidário em relação aos valores arrecadados e distribuídos nos anos de 2018 a 2021 no Município de Tangará da Serra/MT. Refere-se a um estudo descritivo, com abordagem quali-quantitativa e utilizou-se do método bibliográfico e documental. As informações foram coletadas com base nos dados disponibilizados pela prefeitura do município e Receita Federal. Constatou-se que, para os projetos sociais receberem os recursos oriundos do IR, devem estar em conciliação com as legislações vigentes estabelecidas pelo município. Os resultados ressaltam que houve maiores doações no ano de 2021 com um montante de R$7.100.335,86. Contudo, foi evidenciada a necessidade de melhor divulgação de campanhas, no qual promoverá o fortalecimento da consciência cidadã sobre o tributo social que interfere direta e positivamente na realidade dos indivíduos.

Palavras-chave: Tributos. Doações. Idosos. Crianças e Adolescentes.

ABSTRACT

Donations made through the destination of Income Tax are one of the predominant ways of raising funds from the Social Funds. Resources applied exclusively to protection programs and actions, to the Municipal Fund for the Rights of Children and Adolescents (FMDCA) and to the Municipal Fund for Policies for the Elderly

(Fumappi), under the guidance of the respective Councils, subject to inspection by the Public Ministry. In this way, the research aims to analyze the criteria for the destination of the solidarity IR in relation to the amounts collected and distributed in the years 2018 to 2021 in the municipality of Tangará da Serra/MT. It refers to a descriptive study, with a quali-quantitative approach and used the bibliographic and documentary method. The information was collected based on data provided by the city hall and the Federal Revenue. It was found that for social projects to receive funds from the IR, they must be in harmony with the current legislation established by the municipality. The results emphasize that there were greater donations in 2021 with an amount of R$7,100,335.86. However, the need for better dissemination of campaigns was evidenced, which will promote the strengthening of citizen awareness about the social tribute that interferes directly and positively in the reality of individuals.

Keywords: Taxes. Donations. Elderly. Children and Adolescents.

1 . INTRODUÇÃO

Do panorama tributário mundial para a tributação brasileira, verifica-se que o Imposto de Renda sobre a Pessoa Física (IRPF) evidencia um perfil brando se comparado com outras administrações tributárias. Inúmeras são as ações da sociedade por serviços públicos, tanto no âmbito federal, estadual ou municipal. Diante disso, o Estado exerce um papel elementar ao minimizar as desigualdades geradas pela economia de mercado, no que se refere à distribuição de renda e bem-estar de seus cidadãos (CASTRO, 2014).

> “É uma oportunidade legítima de direcionar impostos às prioridades da municipalidade abrindo-se caminhos para políticas públicas voltadas ao investimento na concretização dos direitos fundamentais garantidos na Constituição Federal (CF).”

Constituição Federal, por meio do art. 151, parágrafo I, possibilita a redução do ônus tributário em forma de incentivos fiscais, desde que a sua finalidade seja a igualdade do desenvolvimento socioeconômico entre as regiões brasileiras e, para isso, existem leis que regulamentam doações direcionadas a projetos de cunho social (BRASIL,1988).

No Brasil, uma das formas de exercer a denominada responsabilidade social é por meio do benefício fiscal, no qual, o Governo federal, juntamente com os municípios, busca promover a divulgação de incentivos ficais voltados a questão solidária, e a possibilidade de o contribuinte destinar parte do imposto de renda (IR) para ações sociais (CASTRO, 2014).

É uma oportunidade legítima de direcionar impostos às prioridades da municipalidade abrindo-se caminhos para políticas públicas voltadas ao investimento na concretização dos direitos fundamentais garantidos na Constituição Federal (CF). Entretanto, muitos projetos e entidades sociais deixam de arrecadar este recurso para desenvolver atividades em prol das pessoas em conjuntura de vulnerabilidade social por desconhecimento do contributário (MATOS, 2017).

Por conseguinte, a contabilidade deve mostrar preocupação com o trabalho social das entidades do Terceiro Setor, pois é um importante paradigma para que o doador de recursos avalie o âmbito em questão promovido pelas organizações. Sendo assim, é notório que o crescimento do Terceiro Setor no Brasil impacta positivamente o aumento da participação social (CARNEIRO et al., 2011).

As destinações de parte do IR devido ao Fundo da Criança e do Adolescente e ao Fundo do Idoso não geram nenhum ônus ao contribuinte, visto que o valor do tributo seria pago de qualquer maneira e, consequentemente, destinado aos cofres públicos da União. A destinação é um ato de empatia e auxílio ao próximo, pois, doando, o recurso fica no município e oportuniza ações que busquem assegurar os direitos e um futuro melhor para as pessoas em fragilidade social (MEDEIROS, 2016). E a não arrecadação tributária, seja por evasão ou sonegação fiscal, dificulta o papel do Estado, fazendo-se necessário o comprometimento de toda a sociedade.

Chaves (2010) instrui que o contribuinte tem que estar atento aos incentivos fiscais. Neste contexto, os profissionais da contabilidade são qualificados para interpretarem a legislação fiscal tal como

os pontos de intermédio com as práticas contábeis, no qual devem orientar seus clientes quanto ao direcionamento da parte do imposto de renda que tem a pagar, para instituições sociais.

Diante do exposto, o estudo buscou responder ao seguinte questionamento: **Qual a destinação do imposto de renda solidário em relação aos valores arrecadados e distribuídos nos anos de 2018 a 2021 no Município de Tangará da Serra/MT?** Para a obtenção da resposta tem como objetivo geral: demonstrar o imposto de renda solidário arrecadado e distribuído entre 2018 a 2021 no Município de Tangará da Serra/MT; e como objetivos específicos: caracterizar as exigências para o cadastramento dos projetos sociais; demonstrar o quantitativo da arrecadação do imposto de renda do período de 2018 a 2021 do Município de Tangará da Serra/MT e identificar os projetos que contam com os benefícios do imposto solidário no município.

Justifica-se o estudo pela relevância social, pois as doações para projetos sociais tendem a ser ampliadas, teórica e empiricamente, por dados que servem para o profissional da contabilidade, que poderá de posse destas informações melhor orientar os contribuintes, destacando o papel da contabilidade nesse processo, e contribuindo com a sociedade no enfoque da destinação do imposto de renda solidário.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Contabilidade Tributária

A contabilidade é tão antiga quanto a existência do homem e, historicamente, a contabilidade existia como um modelo de inventário, para mensurar, fiscalizar e preservar o patrimônio das empresas (IUDÍCIBUS et al., 2017). Assim sendo, a contabilidade é a ciência que tem como objeto de estudo o patrimônio de pessoas físicas ou jurídicas, devendo auxiliar nas necessidades de cada organização visando ao lucro ou não. Por isso, a contabilidade surgiu para analisar as informações patrimoniais, dando importância à realidade, verificação, atuação, e eficiência útil das questões sociais (HENRILKSEN; VAN BREDA, 2012).

> “Uma das áreas da Contabilidade é a Contabilidade Tributária, em que a cobrança de tributos tem o intuito de regulamentar e propiciar a vida em sociedade, por intermédio da contribuição individual de cada indivíduo em prol de toda a comunidade.”

Nesse contexto, uma das áreas da Contabilidade é a Contabilidade Tributária, em que a cobrança de tributos tem o intuito de regulamentar e propiciar a vida em sociedade, por intermédio da contribuição individual de cada indivíduo em prol de toda a comunidade. No Brasil, além da carga complexa e superposta de obrigações, os tributos firmam uma ocupação emaranhada e onerosa, apresentam um perfil de carga tensa sobre as atividades produtivas das entidades que crescem cada ano. E essas constantes modificações das normas tributárias criam um campo demasiadamente instável, no qual as organizações desenvolvidas têm maiores probabilidades de gerar lucros do que as demais (OLIVEIRA, 2005).

De acordo com o art. 3º do CTN (Código Tributário Nacional), tributo é “toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada” (CTN, 1966). O art. 77 do CTN alega que os tributos são subsídios obrigatórios, previstos em lei, no qual regulamente incidem sobre o patrimônio, a renda e o consumo do contribuinte com base no fato gerador, no caso dos impostos, taxas e contribuições de melhoria. Esse fator é propriamente alguma conjunção, a partir da qual, o contributário passa a ter que liquidar o tributo (CNT, 1966).

O advento do tributo enreda-se com o surgimento do Estado e do Direito, e que certamente acompanhou a evolução humana. Mediante os fatos, a questão do sistema de tributação resultou pela necessidade do qual o Estado supria suas necessidades em gerar o bem comum perante a sociedade (FELTRIN et al., 2021).

Nesse sentido, para se efetivar como tributo, é necessário verificar a sua natureza, direto ou indireto, e analisar a denominação aplicada para o imposto, ou seja, para que se tenha um tributo, é primordial encontrar a destinação de sua arrecadação. Pode-se dizer que a importância dos tributos está relacionada tanto para quem o arrecada como para quem o desembolsa. Por conseguinte,

entende que o recolhimento é sempre obrigatório e deve ser executado corretamente, caso ao contrário o contribuinte enfrentará consequências (CAMPANHA, 2021).

A falta de transparência em relação aos impostos e contribuições pagos pela sociedade é resultado do grande número de tributos incidentes sobre o mercado de bens e serviços. A cobrança de tributos está associada com a ideia de que a sociedade deve custear para que todo cidadão, seja rico ou pobre, tenha direito a um ensino de boa qualidade, tratamento cabível das enfermidades, condições dignas de moradia e entre outros. A questão é saber qual deve ser a extensão da contribuição de cada indivíduo. E cabe ao Estado, portanto, a responsabilidade de viabilizar o funcionamento dos serviços públicos essenciais questionados pela coletividade (CAMPANHA, 2021).

De acordo com a Constituição Federal (CF) de 1988, os impostos federais, estaduais e municipais são recolhidos no Brasil e têm incidência através do fato gerador sobre cada um. A verba dos impostos deve ser designada a sociedade através da Previdência Social, programas de seguridade social, programas públicos de saúde, manutenção da infraestrutura física do país e da infraestrutura administrativa e entre outros (BRASIL, 1988). No Quadro 1 demonstra a competências de cada ente federativo.

Quadro 1 – Competência dos Tributos

Competência	Impostos Tributários
Federal	(II) Imposto sobre Importação
	(IOF) Imposto sobre Operações Financeiras
	(IPI) Imposto sobre Produtos Industrializados
	(IRPF) Imposto de Renda Pessoa Física
	(IRPJ) Imposto de Renda Pessoa Jurídica
	(COFINS) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
	(PIS) Programa de Integração Social
	(CSLL) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
	(INSS) Instituto Nacional do Seguro Social
Estadual	(ICMS) Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
	(IPVA) Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
	(ITCMD) Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação
Municipal	(IPTU) Imposto sobre a propriedade Predial e Territorial Urbana
	(ISS) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
	(ITBI) Imposto de Transmissão de Bens Imóveis

Fonte: adaptado CNT (1966).

Os impostos federais são responsáveis por mais da metade de todo o imposto arrecadado no país e têm como intuito regulamentar o consumo de determinados produtos, por meio do controle das taxas, como é visto nos produtos importados. Em relação ao Estado, o objetivo é de custear atividades da administração pública, no qual é utilizado para gerar benefícios aos habitantes do município. Desse modo, cada estado tem a liberdade para destinar o recurso arrecadado em concordância com as metas estabelecidas. E, por último, temos os impostos municipais, no qual a arrecadação viabiliza que o poder público realize as prioridades da população, prestando serviços essenciais

como saúde, educação, saneamento e obras (CNT, 1966).

Em suma, a arrecadação de imposto passou a ser visto como essencial na promulgação do desenvolvimento governamental, todavia, não se faz com medidas paliativas, pois se devem ocorrer mudanças estruturais que envolvem o enfrentamento das desigualdades, em que se ressaltam as medidas fiscais redistributivas para concretizar a justiça social (FERNANDES, 2016).

A equalização do sistema tributário brasileiro ocorre por meio da redução da incidência dos tributos indiretos e aumento dos tributos direitos, como o imposto de renda, e é de fundamental relevância para com a justiça fiscal. A principal receita do Estado é proveniente de tributos. Por isso, há de ser orientado com base no viés redistributivo, tanto na perspectiva do gasto público voltado para a prestação de serviços públicos ou transferência direta de receitas públicas, a beneficiar questões mais necessitadas no viés solidário e justo para com as instituições (RAMALHO, 2020). Por conseguinte, faz se necessário aprofundar sobre o Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF).

2.2 Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF)

O imposto de renda (IR) é um dos principais tributos implementados no Brasil; sua previsão legal está na Constituição da República Federativa do Brasil (CF) de 1988, no art. 153, que descreve a competência e suas características. Outra legislação que discorre sobre o IR é o Código Tributário Nacional (CTN), dos artigos 43 ao 45, em que traz mais algumas especificidades para o imposto (CNT, 1966).

> “Para além dos rendimentos tributados sob a estrutura de alíquotas progressivas, o Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) é ainda mais leniente com as rendas de capital, tributadas unicamente na fonte a alíquotas lineares ou isentas, como o caso notório da distribuição de lucros e dividendos.”

Além disso, em 26 de março de 1999, surge o Decreto n.º 3.000, no entanto, revogado pela Resolução n.° 9.580, de 22 de novembro de 2018, que regulamenta a tributação, a fiscalização, a arrecadação e a administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (BRASIL, 2018).

Em suma, é um tributo da união que incide sobre a renda tanto das pessoas físicas e jurídicas e cada qual com suas competências, recolhido ao Tesouro Nacional (FELTRIN et al., 2021). O Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) incide diretamente sobre a renda e/ou patrimônio, com uma alíquota progressiva, que varia conforme os rendimentos do contribuinte. Em sua estrutura, utilizam-se faixas de isenção relativamente altas, combinadas com uma alíquota marginal máxima de 27,5% (Tabela de 2015), o que restringe sua capacidade distributiva, colocando-a abaixo da média de países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (FERNANDES, 2016).

Para além dos rendimentos tributados sob a estrutura de alíquotas progressivas, o Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) é ainda mais leniente com as rendas de capital, tributadas unicamente na fonte a alíquotas lineares ou isentas, como o caso notório da distribuição de lucros e dividendos (FERNANDES, 2016).

Conforme os artigos 43 e 45 da Lei n.º 5.172, de 1966 (CTN), são contribuintes do IR, pessoas físicas que obtenham disponibilidade econômica ou jurídica de renda, compreendida como produto do capital, do trabalho ou da conciliação de ambos, e de proventos de qualquer natureza, entendidos como acréscimos patrimoniais não depreendidos no conceito de renda (BRASIL, 1966).

Perante a obrigatoriedade do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), anualmente, os indivíduos deverão entregar a declaração de seus rendimentos e bens, tributando o imposto requerido ou apurando a restituição. O cenário mais comum que exige a entrega de declaração está relacionando com rendimentos, tais como (benefícios, remuneração por serviços prestados e salários), juros ganhos de capital e outras rendas (como direitos autorais e aluguéis) ou proventos, como a aposentadoria (BRASIL, 1966).

Mediante os fatos, os cidadãos (pessoas físicas) residentes no Brasil, que no ano-calendário (ano anterior ao da entrega da

declaração) se enquadraram em uma das situações a seguir cuja soma de todos os rendimentos superou o ano base, estão legalmente obrigadas a enviar a declaração de imposto de renda à Receita Federal (BRASIL, 1966).

Existem cinco alíquotas, sendo que o cálculo do IRPF é feito sobre a apuração dos rendimentos tributáveis menos as deduções. A dedução legal do imposto de renda, é um valor que pode ser abatido da base de cálculo durante a declaração, e dessa forma, tende a reduzir o valor do imposto a ser pago, com a finalidade de garantir o cumprimento da capacidade contributiva, dado que são involuntárias e inerentes à vida do contribuinte. A não declaração do IRPF, o contributário estará sujeito a multa (RECEITA FEDERAL, 2014). A Tabela 1 demonstra a base de cálculo que está em vigor desde 2015.

Tabela 1 – Imposto sobre a Renda da Pessoa Física – ano-base de 2022

Base de cálculo mensal	Alíquota	Valor a deduzir do IR
Até R$ 1.903,98	Isento	R$ 00
De R$ 1.903,98 a R$ 2.826,65	7,5%	R$ 142,80
De R$ 2.826,65 a R$ 3.751,06	15%	R$ 354,80
De R$ 3.751,06 a R$ 4.664,68	22,5%	R$ 636,13
Acima de R$ 4.664,68	27,5%	R$ 869,36

Fonte: Receita Federal (2014).

Nesse contexto, o sistema tributário influencia a distribuição de renda a partir do momento em que se aplica de diversos recursos de arrecadação, impactando de modo diferenciado cada contributário. Desse modo, considerando a relevância da responsabilidade social no contexto de tributação, a prerrogativa do estado em exigir tributos tem por objetivo final o bem-estar e dignidade humana, e por outro lado o não recolhimento do tributo deve auxiliar como instrumento de condutas socialmente responsáveis (FERNANDES, 2016).

O declarante do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), além de cumprir seu papel de contribuinte, poderá também contribuir socialmente com a destinação de parte desse imposto para projetos vinculados ao município, o denominado imposto de renda solidário.

2.3 Imposto de Renda Solidário

Na contemporânea conjuntura econômica e jurídica, o IR tem um papel eficaz para estabilidade e o nivelamento da igualdade econômica. O contribuinte deve optar em direcionar o percentual de IR aos cofres do Governo federal ou a um determinado Fundo, que pode ser municipal ou estadual, de grande valia para o avanço socioeconômico entre as diferentes regiões do país, ou seja, estará proporcionando um futuro melhor para crianças e adolescentes carentes, como também ao idoso, pois terá a certeza de que a parcela que deixou de entregar aos cofres públicos terá uma destinação uma correta e socialmente relevante (FELTRIN et al., 2021).

Neste contexto, por meio do Decreto n.° 9.580, de 2018, art. 84, a pessoa física por livre escolha poderá optar por deduzir do imposto sobre a renda devido na forma decretada no caput no § 1º do art. 80, na declaração de ajuste anual, as quantias de fato distribuída no ano-calendário anterior a título de doações ou de patrocínios, tanto por meio de contribuições ao Fundo Nacional de Cultura (FNC), nos termos estipulados no inciso II do caput do art. 5º da Lei Rounet n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991 (BRASIL, 2018).

Diferencialmente das despesas dedutíveis, que reduzem o total de rendimentos tributáveis, as doações incentivadas reduzem de modo direto o imposto devido. Teoricamente, não é uma doação e, sim, uma destinação de parte do imposto devido. A destinação pode ser aplicada em duas modalidades, sendo a primeira durante o ano-calendário, e a segunda na realização no momento da entrega da declaração (exercício). Desse modo, somente são dedutíveis as doações para fundos de assistência (crianças, adolescentes e idosos) monitorados pelos Conselhos municipais, estaduais ou nacional (BRASIL, 2018).

No período de entrega da Declaração de Ajuste Anual (DAA) do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF), o contribuinte tem a oportunidade de destinar até 3% do imposto devido para os Fundos dos Direitos da Criança

> Os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, também conhecidos como Fundo para Infância e Adolescência (FIA), está presente nas três esferas: municipal, estadual e federal, conforme prevê o art. 88, da Lei n.º 8.069, de 1990, vinculados à execução de determinados objetivos ou serviços, facultados à adoção de normas especificas de aplicação.

e do Adolescente, e mais 3% para os Fundos do Idoso, propriamente pelo Programa Gerador de Declaração (PGD). É importante frisar, só podem fazer destinação do imposto (ou da restituição a receber) na declaração os contribuintes que optarem pela declaração completa (BRASIL, 2018). Contudo, são os próprios contribuintes que escolhem qual instituição desejam doar o devido percentual e os valores obtidos são transferidos pelos membros do conselho municipal.

A pessoa física não pagará um valor maior de imposto e nem terá o valor de sua restituição reduzido; meramente concederá que parte do imposto devido seja destinado diretamente para um fundo social. Desde que essas instituições de cunho social estejam adequadamente cadastradas e aprovadas para receber tais recursos. Nesse sentido, além de beneficiar os projetos, o contribuinte/doador poderá conduzir e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados (BRASIL, 2018).

Diante disso, faz-se necessário conhecer essas instituições, que poderão ser vinculadas e se beneficiar desse projeto, são: Estatuto da Criança e Adolescente (ECA); Fundos dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes e Fundo Nacional do Idoso.

O Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) incorporou os avanços evidenciados na convenção sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas e trouxe para se concretizar a Lei n.º 8.069, que foi publicada em 13 de julho de 1990, regulamentando o citado art. 227 e em concordância com a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, aprovada pela Assembleia Geral da ONU e validada pelo Brasil em 24 de setembro de 1990 (BRASIL, 1990).

O estatuto é formado por princípios e regras que regem inúmeros aspectos da vida infanto-juvenil, desde o nascimento da criança até a maioridade, por meio de um sistema aberto que traz a segurança precisa para com o delineamento das condutas. Esses princípios são essenciais para as relações jurídicas estabelecer o equilíbrio e justiça entre as partes e têm por objetivo garantir os direitos fundamentais dos mesmos, com normas protetivas, descritas na Constituição Federal, de 1988, e consignados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990).

Enquanto os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, também conhecidos como Fundo para Infância e Adolescência (FIA), está presente nas três esferas: municipal, estadual e federal, conforme prevê o art. 88, da Lei n.° 8.069, de 1990, vinculados à execução de determinados objetivos ou serviços, facultados à adoção de normas especificas de aplicação e, por esta natureza, os recursos que os constituem se modificam em recursos públicos, devendo ser geridos e administrados mediante os princípios constitucionais (BRASIL, 1990).

A criança e adolescente gozam de todos os direitos fundamentais assegurados por lei ou por outros meios à pessoa humana, a fim de lhes facultar o aprimoramento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade. Esses direitos estão garantidos no art. 5º da CF, de 1988, e consignados no Estatuto, tais como: o direito à vida, à saúde, à educação, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, à cultura, ao lazer, ao esporte, à profissionalização e à proteção no trabalho, direito estes garantidos pela família, pela sociedade e pelo Poder Público, no qual devem contribuírem com sua parcela para o prosseguimento e proteção integral do estatuto (BRASIL, 1988).

Neste contexto, por meio do Decreto n.° 9.580, de 2018, art. 80, inciso I, os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente estaduais e municipais passaram a receber os incentivos fiscais do IR. As receitas designadas a esses Fundos não excluem a obrigação do Poder Público de

contemplar no orçamento, especialmente da saúde, da educação e da assistência social, recursos para a implementação de programas, projetos, serviços e ações ligadas à área da infância, considerando o princípio da prioridade absoluta (BRASIL, 2018).

O Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI) é um órgão superior de natureza e deliberação colegiada, permanecente, paritário e deliberativo, integrante da estrutura regimental da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). Por meio do conselho, cumprem-se as diretrizes para a caracterização e implementação da Política Nacional do Idoso (BRASIL, 2003).

Originado em 13 de maio de 2002, o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI) contabilizou avanços notáveis na política dos direitos das pessoas idosas no país, sendo um deles o estatuto do Idoso, instrumento que proporciona direitos especiais e institui programas de qualidade de vida desta parcela da população. Nessa perspectiva, os fundos se constituem em instrumentos fundamentais para ocasionar a implementação das políticas e ações voltadas para a proteção em defesa dos direitos e melhoria da qualidade devida da pessoa idosa, seguindo as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional do Idoso (CNDI, 2002).

O Estatuto do Idoso, instituído pela Lei n.º 10.741, de 1º de outubro de 2003, permite aos contribuintes, em seu art. 115, e, também, em conformidade com a Lei n.º 12.213, de 2010, foi revogada pela resolução n.º13.797, de 2019, no qual autoriza a pessoa física a realizar doações aos fundos monitorados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacionais de modo direto na declaração de ajuste anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (BRASIL, 2003).

2.4 Estudos Correlatos

Ao analisar o atual modelo de sistema tributário do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) e suas inferências, Calliero (2017) percebe que a impossibilidade de dedução de algumas despesas essenciais à efetivação de direitos sociais, tais como despesas com: saúde, moradia, alimentação, bem como a diminuição dos gastos com educação e dependentes, são valores incompatíveis com a realidade, no qual ferem o princípio da capacidade contributiva e a correta aferição de renda líquida tributável.

> "É importante identificar a legislação e os procedimentos necessários para se realizar essa doação e conscientizar e incentivar os cidadãos a fazerem doação de parte do IR diretamente para Fundos Públicos que trabalham com projetos sociais."

Ramalho (2020) explica a gradatividade atual do imposto sobre a renda e busca acentuar a importância do estado social, para tentar cooperar com determinações tributárias de redução da desigualdade socioeconômica, pelo aspecto distributivo e redistributivo dos impostos. E, ao analisar os mecanismos inseridos ao IRPF, efetuando se comparações com os números de alíquotas, deduções e arrecadações da França, Argentina e Brasil, a França teve a maior alíquota, 45%, seguida de Argentina com 35% e Brasil com 27,5%. Diante disso, Campanha (2021), percebe que o Brasil lida com um sistema tributário regressivo, no qual penaliza os indivíduos com menor poder aquisitivo.

Nesse contexto Leal et al. (2021) reforça a importância de identificar a legislação e os procedimentos necessários para se realizar essa doação e conscientizar e incentivar os cidadãos a fazerem doação de parte do IR diretamente para Fundos Públicos que trabalham com projetos sociais. Desse modo, o projeto leão solidário serviu como base na divulgação para com a legislação do IR, no intuito de promover a conscientização aos contribuintes.

Para tanto, Feltrin et al. (2021) apresenta os critérios de destinação do IR solidário em relação aos recursos arrecadados e distribuídos ao Fundo Municipal da Criança e Adolescente, no período de 2017 a 2019 da cidade de Santa Maria/RS. Observou-se um grande número de projetos sociais aprovados nos 3 anos de estudo e um expressivo valor de arrecadação do imposto. Ao comparar a projeção versus arrecadação, identificou que em 2017 somou 89,60% do montante final, em 2018, 112,85% e em 2019, cerca de 118,08% do valor previsto.

Ao analisar os resultados das ações do Programa de Educação Fiscal na cidade de Santa Maria/RS, na campanha Imposto Solidário no ano de 2020, Lages et al. (2021) destacaram que, no ano calendário 2020, foram destinados

um valor total de R$1.487.527,81, diretamente em depósitos aos fundos municipais, por empresas tributadas pelo lucro real e pessoas físicas, restando ainda a destinação via declaração de imposto de renda (IR) pela pessoa física, no modelo completo, a ser realizada no exercício 2021.

Quando observado o estudo de Matos (2017), em que identificou os principais fatores na destinação dos benefícios fiscais do IR relativos ao fundo da infância e adolescência do Município de Criciúma/SC. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) do município aprovou 30 projetos gerando um impacto social, atendendo diretamente a 2.000 crianças e 54 adolescentes. O estudo constatou que Criciúma/SC possui 23 entidades inscritas no CMCDA, porém, apenas 17 foram contempladas com recursos do Fundo para Infância e Adolescência (FIA).

E, para proporcionar um conhecimento maior aos contribuintes, os autores Goulart et al. (2018), realizou através do curso de Ciências Contábeis da Unifimes o projeto do Imposto de Renda Solidário. Com isso, o projeto visou-se em proporcionar uma vivência prática profissional aos acadêmicos, bem como por intermédio de ações de extensão contribuir com os cidadãos locais, prestando informações e elaborando declarações, promovendo assim ações de ensino-aprendizagem.

Conforme delineado nos estudos correlatos, o pagamento do imposto de renda (IR) é de cunho social. A ideia é que a parcela da população com rendimentos maiores contribui mais para o Governo, a fim de gerar dinheiro para melhorias na qualidade de vida de toda a sociedade. A irregularidade de rendimentos ou a não declaração podem levar o indivíduo a cair na malha fina, e mediante a isto ficar com pendências na Receita Federal.

“Conforme delineado nos estudos correlatos, o pagamento do imposto de renda (IR) é de cunho social. A ideia é que a parcela da população com rendimentos maiores contribui mais para o Governo, a fim de gerar dinheiro para melhorias na qualidade de vida de toda a sociedade.”

As debilidades e fragilidades socioeconômicas são identificadas pela diferença entre o que é arrecadado e o que é investido em políticas públicas. Analisou-se, com a realização destes estudos, a relevância da destinação do IR solidário, através de doações promovidas por meio de incentivos fiscais, no qual auxilia de forma significativa projetos sociais voltados a crianças/adolescentes e idosos e outros, em estado de vulnerabilidade e que os órgãos responsáveis pelo aspecto redistributivo para com recursos públicos e pelo cumprimento dos direitos constitucionalmente previstos.

3. METODOLOGIA

A pesquisa adotou uma abordagem quali-quantitativa. Qualitativa, pois se trata de uma análise mais caracterizada em relação ao conteúdo estudado. Para Sampieri (2006), estudo qualitativo possui uma realidade a ser descoberta e demanda sobretudo de dispersão ou ampliação das informações dos dados. Quantitativa, segundo Knechtel (2014), é uma categoria que atua sobre um paradoxo social, composta por variáveis numéricas, as quais são analisadas de maneira estatística com o intuito de instaurar as generalizações preditas na teoria e se na prática sustentam ou não.

Quanto à natureza da pesquisa, caracterizou como sendo descritiva. Segundo Silva (2003), retrata as características de uma determinada população ou fenômeno, determinando relações entre variáveis na análise do levantamento dos dados coletados.

Com relação aos procedimentos técnicos, utilizou-se o bibliográfico e documental implementando um levantamento de trabalhos publicados, constituídos sobretudo de livros, artigos científicos e as leis que regem esta temática. Para Gil (2008), pesquisa bibliográfica é um estudo sistematizado e tem como intuito proporcionar a rápida obtenção das informações requeridas por meio de materiais desenvolvidos. No que se refere à pesquisa documental Gil (2008), pois possui aspectos com a bibliográfica, a diferenciação está na natureza das fontes, visto que esta forma se vale de materiais que não tiveram ainda um método analítico, ou que ainda podem ser reformulados conforme os objetos da pesquisa.

A coleta de dados compreendeu informações do período 2018 a 2021, no Município de Tangará da Serra/MT,

e Receita Federal por meio do Protocolo n.º 10265.346096/2022-16. Tangará da Serra/MT, sendo um dos 141 municípios do Estado de Mato Grosso, possui uma área de 11.636,976 km², com uma população estimada em 107.631 mil habitantes (IBGE, 2021) e um PIB per capita de 32,99% (IBGE, 2019).

Os dados foram tabulados com uso do software Microsoft Office Excel, analisados e apresentados em quadros e gráficos de distribuição de frequência e percentual.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Legislação e exigências para o cadastramento dos projetos sociais

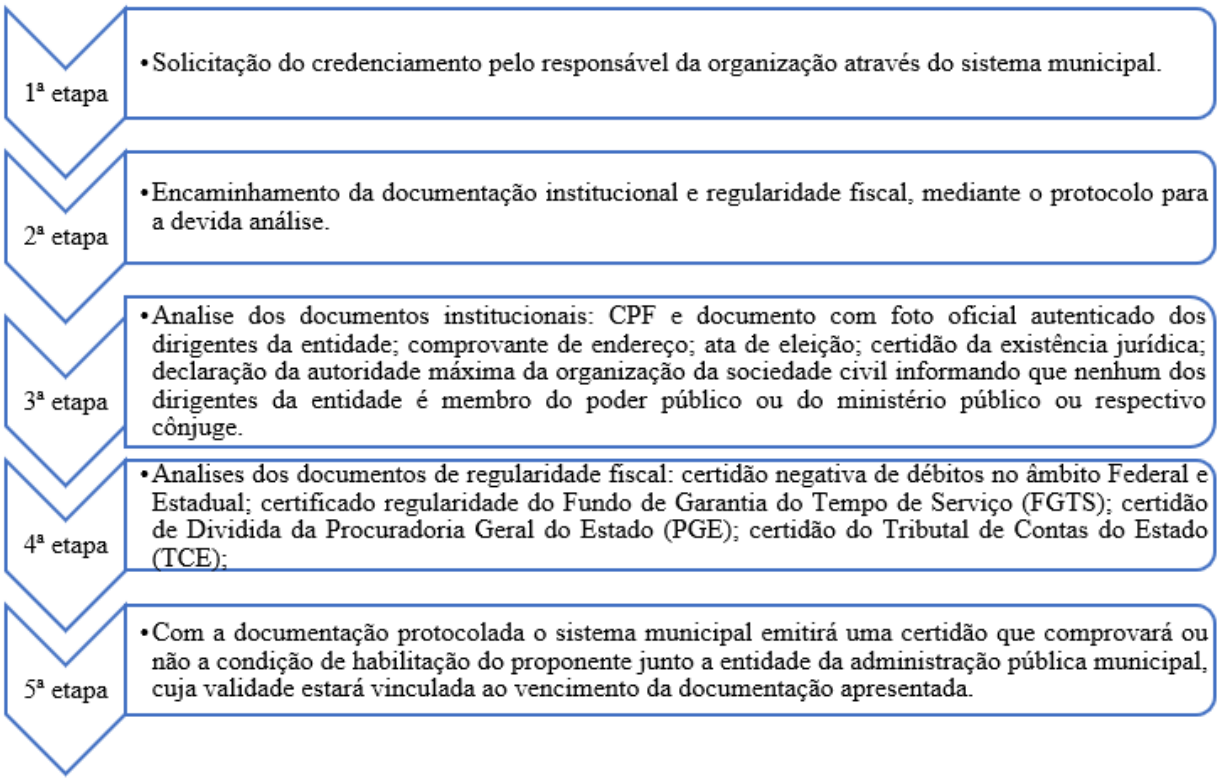
Identificaram-se as exigências que instituições que financiam os serviços, programas ou projetos voltados ao atendimento de criança e adolescentes, e do idoso em situação de risco social, precisam cumprir para receber os recursos dedutíveis de IR devido, advindos de contribuições de pessoas físicas.

Cada município estabelece as regras e requisitos para firmar as parcerias com as organizações da sociedade civil. No Município de Tangará da Serra/MT, é regulamentado pelo Decreto n.º441, de 16 de dezembro de 2016, vigorando a partir de 1º de janeiro de 2017. O referido decreto estabelece as organizações da sociedade civil como: entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre seus sócios ou associados eventuais resultados, auferidos mediante exercícios de suas atividades; sociedades cooperativas previstas na Lei n.º 9.867/1999 ou organizações religiosas que se proporcionem a atividades ou projetos de interesse público (TANGARÁ DA SERRA, 2016).

Com os recursos vinculados à parceria, poderão as organizações pagar, entre outras despesas, remuneração da equipe, diárias, custos indiretos, aquisição de equipamentos permanentes, desde que necessário a execução do objeto. Os recursos serão liberados de acordo em conformidade com o cronograma de desembolso, e poderá ser acompanhado eletronicamente pelo site da administração pública municipal (TANGARÁ DA SERRA, 2016).

Para que os fundos municipais repassem os recursos para as parceiras credenciadas é preciso que atendam o Decreto n.º 451, de 20 de dezembro de 2016, Capítulo III do Credenciamento e Habilitação para parceiras (Figura 1).

Figura 1 – Credenciamento e Habilitação



Fonte: Receita Federal (2014).

A habilitação plena se efetivará com a entrega total dos documentos institucionais e de regularidade fiscal. A habilitação parcial será disponibilizada quando a entidade tiver qualquer documento institucional não apresentado ou com validade vencida. E a habilitação positiva com efeito negativo ocorre quando a organização tiver em situação de inadimplência de regularidade fiscal ou de prestação de contas (TANGARÁ DA SERRA, 2016).

Sendo assim, o Município de Tangará da Serra/MT criou a Lei n.º 2.581/2006 depois revogada pela Lei n.º 2.969, de 2008, e alterada em 2012 pela Lei n.º 3.851, de 2 de julho, em conformidade com a Lei Nacional n.º 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que determina a Política Nacional do Idoso, e do Decreto-Lei n.º 1.948, de 3 de julho de 1996.

Na referida Lei consta o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDDPI), órgão deliberativo e consultivo, que tem a finalidade específica de coordenar a implantação da Política Municipal da Pessoa Idosa em Tangará da Serra/MT. Para a aplicação dos objetivos da Política Municipal da Pessoa Idosa, o município institui o Fundo Municipal de Apoio à Política da Pessoa Idosa (Fumappi), órgão da Administração Municipal, responsável pela gestão dos recursos destinados à cobertura de planos, programas, projetos e promoções específicas deste setor (TANGARÁ DA SERRA, 2012).

Constituirão receitas do Fundo: recursos provenientes de órgãos da União ou do Estado relacionados à Política da Pessoa Idosa; Transferências do Município; Receitas resultantes de doações de iniciativa privada, pessoas físicas ou jurídicas; Rendimentos eventuais, inclusive de aplicações financeiras dos recursos disponíveis; Transferências do exterior; Dotações orçamentárias da União e dos Estados, conseguidos precisamente para o atendimento desta lei; Receitas de acordos e convênios; Outras receitas.

“Constituirão receitas do Fundo: recursos provenientes de órgãos da União ou do Estado relacionados à Política da Pessoa Idosa; Transferências do Município; Receitas resultantes de doações de iniciativa privada, pessoas físicas ou jurídicas; Transferências do exterior; Dotações orçamentárias da União e dos Estados, conseguidos precisamente para o atendimento desta lei; Receitas de acordos e convênios; Outras receitas.”

Outro Fundo importante do Município de Tangará da Serra/MT, que receberem os recursos oriundos de doações é Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA), a partir da Lei n.º 605 de 10 de outubro de 1990 e depois revogada pela Lei 2016, de 2003, em 2012 foi revogada novamente pela Lei n.º 3812, de 2012, A lei propõe-se o atendimento dos direitos da criança e do adolescente no Município, e desenvolvida mediante políticas sociais básicas, de educação, esporte, recreação, saúde, lazer, cultura, profissionalização da criança e do adolescente, assegurando às mesmas o tratamento com dignidade, respeito à autonomia e a convivência familiar e comunitária. Para que o fundo receba as doações é preciso ser dirigido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), também estabelecido na referida Lei.

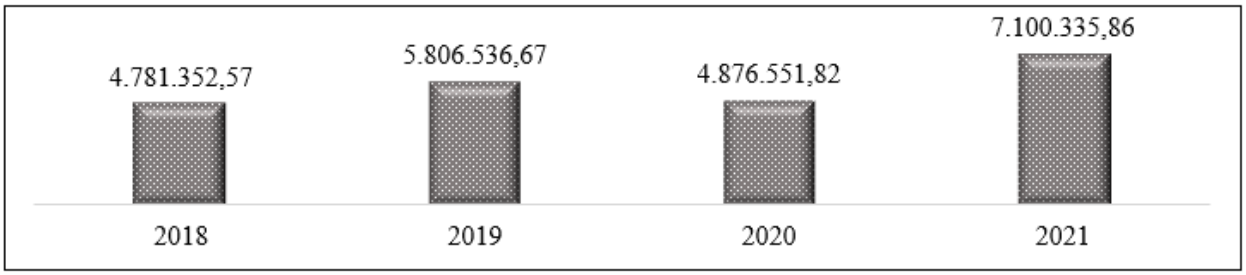
A parceria entre a administração pública e organizações da sociedade civil, foi instituída pela Lei n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, na qual estabelece as finalidades de interesse público e recíproco, "mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação" e seguidamente atualizado pela Lei n.º 13.204, de 2015 (BRASIL, 2014).

4.2 Quantitativo da arrecadação do imposto de renda do período de 2018 a 2021

Os valores doados diretamente para o município de Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) no decorrer dos anos de 2018 a 2021, juntamente com outras doações, estão classificadas na receita orçamentária arrecadada no Município

de Tangará da Serra/MT, como receitas "TRANSF. ENT. PRIVADAS" e "OUTRAS RECEITAS CORRENTES". Vale lembrar que as projeções dos valores são realizadas no ano calendário e os valores são repassados no ano posterior, identificado como ano de arrecadação (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Quantitativo da arrecadação de doação do imposto de renda no decorrer dos anos de 2018 a 2021 juntamente com outras doações

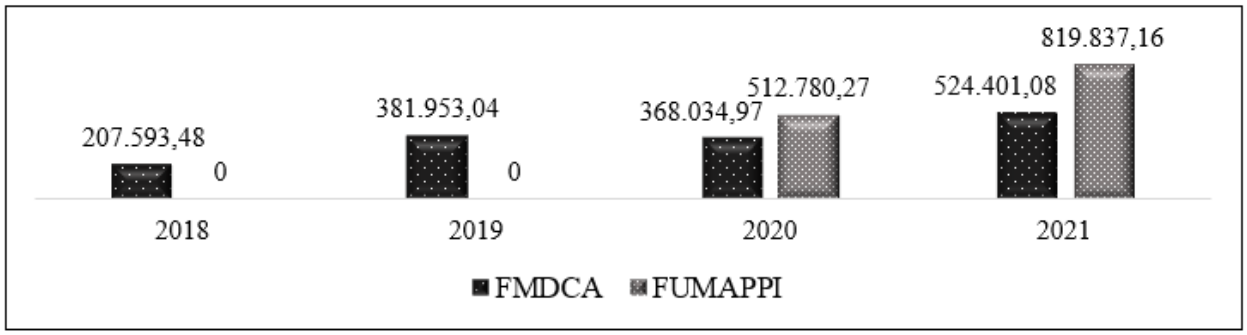


Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Nota-se, que houve maiores doações no ano de 2021 totalizando 31,47% de toda a arrecadação. O ano de 2019 teve um percentual significativo de doações correspondendo a 25,73%, enquanto 2018 correspondeu cerca de 21,19%. No entanto, percebe-se uma queda significativa nas doações de 2019 para 2020 e isso pode estar relacionado ao ano pandêmico, em que houve diminuição na renda dos trabalhadores. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2021), a pandemia da Covid-19 causou profundos impactos no mercado de trabalho, principalmente no nível de ocupação, afetando ainda os rendimentos do trabalho e as horas trabalhadas daqueles que permaneceram ocupados. Mas, na medida em que houver uma retomada econômica, pode-se esperar um aumento na proporção de doações, conforme observado no ano 2021.

No Gráfico 2, são demonstrados os valores do imposto de renda solidário, montante repassado pela Receita Federal diretamente aos Fundos Municipais do Direitos da Criança e do adolescente (FMDCA) e da Políticas da Pessoa Idosa (Fumappi); valores destinados pelo contribuinte na hora da realização da declaração do imposto de renda (IR) no período 2018 a 2021.

Gráfico 2 - Receitas de doações de imposto de renda solidário de pessoa física aos fundos públicos municipais



Fonte: Dados da pesquisa (2022)
FMDA – Fundo Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente
FUMAPPI – Fundo Municipal de Políticas da Pessoa Idosa

Nota-se que no período pesquisado foi doado um total de 1.481.982,57 para o Fundo Municipal de Direitos da Criança e do adolescente (FMDCA), e 1.332.617,43 para o Fundo Municipal de Políticas da Pessoa Idosa (Fumappi) (Gráfico 2). Destacando o ano de 2021 com maior representatividade. Segundo Leal et al. (2021), destinar esse valor é uma forma de beneficiar as instituições filantrópicas do município, além de promover maior justiça social.

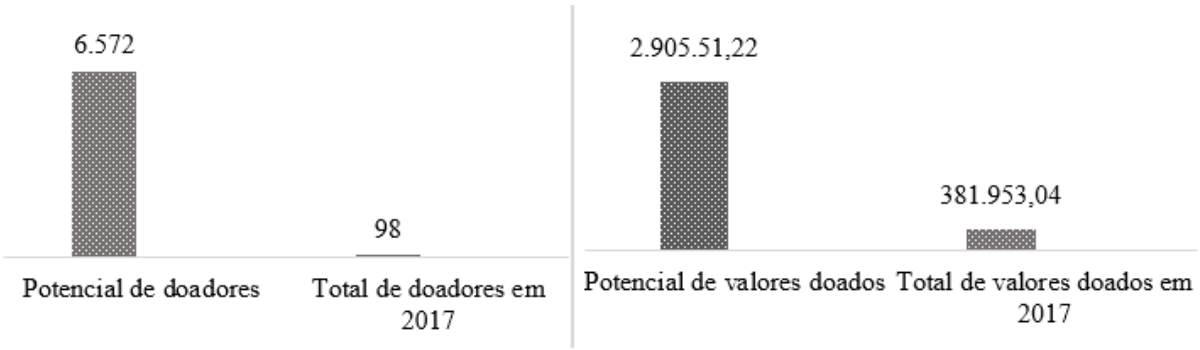
As instituições filantrópicas que têm parceria regularmente com a Prefeitura Municipal do Município de Tangará da Serra/MT, independente de os recursos serem do IRPF ou de outra fonte são: a) Casa do Adolescente (04.792.174/0001-95); b) Casa Transitória da Criança (24.734.352/0001-39) e c) Associação Nosso Lar - Casa do Idoso (01.363.886/0001-09. Segundo a prefeitura municipal de Tangará da Serra/MT, uma única vez ocorreram os repasses para as entidades oriundas do imposto de renda solidário que foi para a Associação Nosso Lar - Casa do Idoso. Isso significa que houve repasses para as entidades, porém de outras fontes e não do imposto de renda de Pessoa Física (IRPF). O órgão responsável à secretaria de assistência social informou que estão providenciando alterações na lei, ainda para o exercício de 2022, para facilitar a regularização dos credenciamentos e assim firmar parcerias com as entidades para que recebam os recursos do importo de renda solidário.

Com os projetos sociais e seus respectivos valores identificados, precisou identificar o perfil dos doadores. Para isso foi solicitada presencialmente por meio de protocolo n.º 10265.346096/2022-16 na Receita Federal do Município de Tangará da Serra/MT. Entretanto os dados disponibilizados no portal da Receita Federal do Brasil foram removidos temporariamente para adequações às regras impostas pelo período eleitoral – lembrando que os dados não possuem sigilo fiscal, porém não são informações públicas.

Diante dessa limitação, o estudo demonstrou a quantidade de doadores com base no ano de 2017, dados divulgados pela plataforma impostômetro imposto de renda (empresa apoiada pelo Governo do Estado de Santa Catarina e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), através do programa Sinapse da Inovação, pelo Sebrae e por meio do programa Startup SC, que conta com o apoio do Google e Amazon, com informações retiradas da Receita Federal, que foi o último ano com dados liberados publicamente, e que funcionarão como projeção para a atualidade.

Em 2017, a população do Município de Tangará da Serra/MT, totalizava 101.764 pessoas, e desse montante 15.342 se enquadraram como contribuintes, porém, somente 6.572 foram identificados como potencial doadores, ou seja, aqueles que optaram pela destinação da doação para as entidades do município (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Doadores e valores doados do IR Solidário 2017



Fonte: Impostômetro - imposto de renda de Tangará da Serra/MT (2017).

As informações apresentadas no Gráfico 3 comparam a projeção versus arrecadação, sendo assim percebe-se que em 2017, há poucos doadores do IR solidário quando comparado com o potencial que o município possui. Observa-se que, dos 6.572 contribuintes, apenas 98 realizou as doações, representando apenas 1,49% de potencial doadores. A arrecadação do IR solidário foi equivalente a R$381.953,04, para um total projetado de R$2.905.515,22. Isso representa somente 13,14% de todo o valor projetado. Percebe-se o quanto é necessário informar aos contribuintes sobre a existência da destinação solidária no ato da declaração, para que o município possa se beneficiar e investir em bem-estar social.

O Município de Tangará da Serra/MT promove campanhas em prol do

Imposto de Renda Solidário, apoiadas pelos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDDPI), pelo Conselho Regional de Contabilidade (CRCMT) e pelas organizações ligadas a temática (TANGARÁ DA SERRA, 2022). No entanto poderiam intensificar ainda mais campanhas mais efetivas, a fim de promover um maior quantitativo de contribuintes em prol das instituições sociais supracitadas.

A realização de campanha promove o fortalecimento da consciência cidadã sobre a arrecadação e a função social dos tributos. De fato, campanhas faz com que muitos indivíduos conheçam os projetos sociais pertencentes ao município, bem como a importância da destinação solidária no ato da declaração (LEAL et al. (2021).

4.3 Prestações de contas dos projetos sociais

Uma vez os projetos recebendo os recursos, deverão realizar a prestação de contas obedecendo às regras previstas no decreto n.º 451, de 20 de dezembro de 2016. A prestação de contas demostrada pelas entidades da sociedade civil deverá conter subsídios que outorguem ao gestor da parceria avaliar a movimentação ou concluir que o seu objeto foi realizado conforme estabelecido. Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o vínculo de causalidade entre a receita e a despesa gerada. Existem duas modalidades de prestação de contas, a parcial e única.

A prestação de contas parcial deve conter as documentações de acordo com o Decreto n.º 451, de 20 de dezembro de 2016: demonstrativo de execução da receita e despesa; relatório de execução financeira; cópia das notas fiscais, cupons fiscais e/ou recibos, com a indicação do número da parceria; extrato da conta bancária que demonstre a execução realizada no período.

> “Percebeu-se a importância da destinação do IR solidário, pois propicia de forma significativa as entidades sociais voltadas as crianças/ adolescentes e os idosos em estado de vulnerabilidade, e que os órgãos responsáveis (FMDCA, Fumappi), são de fundamental relevância para a correta vinculação e aplicação dos recursos públicos e pelo cumprimento dos direitos constitucionalmente previstos.”

Caso sejam constadas irregularidades da prestação de contas parcial, o ordenador de despesa suspenderá imediatamente a liberação das parcelas seguintes e notificará a organização da sociedade civil. E a não apresentação da prestação, ou sua não aprovação, possibilitara o bloqueio das parcelas subsequentes da parceria e impedirá a formalização de novas coparticipações com o Estado (TANGARÁ DA SERRA, 2016).

Quando os recursos forem liberados em parcela única, não haverá prestação de contas parcial e, sim, a prestação de contas final, no qual é composta pelos seguintes documentos: relação de bens adquiridos, referente aos equipamentos e materiais permanentes obtidos com recursos da parceria; relação dos pagamentos efetuados; comprovante de recolhimento do saldo de recursos à conta indicada pela administração pública municipal; extrato da conta bancária específica de todo o período de execução do convênio, da liberação da 1ª parcela à devolução do saldo.

O proponente precisa se antecipar, planejando e executando a prestação de contas das parcerias entre a administração pública municipal e as organizações da sociedade civil, de forma a garantir a lisura, a transparência e a legalidade na condução de recursos regulados pelo Poder Público em regime de mútua cooperação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo visou demonstrar o Imposto de Renda Solidário arrecadado e distribuído entre 2018 e 2021 no Município de Tangará da Serra/MT. Neste sentido, considera-se que tal objetivo foi alcançado, uma vez que caracterizou as exigências para o cadastramento dos projetos sociais, demonstrou o quantitativo da arrecadação do imposto de renda (IR) do período em questão e identificou os projetos que contam com os benefícios do imposto solidário.

Constatou-se que, para os projetos sociais receberem os recursos oriundos do IR, as entidades devem estar em conciliação com as legislações vigentes estabelecidas pelo município, e cumprirem uma série de requisitos e exigências, desde a entrega total dos documentos institucionais até a prestação de contas devida uma vez recebido os recursos, tornando isso burocrático mediante as instituições que precisam dos recursos para manter o seu funcionamento.

Quanto aos valores doados, percebe-se que o município tem um grande potencial de doadores e valores a serem dados, porém somente 1,49% do potencial doadores de fato tem conhecimento da destinação do imposto de renda (IR) para benefício do município.

Um ponto positivo da pesquisa é que a cada ano a destinação de IR aos projetos vem em ascensão, com exceção de 2020, ano no qual teve uma diminuição significativa de renda dos contribuintes em decorrência da pandemia. Contudo, em 2021 houve um aumento notório possibilitando o benefício a inúmeras crianças e adolescentes e os idosos.

Percebeu-se a importância da destinação do IR solidário, pois propicia de forma significativa as entidades sociais voltadas as crianças/adolescentes e os idosos em estado de vulnerabilidade, e que os órgãos responsáveis (FMDCA, Fumappi), são de fundamental relevância para a correta vinculação e aplicação dos recursos públicos e pelo cumprimento dos direitos constitucionalmente previstos.

Conforme exposto, o profissional da contabilidade é importante no quesito de orientar seus clientes quanto a destinação de parte do valor devido do imposto de renda, pois a grande maioria dos contributários tem dificuldades em relação as doações aos Fundos, pelo fato de a legislação nem sempre ser translúcida. E o contador, em sua consonância, sabe interpretar as legislações pertinentes e dispõe de informações sobre o IR a ser declarado perante as pessoas físicas e o quanto destes valores podem ser revertidos em doações para instituições sociais. Entretanto, muitos desses profissionais resistem em serem considerados como responsável por tal ação, mesmo tendo o conhecimento da importância da responsabilidade social.

> “Um ponto positivo da pesquisa é que a cada ano a destinação de IR aos projetos vem em ascensão, com exceção de 2020, ano no qual teve uma diminuição significativa de renda dos contribuintes em decorrência da pandemia. Contudo, em 2021 houve um aumento notório possibilitando o benefício a inúmeras crianças e adolescentes e os idosos.”

Sugere-se, para futuras pesquisas, a realização de um comparativo deste estudo com outros períodos, colocando em destaque informações referentes aos perfis dos contribuintes, e identificando se houve maior divulgação por parte do município junto aos órgãos responsáveis, principalmente dos escritórios de contabilidade, e que resultado se obteve, pois o estudo sobre o IR solidário no Estado de Mato Grosso é inédito e, por conseguinte, carentes de publicações. Outrossim, propõem investigar as principais dificuldades apontadas pelas entidades e seus respectivos órgãos reguladores para captação desses recursos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto n.º 9.580 de 22, de novembro de 2018. Altera o Decreto 3.000, de 26 de março de 1999 que regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9580.htm Acesso em: 30 abr. 2022.

BRASIL. Lei n.º 5.172, de 1966. Código Tributário Nacional e Constituição Federal. Presidência da República. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172compilado.htm Acesso em: 8 mar. 2022.

BRASIL. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm Acesso em: 8 mar. 2022.

BRASIL. Lei n.º 10.741, de 1º de outubro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm. Acesso em: 08 mar. 2022.

BRASIL. Lei n.º 13.019 de 31 de julho de 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13019.htm

Acesso em: 08 mar. 2022.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL.CF. Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 8 mar. 2022.

CTN. Código Tributário Nacional. 1966. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172compilado.htm Acesso em: 4 abr. 2022.

CAMPANHA. Giovanni Roma. O imposto de renda pessoa física e seus mecanismos no combate à desigualdade social. 2021. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal de São Paulo. Osasco, 2021. Disponível em: https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/60295. Acesso em: 8 mar. 2022.

CALLIERO. Katielly Paula. Imposto de renda pessoa física: a (in) eficácia do princípio da capacidade contributiva. 2017. Monografia (Graduação em Direito) - Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, 2017. Disponível em:

https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/1862/1/2017KatiellyPaulaCalliero.pdf. Acesso em: 8 mar. 2022.

CASTRO. Fábio Avila. Imposto de renda da pessoa física: comparações internacionais, medidas de progressividade e redistribuição. 2014. 115f. Tese (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2014. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/16511/1/2014_F%C3%A1bioAvilaDeCastro.pdf. Acesso em: 10 jun. 2022.

CARNEIRO, Alexandre de Freitas; OLIVEIRA, Deyvison de Lima; TORRES, Luciene Cristina. Accountability e prestação de contas das organizações do Terceiro Setor: uma abordagem à relevância da contabilidade. Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão, v.6, n.2, p. 90-105, 2011. Disponível em:

https://revistas.ufrj.br/index.php/scg/article/view/13240. Acesso em: 10 jun. 2022.

CHAVES, Francisco Coutinho. Planejamento tributário na prática: gestão tributária aplicada. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DO IDOSO. CNDI. Nota publica CNDI e a maioridade penal. 2015. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/old/conselho-nacional-dos-direitos-do-Idoso-CNDI/notas-publicas/nota-publica-cndi-e-a-maioridade-penal. Acesso em: 10 jun. 2022.

FELTRIN. Pablo Santos.; OLIVEIRA, Liziane Alves.; SANTOS, Lucas Almeida.; ROSSINE, Leidiane Lima. Imposto de renda solidário: uma análise da arrecadação e destinação na cidade de Santa Maria/RS. 2021. In: CONGRESSO DE CONTABILIDADE-UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – MG, Anais [...]. Uberlândia, 2021. https://eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/contufu2021.completo0055.pdf. Acesso em: 8 mar. 2022.

FERNANDES. Rodrigo. Sistema tributário e desigualdade: uma análise do impacto distributivo do imposto de renda no Brasil. 2016. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Minas Gerais. Cidade, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/34300/1/Dissertac%cc%a7a%cc%83o%20-%20Rodrigo%20Cardoso%20Fernandes%20FINAL.pdf
Acesso em: 19 mar. 2022.

GOULART. Andreina Carrijo.; MONTEIRO, Izis Fernandes.; SOUSA, Rosiney Carrijo Resende.; MORAIS, Thaís.; FREITAS, Daniel Resende. Imposto De Renda Solidário UNIFIMES. 2018. In: III COLÓQUIO ESTADUAL DE PESQUISA MULTIDISCIPLINAR UNIFIMES. Resumo [...]. Goiânia, 2018. Disponível em: https://www.unifimes.edu.br/ojs/index.php/coloquio/article/view/528

Acesso em: 8 mar. 2022.

GIL. A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HENRILKSEN. Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. Teoria da contabilidade. Tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. 1. ed. 7. reimpr. São Paulo: Atlas, 2012.

IUDÍCIBUS. Sérgio de; MARION, Jose Carlos; FARIA, Ana Cristina. Introdução a teoria da contabilidade. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Censo demográfico. 2019. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mt/TANGARÁ-da-serra.html. Acesso em: 11 abr. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Censo demográfico. 2021. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mt/TANGARÁ-da-serra.html. Acesso em: 11 abr. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. IPEA. Retrato dos rendimentos e horas trabalhadas durante a pandemia – resultados da PNAD Contínua do segundo trimestre de 2021. 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/210917_cc_52_nota_25_rendimentos_do_trabalho.pdf. Acesso em: 28 ago. 2022.

IMPOSTÔMETRO. Imposto Recolhido em Tangará da Serra. Disponível em: https://www.leoa.com.br/imposto-de-renda-TANGARÁ-da-Serra/MT. Acesso em: 20 ago. 2022.

KNECHTEL. Maria do Rosário. Metodologia da pesquisa em educação: Uma abordagem teórico-prática dialogada. Curitiba: Intersaberes, 2014. Disponível em: https://www.bvirtual.com.br/NossoAcervo/Publicacao/6445. Acesso em: 11 abr. 2022.

LAGES. Carolina Portella.; SOARES, Cristiano Sausen.; GUIMARÃES, Duanne Emanuel Leal.; SANTOS, Edicreia Andrade dos. A educação fiscal no âmbito municipal: um estudo acerca da destinação do imposto de renda. 2021. In: CONGRESSO DE CONTABILIDADE – UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – MG, Anais [...]. Uberlândia, 2021. Disponível em: https://eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/contufu2021.completo0055.pdf

Acesso em: 13 mar. 2022.

LEAL. Anne, Karoline Bandeira Bonfim; CLAUDINO. Tiago Bomfim; SOUSA, Elisete Teresa de Souza.; FEITOSA, Joelson da Conceição. Leão solidário: imposto de renda revertido em filantropia. 2021. Revista Brazilian Journal of Business. [S.L], v. 3, n. 5. Disponível em: https://brazilianjournals.com/ojs/index.php/BJB/article/view/41752/31431

Acesso em: 8 mar. 2022.

MATOS. Kátia. Principais fatores na destinação dos benefícios fiscais do imposto de renda relativos ao fundo infância e adolescência do município de Criciúma/SC. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Bacharel, no Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC. Disponível em: http://repositorio.unesc.net/handle/1/5422. Acesso em: 13 mar. 2022.

MEDEIROS, Geovani Robson. A doação ao fundo da infância e adolescência (fia): o imposto de renda como exercício da cidadania fiscal. 2016. 46 f. Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó/RN, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/48107. Acesso em: 10 jun. 2022.

OLIVEIRA. Gustavo Pedro. Contabilidade tributária. São Paulo: Saraiva, 2005.

RAMALHO. Ana Paula Ferreira de Almeida Vieira. A tributação como instrumento de redução da desigualdade econômica no estado social: críticas à atual progressividade do imposto de renda. 2020. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-CE. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/51457/1/2020_dis_apfavramalho.pdf. Acesso em: 8 mar. 2022.

RECEITA FEDERAL. IRPF (Imposto sobre a renda das pessoas físicas). 2014. Disponível em:https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/orientacao-tributaria/tributos/irpf-imposto-de-renda-pessoa-fisica

Acesso em: 20 mar. 2022.

SAMPIERI. R. H; COLLADO, C. F; LUCIO, P. B. Metodologia de pesquisa. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SILVA. Antônio Carlos Ribeiro. Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade: orientações de estudos, projetos, relatórios, monografias, dissertações, teses. São Paulo: Atlas, 2003.

TANGARÁ DA SERRA. Decreto n.º 451 de 20, de dezembro de 2016. Disponível em: https://TANGARÁdaserra.mt.gov.br/site/wp-content/uploads/2022/03/451-novo-aprova-a-instrucao-normativa-que-regula-a-celebracao-controle-e-prestacao-de-contas-das-parcerias-entre-a-administracao-publica-municipal.pdf. Acesso em: 7 ago. 2022

TANGARÁ DA SERRA. Lei n.º 3.851 de 02, de julho de 2012. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a1/mt/t/TANGARÁ-da-serra/lei-ordinaria/2012/386/3851/lei-ordinaria-n-3851-2012-dispoe-sobre-a-criacao-do-conselho-municipal-de-defesa-dos-direitos-da-pessoa-idosa-cmddpi-e-da-outras-providencias-2021-06-11-versao-consolidada.

Acesso em: 7 ago. 2022

TANGARÁ DA SERRA. Campanha incentiva a doação de parte do imposto de renda pelo futuro de crianças, adolescentes e idosos de Tangará da Serra/MT. 2022. Disponível em: https://TANGARÁdaserra.mt.gov.br/site/?noticias=campanha-incentiva-a-doacao-de-parte-do-imposto-de-renda-pelo-futuro-de-criancas-adolescentes-e-idosos. Acesso em: 20 mar. 2022.

Keila Dias Dos Santos

Graduanda em Ciências Contábeis
Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat)
Email: keila.dias@unemat.br

Graziele Oliveira Aragão Servilha

Mestranda em Economia
Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat)
Email: graziele.aragao@unemat.br

Sonia Aparecida Beato Ximenes de Melo

Doutora em Ciências Ambientais
Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat)
Email: melo.sonia@unemat.br

Márcio Íris de Morais

Mestre em Ciências Contábeis
Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat)
Email: marciomorais@unemat.br

Flávio Amaral Oliveira

Mestre em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola
Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat)
Email: flavioamaral@tangaradaserra.mt.gov.br

"Dar menos do que o seu melhor é sacrificar um dom"!

Débora Tazinasso de Oliveira

Nasci em uma pequena cidade do Mato Grosso, onde vivi até os 10 anos de idade com meus pais e três irmãos. Levávamos uma vida simples e despretensiosa, com limitações de recursos, porém alegre – essa é a memória afetiva que trago comigo. Meus pais tiveram pouca oportunidade de estudo – apenas ensino primário – mas, desde muito cedo priorizaram os estudos dos filhos, mesmo diante das diversas dificuldades enfrentadas.

Penso que a inspiração para seguir uma carreira acadêmica se inicia nas primeiras fases da vida, a partir de pequenos incentivos como estes.

> "Levávamos uma vida simples e despretensiosa, com limitações de recursos, porém alegre – essa é a memória afetiva que trago comigo."

No ano de 2001, nós nos mudamos para Francisco Beltrão, no Paraná, onde concluí os estudos e cursei o Ensino Médio Técnico em Administração. Nesse período, trabalhei em um escritório de contabilidade na função de estagiária. No ano de 2009, aos 18 anos, prestei concurso público para a Secretaria de Estado da Saúde, em que fui aprovada e iniciei a carreira profissional no setor Financeiro e Compras do Hospital Regional do

Sudoeste do Paraná, dando início a uma trajetória no serviço público.

Inspirada em familiares e colegas de trabalho, os quais admirava pelas competências demonstradas no dia a dia, ingressei no Curso de Administração por uma universidade local. Com muito esforço concluí a graduação, com os recursos do próprio trabalho. A universidade me proporcionou muitas experiências enriquecedoras e o contato com pessoas inspiradoras. Admiro muito alguns professores desse período, os quais – direta ou indiretamente – sempre me incentivaram a buscar o meu melhor. Posso citar o professor Gilson Mussi dos Reis, a professora Andriele de Prá Carvalho e a professora Jocelaine Mezomo como minhas principais referências e exemplos deste período.

Ao concluir a graduação, em 2014, casei-me e me mudei para Curitiba. Ainda na condição de servidora pública estadual, fui transferida para o setor financeiro do Hospital Oswaldo Cruz na capital. Em busca de novos saberes, logo após a graduação iniciei um MBA em Administração Pública e Gerência de Cidades. Após a conclusão da especialização, pensando em aprimorar o conhecimento na minha área de atuação profissional, fiz uma busca por cursos de pós-graduação mais específicos, stricto sensu, e encontrei o Programa de Mestrado em Planejamento e Governança Pública da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR.

De imediato a ementa do programa e o perfil dos docentes me chamou a atenção, fato que me fez participar da seleção do programa algumas semanas depois. Na seleção, eu me classifiquei em primeiro lugar na linha de pesquisa escolhida. Ao iniciar o curso, instantaneamente me identifiquei muito com o professor Dr. Antonio Gonçalves de Oliveira, e saber que fui escolhida para ser sua orientanda nessa jornada me deixou muito feliz e motivada. Foram dois anos e meio de uma parceria produtiva e engrandecedora!

> “A universidade me proporcionou muitas experiências enriquecedoras e o contato com pessoas inspiradoras. Admiro muito alguns professores desse período, os quais – direta ou indiretamente – sempre me incentivaram a buscar o meu melhor.”

Concluir o Mestrado me abriu algumas portas profissionalmente. Fui alocada em novos projetos, atuei no Comitê de Qualidade e Ouvidoria do Hospital onde trabalhava e assumi a chefia do setor financeiro e compras da Unidade.

Este reconhecimento incentivou a continuar em busca de constante qualificação. Em 2018, logo após a conclusão do mestrado, participei da seleção do Doutorado do mesmo programa e fui classificada em segundo lugar na linha de pesquisa escolhida, iniciando mais quatro anos de parceria com o meu orientado, professor Antonio, agora na condição de doutoranda.

No ano de 2019, fui convidada a compor a equipe de uma nova Coordenação que estava sendo instituída na Secretaria de Estado da Saúde, nomeada Coordenação de Governança em Aquisições, idealizada por um amigo e colega de trabalho, profissional do qual tenho muita admiração – Milton Proença Junior.

Daquele momento até o presente, foram desenvolvidos muitos projetos, compartilhado muito conhecimento e adquiridas experiências enriquecedoras oriundas de trocas com outros profissionais.

Atuar junto a essa equipe me proporcionou [e ainda proporciona] aprendizado e crescimento diário. Estar em contato com gestores entusiastas de uma boa gestão pública sem dúvidas é a força motriz que nos incentiva a continuar mesmo diante de dificuldades.

No ano de 2023, completo 14 anos de experiência no serviço público – na área de planejamento, compras públicas e licitações. Percebo que a experiência e qualificação construída ao longo desse período me tornaram apta a ocupar funções estratégicas na instituição. Atualmente sou Gerente de Planejamento de Contratações da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, em Curitiba; minha equipe desempenha um papel de referência na Secretaria, atuando na gestão de contratações públicas para atendimento de aproximadamente 80 unidades descentralizadas e 150 serviços locais, no planejamento de contratações, na implantação de fluxos padronizados de processos, treinamentos das equipes de compras, assessoramento, entre outras atividades.

> “Daquele momento até o presente, foram desenvolvidos muitos projetos, compartilhado muito conhecimento e adquiridas experiências enriquecedoras oriundas de trocas com outros profissionais.”

Posso inferir que ingressar no programa de Mestrado e Doutorado em Planejamento e Governança Pública foi fator determinante para o surgimento de oportunidades de crescimento profissional e aprendizado ao longo dessa trajetória.

Finalmente, tomo a liberdade de tecer algumas sugestões para quem deseja trilhar esse caminho:

Tenha alguém em quem se inspirar;

Não se acolha na zona de conforto;

Tenha apetite pelo novo;

Compartilhe seu conhecimento;

Seja um incentivador de pessoas;

Busque seu potencial máximo, “*dar menos do que o se melhor é sacrificar um dom*”! [Steve Prefontaine]

Débora Tazinasso de Oliveira

Graduada em Administração, pós-graduada em Administração Pública e Gerência de Cidades, Mestre e Doutora em Planejamento e Governança Pública (UTFPR).
Gerente de Planejamento de Contratações na Secretaria de Estado da Saúde do Paraná.
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/6290421605446612

Acadêmico Pedro Onofre Fernandes

No interior de Minas Gerais, na zona rural de um lugarejo chamado Brejo Bonito, àquela época, Município de Patrocínio, no dia 17 de julho de 1949, eu nasci. Dois anos depois, saímos da zona rural e fomos para o arraial e ali vivi até os nove anos, procurando conciliar os primeiros anos escolares com os trabalhos no campo. Eu era o oitavo filho de uma leva de nove. Alguns já haviam procurado seus próprios caminhos, mas a necessidade do trabalho era compartilhada com todos.

Aos nove anos, mudamos para Patos de Minas, onde continuei trabalhando até a conclusão do ensino primário. No início de 1964, fui levado para o Seminário do Verbo Divino em Antônio Carlos (MG), por empenho de meus pais junto ao pároco da nossa comunidade. Durante os quatro anos que lá permaneci, estudei o ginasial e tive a oportunidade de descobrir o prazer pelo estudo e sua importância para o nosso desenvolvimento pessoal. Desde então, a busca permanente pelo conhecimento faz parte do meu cotidiano.

Terminado o ginásio, vim para Belo Horizonte no início de 1968 e já desligado da Congregação, trabalhava durante o dia e estudava à noite. Assim concluí o Curso Científico e um ano após, prestei o vestibular para o curso de Letras, na UFMG. Lá estudei por um ano. Entretanto, como já vinha, por vários anos, trabalhando na área administrativa de empresas, resolvi que seria mais apropriado estudar algo na área e, assim, prestei vestibular para o curso de Administração de Empresas em uma faculdade particular (Faculdade de Ciências Gerenciais da UNA-BH). Comecei o curso em 1973 e me formei em dezembro de 1976. Na grade curricular do curso de Administração, tinha algumas matérias de Contabilidade. Foi amor à primeira vista. Logo na primeira prova de Introdução à Contabilidade já obtive a nota total.

Ao término do curso, procurei aprofundar meus estudos na área contábil e descobri então, o Curso Especial de Graduação em Ciências Contábeis (Cegra), ministrado pela FGV-RJ, em horário integral, ofertado para candidatos já graduados em Administração, Economia, Direito ou Engenharia. Fui aprovado para no curso em processo seletivo de âmbito nacional. Pedi demissão de meu emprego e fui para o Rio de Janeiro, cidade que eu, até então, não conhecia, para estudar Contabilidade, com bolsa reembolsável da Aplub. Fiz o Curso em 1977 e, de volta a Belo Horizonte, iniciei minha carreira de docente na faculdade onde eu me graduara (UNA-BH).

Eu era o oitavo filho de uma leva de nove. Alguns já haviam procurado seus próprios caminhos, mas a necessidade do trabalho era compartilhada com todos.

A seguir ingressei no Programa de Mestrado em Administração da UFMG, com concentração na área contábil-financeira. Concluí o mestrado, continuei com as aulas, trabalhei como contador em diversas empresas e algum tempo depois fui para a área de auditoria atuando como auditor, na Auditoria Geral do Estado (SEF-MG), auditoria interna do Bemge, gerente de auditoria interna da Metrobel, auditor independente e auditor-fiscal da Receita Federal. Fui aprovado nos concursos de 1991 e 2004 para o cargo de Auditor-Fiscal da Receita Federal. Ambos tiveram problemas judiciais e acabei sendo nomeado pelo concurso de 1991 em julho de 1997. Lá, além da atividade de fiscalização, atuei como instrutor e participei de diversos projetos específicos. Fui um dos

idealizadores e Supervisor do Projeto Central de Balanços/SPED.

Divulguei o projeto em todo o Brasil e o apresentei no "Seminário Central de Balances Y XBRL" (2010) na cidade do México (México), a convite do Centro de Estudios Monetarios Latinoamericanos. Participei do Grupo de Trabalho instituído para analisar os efeitos tributários provocados pela Lei n° 11.638, de 2007, e elaborar minutas de atos legais necessários à adequação da legislação tributária vigente. Fui Supervisor do Grupo de Trabalho instituído para elaborar estudos dos impactos tributários decorrentes das alterações promovidas na Lei nº 6.404, de 1976 ,pela Lei nº 11.638, de 2007, pela Lei nº 11.941, de 2009 e pelos pronunciamentos aprovados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Nesse período, fui representante da Receita Federal no CPC. Na área acadêmica, fui professor titular das cadeiras de Contabilidade Comercial e de Análise de Balanços na UNA-BH (1978-1987); professor convidado na Universidade Federal de Uberlândia – UFU-MG (1984) e concursado (1987-1988); professor contratado Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG - FACE-UFMG (1982) e concursado (1988-2002).

Atuei como instrutor e professor em treinamentos e cursos de pós-graduação, stricto e lato sensu em diversas instituições, tais como: Escola de Administração Fazendária - ESAF (Belo Horizonte/MG e Brasília/DF); Universidade Federal de Minas Gerais - FACE (Belo Horizonte/MG); Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte/MG); Escola do Legislativo/IPEADFACE-UFMG (Belo Horizonte/MG); Fundação João Pinheiro (Belo Horizonte/MG); Universidade Católica de Goiás (Goiânia/GO); Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos - Prefeitura Municipal de Goiânia (Goiânia/GO); Universidade Federal de Rondônia (Porto Velho/RO); Universidade Federal de Uberlândia (Uberlândia/MG); Bolsa de Valores Minas, Espírito Santo-Brasília (BH, MG); Escola de Saúde Pública de Minas Gerais, Ceag-MG (Belo Horizonte/MG); Centro de Pesquisas Educacionais e de Desenvolvimento de Recursos Humanos - CEPEDERH-UNA (Belo Horizonte/MG); Centro Integrado de Ensino Superior de Manaus - Ciesa (Manaus/AM); Centro Universitário Newton de Paiva - Coordenadoria de Pesquisa e Pós-Graduação (Belo Horizonte/MG); Instituto Champagnat de Estudos Superiores/Fundação Presidente A. Carlos (Belo Horizonte e Barbacena/MG); Instituto de Ensino Superior Prof.

> "Hoje estou aposentado e feliz pela convicção de ter feito a escolha certa ao trilhar pelo conhecimento contábil, com a certeza de ter evoluído como indivíduo e também, atuando na área acadêmica, contribuído com a evolução da sociedade como um todo. Por tudo e todos, gratidão!"

Nelson Abel de Almeida - Faculdade de Ciências Humanas - Centro de Pesquisa e Pós-Graduação (Vitória/ES), dentre outras. Fui coordenador do curso de pós-graduação lato sensu em Auditoria Externa Face-UFMG (1996-1997); Coordenador Didático-Pedagógico Curso de Ciências Contábeis – Faculdades Milton Campos – Belo Horizonte/MG (2002 - 2005) e Coordenador e Chefe de Departamento de Ciências Contábeis – UNA- Belo Horizonte/MG (1982-1987). Fui membro de diversas bancas examinadoras de concursos públicos para seleção de professores universitários; membro de diversas comissões verificadoras nomeado pela SESu-MEC, para verificar condições para autorização ou reconhecimento de cursos superiores de Ciências Contábeis ou Administração de Empresas; membro de Comissão de Especialistas nomeado pela SESu-MEC para apreciação de processos na área de Ciências Contábeis; consultor ad hoc do MEC-Capes, para análise de projetos de cursos de pós-graduação lato-sensu, na área de Ciências Contábeis.

Tenho diversos artigos publicados em revistas especializadas e trabalhos em anais de congressos, em especial dos Congressos Brasileiro de Contabilidade (CBC) e Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Conaf). Participei também de diversos conselhos editoriais de revistas, tais como "Contabilidade Vista & Revista", Face-UFMG, Belo Horizonte/MG; "Tributação em Revista", Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal – Unafisco Sindical, Brasília, DF; "Jornal Diretriz", Faculdade de Administração e Ciências Contábeis Milton Campos, Nova Lima, MG. Fui Diretor de Estudos Técnicos - Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - Sindifisco Nacional, com mandato eletivo nos biênios 2004/2005 e 2014/2015 e, no presente, faço parte do Conselho de Gestão da Unafisco Nacional – Associação Nacional dos Auditores da Receita Federal do Brasil.

Durante os meus quase trinta anos de dedicação ao ensino, fui contemplado regularmente com convites para ser paraninfo, nome de turma ou professor homenageado, o que me traz a agradável sensação do reconhecimento pelo dever cumprido apropriadamente. Com muito orgulho sou Acadêmico e Patrono da Cadeira nº 69 da Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon), onde tive a honra de participar como Diretor Financeiro nas gestões dos professores Antônio Lopes de Sá (1997 a 2004), Antoninho Marmo Trevisan (2005 a 2009) e Maria Clara Cavalcante Bugarim (2009 a 2013). Hoje estou aposentado e feliz pela convicção de ter feito a escolha certa ao trilhar pelo conhecimento contábil, com a certeza de ter evoluído como indivíduo e também, atuando na área acadêmica, contribuído com a evolução da sociedade como um todo. Por tudo e todos, gratidão!

Conteúdo informacional da Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)

José Antonio de França

Resumo

Este artigo introduz um modelo analítico determinístico de pesquisa para avaliar o *status* de sustentabilidade financeira e de solvência financeira de uma organização econômica, com base na Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) verticalizada, orientada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), pelos métodos direto e indireto. O modelo foi testado utilizando os dados simulados da NBC TG 03 (R3), e os resultados exibem consistência teórica com as métricas de sustentabilidade financeira fraca, forte e insuficiente que sinalizam solvência financeira fraca, suficiente e insuficiente, respectivamente. O conteúdo informacional da DFC pelo método direto é limitado às restrições do regime de caixa, mas pelo método indireto contribui com informação de maior abrangência porque é orientado pelo regime de competência. As contribuições da pesquisa são relevantes para a literatura de análise da liquidez e de finanças, e para orientar operadores e gestores de fluxo de caixa, a partir dos agregados da DFC verticalizada, e sinalizam que o método indireto, ainda que não produza fluxo de caixa sustentável, oferece conteúdo informacional mis robusto para a tomada de decisão.

Palavras-chave: Sustentabilidade financeira. Solvência financeira. Demonstração do fluxo de caixa das atividades. Conteúdo informacional da DFC.

Abstract

This article introduces a deterministic analytical research model to assess the status of financial sustainability and financial solvency of an economic organization, based on the Verticalized Cash Flow Statement (CFS), guided by the Federal Accounting Council (FAC), by the methods direct and indirect. The model was tested using simulated data from NBC TG 03 (R3) and the results show theoretical consistency with weak, strong and insufficient financial sustainability metrics that signal weak, sufficient and insufficient financial solvency, respectively. The informational content of the CFS by the direct method is limited to the restrictions of the cash

basis, but by the indirect method it contributes with more comprehensive information because it is guided by the accrual basis. The research contributions are relevant to the liquidity and finance analysis literature, and to guide operators and cash flow managers, based on the aggregates of the vertical CFS, and indicate that the indirect method, even if it does not produce cash flow sustainable, offers more robust informational content for decision making.

Keywords: Financial sustainability. Financial solvency. Statement of cash flow from activities. CFS informational content.

1. Introdução

Este artigo analisa o conteúdo informacional do relatório contábil denominado Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), que reporta decisões da gestão financeira nos ciclos de negócios de uma organização econômica, a partir de pesquisa produzida pelo grupo de pesquisa *Sustentabilidade da Gestão da Liquidez Financeira* (SGLF), do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (DCCA) da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas (FACE) da Universidade de Brasília (UnB). A DFC reporta as decisões financeiras de período passado e não se confunde com previsões de caixa do planejamento financeiro de período futuro.

Organização econômica é toda entidade que desenvolve atividade em qualquer um dos três setores da economia social ou de mercado denominado, primeiro, segundo e terceiro setores. Fluxo de caixa são os agregados *Entradas e Saídas* financeiras de todas as atividades da estrutura funcional da DFC. A DFC substitui a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) a partir da adoção do padrão IFRS, no Brasil, ao final da primeira década do ano 2000.

A estrutura funcional da DFC é composta de três atividades geradoras e consumidoras de caixa denominadas **(a)** atividade operacional, **(b)** atividade de investimento e **(c)** atividade de financiamento. Estas três atividades são interdependentes porque a suficiência financeira de uma financia a insuficiência financeira de outra e o resultado algébrico das três atividades é o saldo de caixa do final de um período utilizado na solvência de obrigações financeiras do período seguinte.

“Organização econômica é toda entidade que desenvolve atividade em qualquer um dos três setores da economia social ou de mercado denominado, primeiro, segundo e terceiro setores. Fluxo de caixa são os agregados Entradas e Saídas financeiras de todas as atividades da estrutura funcional da DFC.”

O fluxo de caixa da atividade *operacional* reporta as entradas e saídas financeiras das transações identificadas com o objeto social da organização econômica. O fluxo de caixa da atividade *investimento* evidencia a geração e o consumo de caixa decorrentes da alocação de ativos não vinculados ao objeto social. O fluxo de caixa da atividade *financiamento* exibe o resultado de operações de crédito que suportam as demais atividades da organização econômica. O resultado conjunto dessas três atividades produz o fluxo financeiro, definido por modelo específico, de benefício e sacrifício dos ativos que asseguram a solvência financeira das obrigações da atividade da organização econômica.

A DOAR, assim como a DFC, reportava-se a transações passadas, mas continha dados que poderiam ser utilizados para informação preditiva porque contemplava transações de recebíveis e exigíveis passadas, com maturidade futura, diferente da DFC pelo método direto que somente contempla transações já liquidadas. Mas a DFC pelo método indireto, em parte, contempla fluxos que estavam presentes na DOAR.

Então, a partir da discussão preliminar deste conteúdo, como motivação de pesquisa, introduz-se uma modelagem analítica e determinística para avaliar a sinalização de sustentabilidade financeira e solvência financeira produzidas pela atividade operacional da DFC de uma organização econômica, na expectativa de contribuir com a literatura da análise da liquidez e de finanças, e ainda com operadores e gestores de fluxo de caixa para a tomada de decisão. Reporta-se *sustentabilidade da atividade operacional* porque ela é a atividade vinculada ao objeto social da organização econômica que se relaciona com as outras duas atividades de geração líquida de caixa.

Logo, pretende-se avaliar a utilidade do fluxo de caixa regulado pela contabilidade, para efeitos de previsão futura, porque os dados das três atividades da DFC,

> Uma característica relevante e comum a ambos os métodos, direto e indireto, é a identidade produzida pelo resultado algébrico gerado pelos fluxos das três atividades, em que o saldo de caixa do período para quaisquer dos dois métodos é o mesmo, independentemente da composição do saldo dos fluxos de cada atividade.

pelos métodos direto e indireto, não têm o atributo dinâmico requerido para avaliação da sustentabilidade financeira como especificado no modelo introduzido por De França e Sandoval (2022), assim como no estudo de Orpurt, S.F. & Zang, Y. (2007).

Para além dessa seção introdutória o artigo discute o conteúdo informacional da DFC na **seção 2**; a especificação do conteúdo informacional da DFC na **seção 3**; percepções do conteúdo informacional da DFC na **seção 4**; considerações finais na **seção 5**; e por fim, as **referências**.

2. Discutindo o conteúdo informacional da DFC

A DFC é um relatório cujo conteúdo informacional apresenta características competitivas de modelo porque pode ser precificada por transações financeiras diretamente relacionadas com caixa e equivalentes de caixa (Método Direto), regime de caixa, ou por transações que não tenham relação direta com caixa e equivalentes de caixa (Método Indireto), regime de competência, como regulado pelo CFC (2016).

O conteúdo informacional da DFC, pelo método direto, reporta transações liquidadas dos fluxos financeiros de entradas e saídas das três atividades, regime de caixa, cuja soma algébrica dá origem ao saldo de caixa líquido do período. O saldo de caixa líquido do período, adicionado do saldo de caixa e equivalente de caixa do período anterior, totaliza o saldo de caixa e equivalente de caixa a ser consumido no período seguinte.

O conteúdo informacional da DFC precificada pelo método indireto reporta agregados de entradas e saídas que não se identificam diretamente com embolso e desembolso de caixa, mas sim com potencial embolso e desembolso no período em que as transações ocorreram e ou em período futuro. Essa forma de precificação aproxima a DFC, pelo método indireto, do conteúdo informacional da extinta DOAR.

Uma característica relevante e comum a ambos os métodos, direto e indireto, é a identidade produzida pelo resultado algébrico gerado pelos fluxos das três atividades, em que o saldo de caixa do período para quaisquer dos dois métodos é o mesmo, independentemente da composição do saldo dos fluxos de cada atividade.

Então, pode-se indagar, o que justifica alocar esforços para produzir a DFC pelos dois métodos se a soma dos fluxos de caixa e equivalentes de caixa das atividades é o mesmo para ambos os métodos? A resposta a esta indagação é relevante para esclarecer o porque dos dois métodos. A DFC orientada pelo *método indireto* pode ser precificada pelos operadores interno e externo, indistintamente, porque os fluxos são obtidos por diferença entre os agregados do balanço dos exercícios base e anterior. A DFC orientada pelo método direto somente o operador interno é capaz de produzi-la porque só ele tem acesso às contrapartidas financeiras de entradas e saídas nas três atividades.

Desta forma, o operador externo é capaz de precificar uma DFC pelo método indireto e obter os mesmos fluxos líquidos que o operador interno, mas não o faz com relação ao método direto. Este contexto impõe que a DFC pelo método indireto é requerida por ser uma forma de conciliar o fluxo de caixa produzido com a DFC precificada pelo método direto. Para além dessa característica, a diferença entre os agregados dos dois métodos, em todas as atividades, sinaliza que o conteúdo informacional da DFC pelo método direto é restrito para impactar o embolso e o desembolso de caixa do período seguinte, e isso inviabiliza a avaliação de sustentabilidade.

Inquietações que reportam sobre a utilidade da DFC, pelo método direto, para previsão de caixa vem sido testadas, como em Orpurt, S.F. & Zang, Y. (2007), mas os resultados obtidos não foram esclarecedores para garantir essa funcionalidade.

Sustentabilidade e solvência financeiras foram estudadas por De França e Sandoval (2019) e De França e Sandoval (2022), com dados recuperados diretamente dos

agregados Ativo Circulante e Passivo Circulante de uma amostra significativa de organizações econômicas. Os resultados foram robustos para evidenciar que uma organização econômica financeiramente sustentável e solvente deve ter ciclos operacional e financeiro eficientes, situação que não pôde ser testada com dados simulados da DFC regulada pela NBC TG 03 (R3).

Caixa, como sinônimo de dinheiro, é o atributo essencial para a longevidade de uma organização econômica, por garantir liquidez, como causa e consequência de desempenho e lucratividade, como compartilhado por Ramachandran & Kakani (2010).

Kwok (2010) estudou as informações da Demonstração do Fluxo de Caixa utilizadas na indústria bancária com a finalidade de observar a tomada de decisão para concessão de crédito. Declara que a análise do crédito não leva em consideração as informações da DFC, mas, sim, de outras demonstrações, como o balanço, e que a DFC pelo método direto não é utilizada.

3. Especificando o conteúdo informacional da DFC

Um modelo, por definição, é um algoritmo que auxilia na solução de um requerimento. Na contabilidade, na economia, em finanças e em outros ramos do conhecimento, o modelo é o passo a passo para obtenção do resultado de uma aplicação e define as métricas do resultado esperado. O modelo introduzido neste artigo mostra o fluxo acumulado de caixa e a geração por atividade que, combinados, sinalizam as métricas do conteúdo informacional.

3.1 Fluxo acumulado de caixa

O modelo que precifica o fluxo acumulado de caixa de uma organização econômica, por meio de uma DFC, em um período de tempo $i\,(\boldsymbol{FC_{dfc,i}})$ é dado pela Equação 1 com as respectivas métricas para os resultados esperados. Nessa precificação, o resultado dos fluxos de caixa do período $\boldsymbol{i}\,(\boldsymbol{FC_i})$, adicionado do saldo de caixa e equivalente de caixa do período anterior (SC_{i-1}) sinaliza sustentabilidade financeira da organização econômica, desde que mantida a restrição de ser pelo menos igual a zero.

$$FC_{dfc,i} = FC_i + SC_{i-1} \geq 0 \qquad (1)$$

Métrica da $FC_{dfc,i}$

$$FC_{dfc,i} = \begin{cases} \geq 0. \textit{Status finaneiramente sustentável} \\ < 0. \textit{Status Financeiramente não sustentável} \end{cases}$$

Essa restrição é possível porque $\boldsymbol{FC_i}$, diferentemente de $\boldsymbol{SC_{i-1}}$, pode ser insuficiente totalizando montante menor do que zero e, com isso, consumir todo o saldo anterior de caixa para honrar compromissos assumidos para manter a solvência financeira. Contudo, a condição de sustentabilidade financeira impõe que não haja compromisso financeiro inadimplido.

> “Um modelo, por definição, é um algoritmo que auxilia na solução de um requerimento (...) o passo a passo para obtenção do resultado de uma aplicação e define as métricas do resultado esperado.”

3.2 Geração de caixa por atividade

O agregado $(\boldsymbol{FC_i})$ reporta o resultado algébrico da soma dos fluxos de caixa das atividades operacional $(FC_{ope,i})$ investimento $(FC_{inv,i})$ e financiamento $(FC_{fin,i})$, na mesma unidade de tempo i, como mostra a Equação 2. O FC_i, como soma algébrica dos fluxos das três atividades pode assumir valores positivo, negativo ou nulo.

$$FC_i = FC_{ope,i} + FC_{inv,i} + FC_{fin,i} \gtreqless 0 \qquad (2)$$

Os modelos especificados pelas Eq. 1 e 2, por definição, são determinísticos porque apresentam um único conjunto de entradas que geram um único conjunto de saídas. Os conjuntos de entradas e saídas, ainda que sejam únicas, apresentam métricas que definem o conteúdo informacional do fluxo de caixa na unidade de tempo i e sinalizam o *status* de sustentabilidade e solvência financeira da organização econômica. A combinação das Eq. 1 e 2 define se a organização econômica é financeiramente sustentável e solvente.

3.3 Métricas o modelo FC_i.

$$\mathbf{FC_i} = \begin{cases} 0. \text{ Sustentabilidade financeira fraca. Solvência financeira fraca} \\ > 0. \text{Sustenabilidade financeira forte. } \textit{Solvente financeira suficiente} \\ < 0. \text{Sustentabilidade financeira insuficiente. Solvência financiera insuficiente} \end{cases}$$

Declarações de métricas.

1. $FC_i = 0$. Sinaliza que o *status* de sustentabilidade e de solvência financeiras é fraco porque a geração de caixa é apenas suficiente para satisfazer as obrigações do período, sem depender do saldo de caixa do período anterior (SC_{i-1}).

2. $FC_i > 0$. Sinaliza que o *status* de sustentabilidade financeira é forte e o de solvência financeira suficiente porque

não depende do saldo de caixa do período anterior (SC_{i-1}) para adimplir as obrigações financeiras. Os embolsos do período i são mais que suficientes para suportar os desembolsos do mesmo período, resultando em saldo de caixa para o período seguinte.

3. $FC_i < 0$. Sinaliza que o *status* de sustentabilidade e solvência financeiras é insuficiente porque os embolsos do período i não são suficientes para garantir os desembolsos do mesmo período e por isso a solvência depende do saldo de caixa do período anterior (SC_{i-1}).

4. Percepções do conteúdo informacional da DFC

Em termos contabilísticos, a percepção do conteúdo informacional da DFC é obtida de forma empírica, diretamente de sua estrutura funcional, de forma vertical. Essa estrutura funcional é definida pelo arcabouço normativo da contabilidade (CFC, 2016). A modelagem determinística é a forma analítica de obter o saldo de caixa como objeto de pesquisa.

A Tabela A1, do Apêndice A, foi recuperada da estrutura vertical da NBC TG 03 (R3) com adaptação de algumas terminologias. Os agregados da estrutura vertical correspondem às variáveis do modelo analítico especificado nas equações 1 e 2 da seção 3. Os fluxos de caixa obtidos com a operacionalização dos dois modelos nas subseções 4.1 e 4.2, seguintes, utilizam dados da DFC definida na Tabela A1 do Apêndice A.

Os agregados da estrutura vertical da DFC totalizam valores iguais para a mesma atividade por quaisquer dos métodos (direto ou indireto). Assim, o operador pode utilizar quaisquer dos dois modelos da DFC para mensurar o fluxo de caixa total e de cada atividade.

O conteúdo informacional dos dois métodos não é equivalente porque o método direto é restrito ao regime de caixa observando apenas as transações liquidadas de embolso e desembolso. O método indireto disponibiliza mais conteúdo informacional porque permite observar o desempenho econômico, pela geração de rédito, e o desempenho financeiro pela movimentação de recebíveis e exigíveis. Estas diferenças devem merecer a atenção do regulador da profissão contábil e dos usuários da informação produzida pela contabilidade. A DFC pelo método direto, em função da limitação do conteúdo informacional, mostra menos utilidade do que DFC pelo método indireto que tem um conteúdo mais abrangente.

4.1 Operacionalização do modelo empírico FC_i .

A Eq. 2 recupera os fluxos de caixa das três atividades totalizadas na DFC, restritas ao período i. O resultado obtido sinaliza que a organização econômica atingiu o *status* de sustentabilidade financeira forte e de solvência financeira suficiente porque $FC_i > 0$, conforme a métrica definida na subseção 3.3. Observa-se na especificação do modelo que, das três atividades, somente a atividade operacional é suficiente com geração de caixa maior do que o consumo de caixa, e também suficiente para suportar o excesso de desembolso com relação ao embolso das outras duas atividades (investimento e financiamento).

$$\mathrm{FC_i} = 1.380 + (480) + (790) = 110 > 0$$

4.2 Operacionalização do modelo empírico $\mathbf{FC_{dfc,i}}$

Agora, operacionalizando a Eq. 1 obtém-se o saldo de caixa e equivalente de caixa abrangente ao período i e subsequente. Então, como a métrica 2 da subseção 3.3 foi satisfeita, o saldo de caixa do período anterior (SC_{i-1}) vem em reforço ao *status* de sustentabilidade financeira forte e à solvência financeira suficiente da organização econômica para fortalecimento da métrica.

$$FC_{dfc,i} = 110 + 120 = 230 > 0$$

Então, como a FC_{dfc} = 230, portanto maior do que zero, a premissa teórica é integralmente satisfeita como declarada nas métricas do modelo.

Como conclusão desta seção fica esclarecido que os resultados apresentados não são apropriados para inferir projeções futuras de caixa, considerando que todo o argumento da DFC regulada pela contabilidade é pretérita, ao contrário do que concluem, assertivamente, Orpurt, S.F. & Zang, Y. (2007).

5. Considerações finais

O modelo analítico determinístico, introduzido por este artigo, utilizado para mensurar a sustentabilidade financeira e a solvência financeira de uma organização econômica, mostra-se adequado e em conformidade com as métricas de sustentabilidade fraca, forte e insuficiente que sinalizam solvência financeira fraca, suficiente e insuficiente, respectivamente.

Os resultados obtidos pelo modelo determinístico são equivalentes aos apresentados na DFC verticalizada, regulada pelo Conselho Federal de Contabilidade, por meio da NBC TG 03 (R3), cujos dados simulados foram utilizados para testar o modelo de pesquisa.

As contribuições para a literatura são significativas porque, para qualquer que

seja o método contabilístico de elaboração da DFC (direto ou indireto), o modelo não se altera, e os resultados esperados são confirmados pela simulação empírica do teste. Porém, o teste foi restrito a dados simulados e, por isso, estimula-se que pesquisa com dados robustos possam testar o modelo.

Como o modelo é determinístico e os fluxos das três atividades se referem a período passado, tanto pelo método direto quanto pelo método indireto, os resultados não contribuem para projeções futuras de caixa, mas o conteúdo informacional da DFC pelo método indireto sinaliza para gestores e operadores melhor auxilio à tomada de decisão porque disponibiliza conteúdo informacional mais abrangente.

Referências

CFC. (2016). NBC TG 03 (R3) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

De França, J.A. & Sandoval, Wilfredo Sosa. (2019). Necessary and Sufficient Conditions for Liquidity Management. International Journal of Economics and Finance; Vol. 11, No. 5. pp.85-96. doi:10.5539/ijef.v11n5p85.

De França, J.A. & Sandoval, Wilfredo Sosa. (2022). Faces of Corporate LiquiditySustainability: Necessary and Sufficient Conditions.

Kwow, Helen. (2002). The effect of cash flow statement format on lenders' decisions. The International Journal of Accounting 37 (2002) 347–362.

Orpurt, S.F. & Zang, Y. (2007). Do Direct Cash Flow Disclosures Help Predict Future Operating Cash Flows and Earnings? Singapore Management University.

Ramachandran, N. & Kakani, Ram Kumar. (2010). How to Read a Cash Flow Statement. New Delhi. McGraw Hill.

José Antonio de França

Doutor em Contabilidade e em Economia Professor do DCCA/ FACE/UnB
franca@itecon.com.br
https://orcid.org/0000-0002-8233-3620
http://lattes.cnpq.br/7124125130377391

Apêndice A

Tabela A1. DFC elaborada pelos métodos direto e indireto

DFC pelo método direto em R$	
Atividade operacional	
(+) Recebimento de clientes	30.150
(-) Pagamentos a fornecedores e empregados	27.600
(=) Caixa gerado pelas operações	**2.550**
(-) Juros pagos	270
(-) IRPJ e CSLL pagos	800
(-) IR fonte de dividendos recebidos	100
(=) Caixa liquido da atividade operacional	**1.380**
Atividade investimento	
(-) Aquisição participação societária	550
(-) Aquisição de ativo fixo	350
(+) Alienação de equipamento	20
(+) Embolso de juros	200
(+) Embolso de dividendos	200
(=) Caixa gerado pelo investimento	**-480**
Atividade financiamento	
(+) Embolso pela emissão de ações	**250**
(+) Embolso de empréstimo de longo prazo	**250**
(-) Desembolso de divida de arrendamento	**90**
(-) Dividendos pagos	**1.200**
(=) Caixa gerado pelo financiamento	**-790**
Aumento (redução) líquido de caixa	**110**
Caixa e equivalente do período anterior	**120**
Caixa e equivalente para o período seguinte	**230**

DFC pelo método indireto em R$	
Atividade operacional	
(+) Lucro antes do IRPJ e CSLL	3.350
(+) Depreciação/amortização/exaustão	450
(+) Ajuste cambial	40
(-) Resultado equivalência patrimonial	500
(+) Accrual de juros	400
(=) Lucro ajustado	**3.740**
(-) Aumento de recebíveis	500
(+) Redução de estoques de produção/venda	1.050
(-) Redução de contas a pagar	1.740
(=) Caixa gerado pelas operações-parcial	**2.550**
(-) Juros desembolsados	270
(-) IRPJ e CSLL desembolsados	800
(-) IRF de recebíveis	100
(=) Caixa gerado pelas operações-final	**1.380**
Atividade investimento	
(-) Aquisição de participação societária	550
(-) Aquisição de ativo fixo	350
(+) Alienação de equipamento	20
(+) Embolso de juros	200
(+) Embolso de dividendos	200
(=) Caixa gerado pelo investimento	**-480**
Atividade financiamento	
(+) Embolso pela emissão de ações	250
(+) Embolso de empréstimo de longo prazo	250
(-) Desembolso de divida de arrendamento	90
(-) Dividendos pagos	1.200
(=) Caixa gerado pelo financiamento	**-790**
Aumento (redução) líquido de caixa	**110**
Caixa e equivalente do período anterior	**120**
Caixa e equivalente para o período seguinte	**230**

Informational content of the Cash Flow Statement (CFS)

José Antonio de França

Abstract

This article introduces a deterministic analytical research model to assess the status of financial sustainability and financial solvency of an economic organization, based on the Verticalized Cash Flow Statement (CFS), guided by the Federal Accounting Council (FAC), by the methods direct and indirect. The model was tested using simulated data from NBC TG 03 (R3) and the results show theoretical consistency with weak, strong and insufficient financial sustainability metrics that signal weak, sufficient and insufficient financial solvency, respectively. The informational content of the CFS by the direct method is limited to the restrictions of the cash basis, but by the indirect method it contributes with more comprehensive information because it is guided by the accrual basis. The research contributions are relevant to the liquidity and finance analysis literature, and to guide operators and cash flow managers, based on the aggregates of the vertical CFS, and indicate that the indirect method, even if it does not produce cash flow sustainable, offers more robust informational content for decision making.

Keywords: Financial sustainability. Financial solvency. Statement of cash flow from activities. CFS informational content.

1. Introduction

This article analyzes the informational content of the accounting report called Statement Cash Flow (SFC) that reports financial management decisions in the business cycles of an economic organization, based on research produced by the research group Sustainability of Financial Liquidity Management (SLFG), from the Department of Accounting and Actuarial Sciences (DAAS) of the Faculty of Economics, Administration, Accounting and Public Policy Management of the University of Brasília (UnB). SFC reports past period financial decisions and is not to be confused with future period financial planning cash forecasts.

Economic organization is every entity that develops activity in any of the three sectors of the social or market economy called, first, second and third sectors. Cash flow is the aggregate financial *Inflows and Outflows* of all activities in the CFS functional structure. The CFS replaces the Statement of Origins and Applications of Resources (SOAR) from the adoption of the IFRS standard, in Brazil, at the end of the first decade of the year 2000.

The functional structure of the CFS is composed of three cash generating and cash consuming activities called **(a)** operating activity, **(b)** investing activity, and **(c)** financing activity. These three activities are interdependent because the financial sufficiency of one finance the financial insufficiency of another and the algebraic result of the three activities is the cash balance at the end of a period to be used in solving financial obligations of the following period.

Cash flow from *operating activity* reports the financial inflows and outflows of transactions identified with the corporate purpose of the economic organization. The cash flow from the *investment activity* shows the generation and consumption of cash arising from the allocation of assets not linked to the corporate purpose. The cash flow from the *financing activity* shows the result of credit operations that support the other activities of the economic organization. The joint result of these three activities produces the financial flow, defined by a specific model, of benefit and sacrifice of assets that ensures the financial solvency of the obligations of the economic organization's activity.

SOAR, like CFS, referred to past transactions, but contained data that could be used for predictive information because it included past receivables and liabilities transactions, with future maturity, unlike CFS by the direct method that only includes transactions already settled. But the CFS by the indirect method, in part, contemplates flows that were present in SOAR.

> "Economic organization is every entity that develops activity in any of the three sectors of the social or market economy called, first, second and third sectors. Cash flow is the aggregate financial Inflows and Outflows of all activities in the CFS functional structure."

Then, based on the preliminary discussion of this content, as a research motivation, an analytical and deterministic modeling is introduced to evaluate the signs of financial sustainability and financial solvency produced by the operational activity of the CFS of an economic organization, in the expectation of contributing to the liquidity and finance analysis literature, and also with operators and cash flow managers for decision making. The sustainability of the operational activity is reported because it is the activity linked to the social object of the economic organization that is related to the other two activities of net cash generation.

Therefore, it is intended to evaluate the usefulness of the cash flow regulated by accounting, for the purpose of future forecasting, because the data of the three CFS activities, by the direct and indirect methods, do not have the dynamic attribute required for the evaluation of financial sustainability as specified in the model introduced by De França and Sandoval (2022), as well as in the study by Orpurt, S.F. & Zang, Y. (2007).

In addition to this introductory section, the article discusses the informational content of the CFS in **section 2**; the specification of the informational content of the CFS in **section 3**; perceptions of the informational content of the CFS in **section 4**; final remarks in **section 5**; and finally, the references.

2. Discussing the informational content of the CFS

The CFS is a report whose informational content presents competitive model characteristics because it can be priced by financial transactions directly related to cash and cash equivalents (Direct Method), cash basis, or by transactions that are not directly related to cash and cash equivalents. cash (Indirect Method), accrual basis, as regulated by the FAC (2016).

The informational content of the CFS, by the direct method, reports transactions settled from the financial inflows and outflows of the three activities, cash basis, whose algebraic sum gives rise to the net cash balance for the period. The net cash balance for the period plus the balance of cash and cash equivalents for the previous period, totals the balance of cash and cash equivalents to be consumed in the following period.

The informational content of the CFS priced by the indirect method reports input and output aggregates that are not directly identified with inflows and outflows, but with potential inflows and outflows in the period in which the transactions occurred and/or in a future period. This form of pricing approximates the CFS by the indirect method to the informational content of the extinct SOAR.

A relevant feature common to both methods, direct and indirect, is the identity produced by the algebraic result generated by the flows of the three activities, in which the cash balance for the period for any of the two methods is the same, regardless of the composition of the balance of the flows of each activity.

So, one might ask, what justifies allocating efforts to produce the CFS by both methods if the sum of cash flows and cash equivalents of activities is the same for both methods? The answer to this question is relevant to clarify the reason for the two methods. The CFS oriented by the indirect method can be priced by internal and external operators, without distinction, because the flows are obtained by the difference between the balance sheet aggregates of the base and previous years. The CFS oriented by the direct method, only the internal operator is able to produce it because only he has access to the financial input and output counterparts in the three activities.

In this way, the external operator is able to price a CFS using the indirect method and obtain the same net flows as the internal operator, but not using the direct method. This context imposes that the CFS by the indirect method is required as it is a way of reconciling the cash flow produced with the CFS priced by the direct method. In addition to this characteristic, the difference between the aggregates of the two methods, in all activities, indicates that the informational content of the CFS by the direct method is restricted to impact the inflows and outflows in the following period, and this makes the sustainability assessment unfeasible.

Concerns that report on the usefulness of the CFS, by the direct method, for cash forecasting have been tested, as in Orpurt, S.F. & Zang, Y. (2007), but the results obtained were not enlightening to guarantee this functionality.

Financial sustainability and solvency were studied by De França and Sandoval (2019) and De França and Sandoval (2022), with data retrieved directly from the aggregates Current Assets and Current Liabilities of a significant sample of economic organizations. The results were robust to show that a financially sustainable and solvent economic organization must have efficient operational and financial cycles, a situation that could not be tested with simulated data from the CFS regulated by NBC TG 03 (R3).

Cash, as a synonym for money, is an essential attribute for the longevity of an economic organization, as it ensures liquidity, as a cause and consequence of performance and profitability, as shared by Ramachandran & Kakani (2010).

Kwok (2010) studied the Cash Flow Statement information used in the banking industry in order to observe the decision-making process for granting credit. He declares that the credit analysis does not take into account information from the CFS, but from other statements, such as the balance sheet, and that the CFS by the direct method is not used.

“Cash, as a synonym for money, is an essential attribute for the longevity of an economic organization, as it ensures liquidity, as a cause and consequence of performance and profitability, as shared by Ramachandran & Kakani (2010).”

3. Specifying the informational content of the CFS

A model, by definition, is an algorithm that assists in solving a requirement. In accounting, economics, finance and other branches of knowledge, the model is the step-by-step way to obtain the result of an application and defines the metrics of the expected result. The model introduced in this article shows the accumulated cash flow and the generation per activity that, combined, signal the informational content metrics.

3.1 Accumulated cash flow

The model that prices the accumulated cash flow of an economic organization, through a CFS, in a period of time i $(\boldsymbol{CF}_{dfc,i})$, is given by Equation 1 with the respective metrics for the expected results. In this pricing, the result of the cash flows of period i $(\boldsymbol{CF}_{\boldsymbol{i}})$, plus the balance of cash and cash equivalents of the previous period (BC_{i-1}) signals the financial sustainability of the economy

organization, since which maintained the restriction of being at least equal to zero.

$$Cf_{cfs,i} = CF_i + BC_{i-1} \geq 0 \qquad (1)$$

Metric $CF_{(cfs,i)}$

$$CF_{cfs,i} = \begin{cases} \geq 0. \textit{Financially sustainable status} \\ < 0. \textit{Financially unsustainable status} \end{cases}$$

This restriction is possible because $\boldsymbol{CF_i}$, unlike $\boldsymbol{CB_{i-1}}$, may be insufficient, totaling an amount less than zero and, therefore, consuming the entire previous cash balance to honor commitments assumed to maintain the financial solvency. However, the condition of sustainability imposes that there is no defaulted financial commitment.

> A relevant feature common to both methods, direct and indirect, is the identity produced by the algebraic result generated by the flows of the three activities, in which the cash balance for the period for any of the two methods is the same, regardless of the composition of the balance of the flows of each activity.

3.2 Generation per activity

The aggregate $\boldsymbol{CF_i}$ reports the algebraic result of the sum of cash flows from operating activities $\boldsymbol{CF_{(ope,i)}}$, investment and financing $\boldsymbol{CF_{(inv,i)}}$, in the same unit of time i, as shown in Equation 2. The $\boldsymbol{CF_i}$, as an algebraic sum of the flows of the three activities, it can assume positive, negative or null values.

$$CF_i = CF_{ope,i} + CF_{inv,i} + CF_{fin,i} \gtreqless 0 \qquad (2)$$

The models specified by Eq. 1 and 2, by definition, are deterministic because they present a single set of inputs that generate a single set of outputs. The sets of inputs and outputs, even if they are unique, present metrics that define the informational content of the cash flow in the unit of time i and signal the status of sustainability and financial solvency of the economic organization. The combination of Eq. 1 and 2 defines whether the economic organization is financially sustainable and solvent.

3.3 Metrics the model $\boldsymbol{CF_i}$

$$CF_i = \begin{cases} 0. \text{ Weak financial sustainability. Weak financial solvency} \\ > 0. \text{ Strong financial sustainability. Sufficient financial solvency} \\ < 0. \text{ Unsufficient financial sustainability. Insufficient financial solvency} \end{cases}$$

Metric declarations.

1. $FC_i = 0$. Signals that the financial sustainability and solvency statuses is weak because the cash generation is just enough to meet the obligations of the period, without depending on the cash balance of the previous period $\boldsymbol{CB_{i-1}}$.

2. $CF_i > 0$. Indicates that the financial sustainability status is strong and the financial solvency sufficient because it does not depend on the cash balance from the previous period $\boldsymbol{CB_{i-1}}$ to meet financial obligations. The disbursements of period i are more than enough to support the disbursements of the same period, resulting in a cash balance for the following period.

3. $FC_i < 0$. It signals that the financial sustainability and solvency statuses are insufficient because the inflows of period i are not enough to guarantee the disbursements of the same period and therefore the solvency depends on the cash balance of the previous period $\boldsymbol{CB_{i-1}}$.

4. Perceptions of the informational content of the SFC

In accounting terms, the perception of the informational content of the CFS is obtained empirically, directly from its conceptual structure, vertically. This conceptual structure is defined by the normative framework of accounting (CFC, 2016). Deterministic modeling is the analytical way to obtain the cash balance as a research object.

Table A1, from Appendix A, was retrieved from the vertical structure of NBC TG 03 (R3) with adaptation of some terminologies. The aggregates of the vertical structure correspond to the variables of the analytical model specified in equations 1 and 2 of section 3. The cash flows obtained with the operationalization of the two models in subsections 4.1 and 4.2, below, use data from the CFS defined in Table A1 of the Appendix A.

The CFS vertical structure aggregates total equal values for the same activity by any of the methods (direct or indirect). Thus, the operator can use any of the two CFS models to measure the total cash flow of each activity.

The informational content of the two methods is not equivalent because the direct method is restricted to the cash basis observing only the settled

transactions of disbursement and disbursement. The indirect method provides more informational content because it allows the observation of economic performance, through the generation of profit, and financial performance, through the movement of receivables and liabilities. These differences should deserve the attention of regulators of the accounting profession and users of information produced by accounting. The CFS by the direct method, due to the limitation of the informational content, shows less utility than the CFS by the indirect method, which has a more comprehensive content

4.1 Operationalization of the empirical model $\mathbf{CF_i}$

Eq. 2 recovers the cash flows of the three activities totaled in the CFS, restricted to period i. The result obtained indicates that the economic organization reached the status of strong financial sustainability and sufficient financial solvency because $\mathbf{CF_i > 0}$, according to the metric defined in subsection 3.3. It is observed in the specification of the model that of the three activities, only the operational activity is sufficient with cash generation greater than cash consumption and also enough to support the excess disbursement in relation to the inflows of the other two activities (investment and financing).

$$\mathrm{CF_i} = 1.380 + (480) + (790) = 110 > 0$$

4.2 Operationalization of the empirical model $\mathbf{CF_{cfs,i}}$

Now, operationalizing Eq. 1 obtains the balance of cash and comprehensive cash equivalents for period i and subsequent periods. So, as metric 2 of subsection 3.3 was satisfied, the cash balance of the previous period $\boldsymbol{CB_{i-1}}$ reinforces the strong financial sustainability status and sufficient financial solvency of the economic organization to strengthen the metric.

$$\boldsymbol{CF_{cfs,i}} = 110 + 120 = 230 > 0$$

Then, as $CF_{cfs,i} = 230$ therefore greater than zero, the theoretical premise is fully satisfied as stated in the model metrics.

As a conclusion of this section, it is clarified that the results presented are not appropriate to infer future cash forecast, considering that the entire argument of the CFS regulated by accounting is past, contrary to what Orpurt, S.F. & Zang, Y. (2007).

> "A model, by definition, is an algorithm that assists in solving a requirement. In accounting, economics, finance and other branches of knowledge, the model is the step-by-step way to obtain the result of an application and defines the metrics of the expected result."

5. Final remarks

The deterministic analytical model, introduced by this article, used to measure the financial sustainability and financial solvency of an economic organization, shows to be adequate and in according to the weak, strong and insufficient sustainability metrics that indicate weak, sufficient and insufficient financial solvency, respectively.

The results obtained by the deterministic model are equivalent to those presented in the verticalized CFS, regulated by the Federal Accounting Council, through NBC TG 03 (R3), whose simulated data were used to test the research model.

The contributions to the literature are significant because, whatever the accounting method used to prepare the CFS (direct or indirect), the model does not change and the expected results are confirmed by the empirical simulation of the test. However, the test was restricted to simulated data and therefore it is encouraged that research with robust data can test the model.

As the model is deterministic and the flows of the three activities refer to the past period, the information obtained does not contribute to future cash forecast.

As the model is deterministic and the flows of the three activities refer to the past period, both by the direct method and the indirect method, the results do not contribute to future cash forecast, but the informational content of the CFS by the indirect method signals managers and operators better aid to decision-making because it provides more comprehensive informational content.

References

CFC. (2016). NBC TG 03 (R3) – Statement Cash Flow.

De França, J.A. & Sandoval, Wilfredo Sosa. (2019). Necessary and Sufficient Conditions for Liquidity Management. International Journal of Economics and Finance; Vol. 11, No. 5. pp.85-96. doi:10.5539/ijef.v11n5p85.

De França, J.A. & Sandoval, Wilfredo Sosa. (2022). Faces of Corporate Liquidity Sustainability: Necessary and Sufficient Conditions.

Kwow, Helen. (2002). The effect of cash flow statement format on lenders' decisions. The International Journal of Accounting 37 (2002) 347–362.

Orpurt, S.F. & Zang, Y. (2007). Do Direct Cash Flow Disclosures Help Predict Future Operating Cash Flows and Earnings? Singapore Management University.

Ramachandran, N. & Kakani, Ram Kumar. (2010). How to Read a Cash Flow Statement. New Delhi. McGraw Hill.

José Antonio de França

Doutor em Contabilidade e em Economia Professor do DCCA/ FACE/UnB
franca@itecon.com.br
https://orcid.org/0000-0002-8233-3620
http://lattes.cnpq.br/7124125130377391

Appendix A

Table A1. CFS prepared by direct and indirect methods

CFS by direct method R$	
Operational activity	
(+)Customer receipt	30.150
(-) Payments to suppliers and employees	27.600
(=) Cash generated by operations	**2.550**
(-) Interest paid	270
(-) IRPJ and CSLL paid	800
(-) Income tax on dividends received	100
(=) Net cash from operating activity	**1.380**
Investment activity	
(-) Acquisition of equity interest	550
(-) Acquisition of fixed assets	350
(+) Disposal of equipment	20
(+) Interest reimbursement	200
(+) Payment of dividends	200
(=) Cash generated by investment	**-480**
Financing activity	
(+) Cashback for the issuance of shares	250
(+) Long-term loan repayment	250
(-) Disbursement of lease debt	90
(-) Dividends paid	1.200
(=) Cash generated by financing	**-790**
Net cash increase (decrease)	**110**
Cash and equivalent from the previous period	**120**
Cash and equivalent for the following period	**230**

CFS by indirect method R$	
Operational activity	
(+) Income before IRPJ and CSLL	3.350
(+) Depreciation/amortization/depletion	450
(+) Currency adjustment	40
(-) Equity in earnings	500
(+) Interest accrual	400
(=) Adjusted profit	**3.740**
(-) Increase in receivables	500
(+) Reduction in production/sales inventories	1.050
(-) Reduction of accounts payable	1.740
(=) Cash generated by operations-partial	**2.550**
(-) Interest disbursed	270
(-) IRPJ and CSLL disbursed	800
(-) IRF on receivables	100
(=) Cash generated by final operations	**1.380**
Investment activity	
(-) Acquisition of equity interest	550
(-) Acquisition of fixed assets	350
(+) Disposal of equipment	20
(+) Interest reimbursement	200
(+) Payment of dividends	200
(=) Cash generated by investment	**-480**
Financing activity	
(+) Cashback for the issuance of shares	250
(+) Long-term loan repayment	250
(-) Disbursement of lease debt	90
(-) Dividends paid	1.200
(=) Cash generated by financing	**-790**
Net cash increase (decrease)	**110**
Cash and equivalent from the previous period	**120**
Cash and equivalent for the following period	**230**

Fonte: NBC TG 03 (R3)

PERFIL

ARIDELMO JOSÉ CAMPANHARO TEIXEIRA

Fundador da FUCAPE Business School e Secretário de Governo de Vitória – ES

Como a experiência adquirida como professor e doutor em Controladoria e Contabilidade pela USP contribuiu para a fundação da FUCAPE Business School?

Quando fui fazer o doutorado na USP, pensei: o Brasil precisa ter um polo desse em cada lugar e, como sou muito inquieto, meu intuito foi especialmente o de trazê-lo para a instituição em que trabalhávamos, a Ufes. Mas eu e o Valcemiro éramos os primeiros doutorandos de lá e então foi destoando um pouco a nossa vontade de fazer, a nossa pressa em fazer, com o ritmo natural da instituição na época. E foi aí quando nós decidimos. Quando você quer fazer alguma coisa, acha que tem capacidade de fazer, e o ambiente onde você está não lhe proporciona, então, se você acredita na sua tese, saia e vá construir o ambiente necessário! E foi exatamente por isso que deixamos uma carreira estável, vindo a pedir demissão, para realizarmos o nosso sonho: contribuir, de fato, uma forma incisiva para reproduzir e, se possível, até superar o que a gente estava recebendo no nosso doutorado em São Paulo.

Então, a inspiração veio de um grupo de professores (entre eles o Sérgio Dias e Eliseu Martins), que 20 anos antes, se propôs a fazer um doutorado em um ambiente ainda hostil para as Ciências Contábeis – e conseguiram! Então, como discípulos, desafiamos a fazer em menos tempo, de modo que, em bem menos tempo o nosso doutorado já é nota 6, assim como o da USP. E, hoje, o nosso nível de produção internacional é maior do que o da USP. Dessa forma, seguimos buscando contribuir para melhorar o nível de educação do contador no Brasil inteiro.

Qual foi o maior desafio que enfrentou na presidência da FUCAPE?

O maior desafio foi convencer as pessoas de que era possível. Todo lugar que a gente chegava, logo no início tinham aqueles "desligadores de chave", os quais nos advertiam do tamanho e da dificuldade que é fazer um programa de mestrado/doutorado de qualidade.

É que muitas pessoas que não são abertas para inovação acham que se você não está no caminho que ela trilhou então você está no caminho errado. Mas não é assim! O mundo muda e, se você já trilhou um caminho uma vez, você pode, de outra vez, pegar uma variante de leve mais rápido, e foi o que nós fizemos. Pegamos a experiência da USP, revisitamos um ambiente internacional e passamos a levar todos os nossos doutorandos para fora; todos eles passam um ano no exterior para pegar novidade lá fora, e o principal é que montamos um centro de pesquisa. Todo o mundo começava montando uma graduação, uma especialização e depois chegava ao mestrado. Nós resolvemos reunir um grupo de pessoas que tinha pretensão de virar pesquisadores, terminando ou concluindo já o doutorado. Aí, sim, nós fomos montar nossa graduação, as especializações, ou seja, já um trilhando um percurso diferente, afinal, ousar um caminho novo é para quem deseja chegar em lugares novos. E fizemos tudo com muita ciência, muito estudo, planejamento estratégico, visão de médio e de longo prazo. Uma

coisa muito importante nessa área é a nossa experiência de contador, que fez a diferença na gestão, com organização e muita informação para tomada de decisões.

Conte-nos um pouco sobre as áreas de pesquisa às quais você tem se dedicado nos últimos anos

Atualmente, dedico-me, especialmente, a usar a Ciência Contábil para auxiliar a gestão de escolas públicas, mais do que qualquer outra coisa. Isso porque enxerguei que o problema mais relevante do nosso país está na deficiência de montar alavancas que conduzam ao desenvolvimento sustentável mais inclusivo e igualitário. Isso é algo que nós, contadores, podemos contribuir de uma forma mais incisiva. Assim, nos últimos 5 anos, passei a me dedicar à modelagem e, inclusive, criamos uma linha de pesquisa no mestrado de Contabilidade, de gestão escolar. Estamos treinando diretores de escola que, geralmente, são pedagogos, educadores, e que nunca fizeram uma cadeira de gestão, mas que recebem uma empresa de médio porte pra cuidar.

Como a plataforma Inspira ES tem estimulado o livre exercício da cidadania?

Em 2018, depois de já ter realizado o objetivo de contribuir para a formação de muitos mestres e doutores de qualidade, movido pelo desejo de dar um retorno para a sociedade, montei a plataforma Inspira ES, pois vi que, como eu, muitas pessoas queriam doar tempo e conhecimento de forma voluntária, mas que também não sabiam como fazer isso. Foi então que pensei: vamos usar a tecnologia para esse fim! Com a plataforma, podemos juntar pessoas que queiram participar, segmentando por áreas de conhecimento que elas dominem. Assim, por meio de reuniões, a gente pode identificar problemas estruturais. Identificamos esses problemas e procuramos uma solução, misturando conhecimento e tecnologia, para que esta possa ganhar escala na área pública. Com isso, já estamos conseguindo produzir ferramentas de alto impacto, sendo que alguns viraram até startups e já estão faturando e resolvendo problemas sociais. Sinto-me muito feliz, embasado e seguro com esta iniciativa pela minha formação contábil. Com ela, nós, contadores, conseguimos rapidamente associar a relação de esforço e resultado, e isso é a cultura contábil aplicada gerando benefícios sociais.

> “Atualmente, dedico-me, especialmente, a usar a Ciência Contábil para auxiliar a gestão de escolas públicas, mais do que qualquer outra coisa. Isso porque enxerguei que o problema mais relevante do nosso país está na deficiência de montar alavancas que conduzam ao desenvolvimento sustentável mais inclusivo e igualitário”

Qual é a sua mensagem para os jovens empreendedores?

Todo o mundo trilha um caminho, mas o que faz a diferença é você, todo dia, levantar e visualizar, de forma clara, o seu objetivo de chegada. Ele pode inclusive mudar, adaptar-se nesse percurso, mas saber onde se quer chegar é essencial para que isso se torne realidade. Além disso, pode eliminar muita ansiedade e frustração que acometem a quem não estabeleceu sua linha de chegada. Quanto mais distante você estiver dela, mais resiliência terá que ter. Fique sempre se perguntando “Onde eu quero chegar?”, porque isso vai te dar exatamente a dimensão do esforço que você vai ter que fazer. E é necessário ter a convicção de que nada será dado, pois tudo tem que ser conquistado, tudo tem que ser convencido. Assim, frustrações acontecerão e a resiliência precisa existir para que você possa, efetivamente, agir contra as adversidades sem perder o foco das suas metas e consiga superar, dia após dia, os desafios desse percurso rumo ao sucesso que você almeja, de modo mais objetivo e eficaz.

Qual sua visão em relação aos profissionais da Contabilidade terem uma participação política mais ativa?

A convivência de qualquer espécie que vive em sociedade (não só a espécie humana), ou seja, as relações de um modo geral são mediadas pela política. Seja com a família, com vizinhos, etc. E você tem a política partidária, que tenta gerenciar a sociedade como um todo, não só o indivíduo específico e a relação dele com o outro, mas uma construção coletiva. Essa construção é muito árdua, principalmente se você tiver como meta o bem comum e, não, se não estiver envolvido com a política partidária. Agora uma coisa é certa: se os bons não entram na política, os maus vão entrar e quem vai sofrer a consequência é aquele que fez a opção por não entrar. Ou seja, vivemos a política de qualquer jeito, ou fazendo ou sofrendo as consequências de quem está fazendo. Então nesse sentido eu sou um atuante

político e estou aqui neste momento sentado como secretário de governo da capital do Espírito Santo, mas continuo, professor, pesquisador, contador. E percebi o quanto o conhecimento como contador nos ajudou a mudar a realidade econômico-financeira da cidade com apenas dois anos. E o impacto está visível a todos que acompanham a gestão. Todos podem visualizar o quanto mudou a racionalidade da aplicação dos recursos públicos. Para se ter uma ideia, só na parte de tesouraria (quando atuei como secretário de Fazenda), só com as mudanças que fiz na área financeira, usando os conhecimentos que tenho como contador, aumentamos de 4,5 milhões para 130 milhões a receita do município sem cobrar a mais do contribuinte, apenas alocando melhor os recursos que já estavam à disposição da prefeitura. Por isso, é preciso convocar a classe contábil a ter um grupo político bem definido para que a gente possa contribuir positivamente para o destino da nossa cidade, do nosso estado, da nossa nação.

De que modo você enxerga a participação contínua do profissional da contabilidade no desenvolvimento das empresas?

A Contabilidade como área de conhecimento tem um rol de especializações. Mas, muitas vezes, essa especialização é tão grande que isso chega a restringir significativamente a participação e a relevância do profissional da contabilidade como agente de auxílio e participação ativa na gestão. E vivemos um cenário em que o contador é o profissional nato para assumir seu espaço nesta gestão de empresas, mas esse é um espaço que demanda muita qualificação. O contador tem o privilégio de estar com todos os dados das organizações na mão e tem o poder de transformar esse dado em informação. Contudo, para isso, é preciso saber como fazer modelagens que possam prever o futuro e não, simplesmente, demonstrar como foi o passado, sobretudo neste momento de novas tecnologias. Na nossa profissão, já passamos por mil inovações que iriam desempregar todos, a exemplo do computador, a internet, o software, mas, na realidade, essas inovações chegam para eliminar o trabalho burocrático e operacional. Aquele que não agrega valor agora para se manter atualizado é preciso ter esforço. Então é preciso refletir: se eu quero continuar gerando valor onde eu passo aí eu preciso me adaptar a essas tecnologias, saber lidar com elas, tomar as rédeas, por exemplo, aprender a perguntar da melhor forma ao Chat GPT, por exemplo, lançar mão das novas ferramentas e ressignificar a análise de dados para transformá-los em previsibilidade, que é algo de altíssimo valor, pela qual as organizações pagam e bem. Imagina se entidades de classe, como o CFC, venham a fomentar um grande BI, usando a inteligência artificial e a experiência de uma rede colaborativa de contadores, por exemplo! Isso é o futuro, criar e fomentar comunidades cooperativas.

Conheça mais sobre Aridelmo Teixeira

Executivo e empreendedor há mais de 25 anos. Entre outras empresas, é um dos fundadores da Fucape Business School, que se consolidou como a primeira e melhor escola de negócios de padrão internacional do Estado do Espírito Santo e que, desde 2010, está entre as 10 melhores Instituições de Ensino Superior do Brasil. A instituição está presente em 11 estados do país com programas de graduação, MBA, mestrado e doutorado.

No campo de responsabilidade social, atua como voluntário desde 2008 por meio do Movimento Espírito Santo em Ação – uma das principais organizações empresariais sem fins lucrativos do Espírito Santo, mantidas pelas principais empresas do estado. Presidiu essa importantíssima ONG de 2016 a 2018. Em 2019, fundou e coordena a plataforma Inspira ES, uma rede em apoio às políticas públicas movida pelo livre exercício da cidadania, que já conta com mais de 200 voluntários.

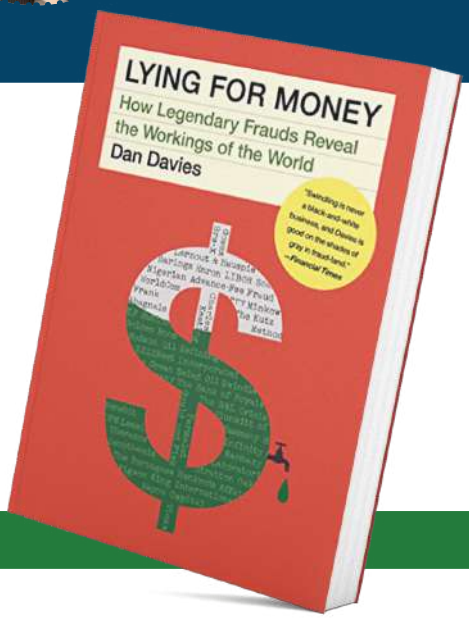
Educação e Inovação fazem parte de sua história e o motivaram a empreender ao longo de toda a vida. Em 2002, concluiu o doutorado em Controladoria e Contabilidade pela USP. Também publicou vários artigos em periódicos de primeira linha e participou do desenvolvimento de mais de 60 produtos tecnológicos. Além disso, orientou 70 dissertações de mestrado e doutorado na área de Administração e Contabilidade.

Atuou como membro da Delegação Brasileira do ISAR/UNCTAD (Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting / United Nations Conference for Trade and Development) e foi coordenador-adjunto da Área de Administração, Contabilidade e Turismo da Capes, de 2011 a 2017 – área que agrega mais de 170 programas de mestrado e doutorado e mais de 3 mil docentes. Os principais temas de pesquisa são Finanças, Contabilidade Gerencial Estratégica, Avaliação de Ativos, Qualidade dos Lucros, Accruais, IFRS, CPCs e IPSAS.

Editor: Clóvis Belbute Peres

Cara leitora e caro leitor,

Contabilidade e negócios são a base de nossa moderna economia. E essa economia somente funciona porque atuamos diuturnamente com base na boa-fé, na ética e na confiança. Contudo, não se pode negar que existam exceções – e notáveis – a esse padrão. Eis o que nos lembra de forma magistral e divertida a obra que ora comentamos. Boa leitura!



Título: Lying for Money
Autor: Dan Davies
Ed: Profile Books
Ano: 2018

Este não é um livro tão recente, mas seu conteúdo é atualíssimo (o que surpreende é ainda não possuir tradução para o português). Essa obra de Dan Davies deveria ser leitura obrigatória para todos os contadores e administradores. Como ele mesmo menciona na introdução, não para ser utilizado como um manual de fraudes, mesmo porque os fraudadores normalmente não "se dão bem".

Deveria ser leitura obrigatória para que se entenda que a fraude dificilmente pode ser eliminada de nossos negócios, pois possui a mesma natureza da economia: a eficiência. A busca de um equilíbrio entre os controles necessários e a fluidez dos avanços é a motivação para a trapaça segundo o autor.

Ele não traz essa afirmação como uma opinião genérica ou sem base. Ele analisa em detalhe diferentes tipos de fraudes, separando-as em uma tipologia única. Obviamente que nos casos concretos analisados, por vezes mais de um tipo de fraude ocorre, mas a separação dos elementos definidores de cada tipo permite entender o que os distingue.

A fraude comercial da quebra planejada de uma empresa (The Long Firm, ou Bust-out), por exemplo, surge em diferentes disfarces. Porém, em todos, o modus operandi do tipo está presente. Seja pela compra de ativos sem intenção de honrar o fornecedor, seja pela venda de algo que simplesmente não existe. Pode parecer distante, mas não vemos isso diariamente no mundo de criptoativos? Não vimos operações de risco sacado sem pagamento em varejistas recentemente? (obviamente, em muitos casos, ainda não se confirmou a fraude com o fim das investigações).

O autor traz ricos detalhes mesmo das histórias que são nossas conhecidas, como os contratos inexistentes da Enron, o esquema de pirâmide de Madoff e o caso do cassino de Donald Trump.

Outras histórias são provavelmente desconhecidas de muitos. Eu não sabia que o esquema original de Ponzi envolvia a compra de cupons/selos internacionais (IRC – International Reply Coupon) e que mesmo essas operações nunca existiram em larga escala, senão para justificar empréstimos em forma de pirâmide (Ponzi morreu pobre e no Rio de Janeiro, em 1949, a propósito).

Surpreendi-me também com a ligação entre o início da ditadura de Salazar (que era professor de economia) em Portugal e uma contrafação envolvendo o Banco de Portugal, de Angola e um intrépido fraudador, Artur Virgílio Alves dos Reis (cf. "O Homem que Roubou Portugal"). As notas falsas inundaram o país e desestabilizaram o sistema bancário. Se o "golpe financeiro" acelerou o "golpe militar" é difícil precisar, mas o esquema de contrafação de Alves dos Reis ainda é considerado o maior caso de falsificação de notas da história!

Bem, entre fraudes envolvendo criptomoedas, drogas, óleo de soja, criação de pombos, e dinheiro vivo, obviamente que a adulteração de livros contábeis merecia um capítulo especial. Em "Cooked Books", nota-se o quanto precisamos avançar na formação de contadores que se pautem pela ética e possuam os "soft skills" necessários para não se dobrar a empresários inescrupulosos. O sistema de formação do contador não pode ignorar ou negar a existência de fraudes, incluindo-se as de natureza contábil. Deve ofertar aos profissionais o mais amplo conhecimento sobre o assunto, para que se possa identificar e atuar contra quem não se pauta pela ética. Para isso, o livro de Davies é uma ótima ferramenta.

XIII ENCONTRO NACIONAL DA

Mulher CONTABILISTA

20 a 22 de setembro de 2023 - Manaus (AM)

INSCREVA-SE JÁ!

O evento reunirá profissionais de renome nacional para debater importantes assuntos relacionados à área técnico-contábil e à gestão empresarial, com foco no universo feminino.

Você não pode ficar perder!

INSCRIÇÕES LIMITADAS

Idealização CFC

Realização FBC

Apoio CRCAM ABRACICON